

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LEONARDO ALMEIDA MERUSSI NEIVA**

**CULTURA, IMPÉRIO E SOBERANIA:**  
**POTÊNCIA, RISCO, E CENTRALIDADE DA CULTURA DE**  
**MASSAS**

**UBERLÂNDIA**  
2025

LEONARDO ALMEIDA MERUSSI NEIVA

**CULTURA, IMPÉRIO E SOBERANIA:**  
**POTÊNCIA, RISCO, E CENTRALIDADE DA CULTURA DE**  
**MASSAS**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Economia e Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Uberlândia  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel no Programa de  
Graduação em Relações Internacionais.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Hugo Rezende  
Henriques

UBERLÂNDIA  
2025

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

### **CULTURA, IMPÉRIO E SOBERANIA: POTÊNCIA, RISCO, E CENTRALIDADE DA CULTURA DE MASSAS**

Monografia apresentada para a obtenção  
do título de Bacharel no Programa de  
Graduação em Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Uberlândia  
(MG) à banca examinadora formada por:

---

Prof. Dr. Edson José Neves Júnior, UFU/MG, Brasil

---

Prof. Dr. Gabriel Afonso, UFMG/MG, Brasil

---

Prof. Dr. Hugo Rezende Henriques (Orientador), UFU/MG, Brasil

Uberlândia, 18 de dezembro de 2025.

*Para minha avó Zulmira, por ter me mostrado a beleza do mundo.  
Para minha avó Elizabeth, por ter me dado o amor para desejar tanta beleza.*

*“A rua que eu imagino, desde menino, para o meu destino pequenino é uma rua  
qualquer  
onde desfolha um malmequer uma mulher que bem me quer;  
é uma rua, como todas as ruas, com suas duas calças nuas, correndo paralelamente,  
como a sorte diferente de toda gente, para a frente, para o infinito;  
mas uma rua que tem escrito um nome bonito, bendito, que sempre repito  
e que rima com mocidade, liberdade, tranquilidade: RUA DA FELICIDADE...”*  
*A Rua das Rimas -*  
*(Guilherme de Almeida)*

## Agradecimentos

Platão dizia que o mundo terreno é um mundo de sombras, de aparências, um mundo arruinado. Ao mesmo tempo, dizia que as almas degradadas pela existência mundana sentem saudades, ou melhor desejam a plenitude. Isso é, desejam a essência das coisas, o ideal, o divino, o Bem absoluto.

O problema é que esse Bem reside no suprassensível, um território inacessível aos homens, sobretudo para aqueles cujas almas perderam-se nas circunstâncias mundanas. Assim, não é difícil perceber que muitos, ainda tendo tudo, dinheiro, fama, reconhecimento ainda assim sentem-se infelizes.

Entretanto, para Platão, existe uma passagem que permite que nossas almas fragmentadas cortejem o suprassensível. Nesse pequeno acesso, a alma regenera-se brevemente. Durante um pequeno momento, ela reconstrói-se em seu estado inteiro, numa lembrança inconsciente de sua forma completa, original.

Esse acesso é o Belo, e é por isso que viajo à represa com meu pai, encontro paz. É por isso também que quando vejo um resplandecer do sol lindo como o uberlandense, me tranquilizo. Ou seja, ao provarmos o Belo (a paisagem, a música, um filme), os nossos sentidos conduzem-nos de volta ao Bem absoluto. Ou, em outras palavras, o Belo liga o sensível ao Bem.

Daí que ao negar o Belo (ver em uma praia paradisíaca uma fonte de negócios, em uma obra de arte, uma nota de real) o homem não pode ser conduzido à Virtude. Mas então o que motivaria o homem a perseguir o Belo e o Bem? Platão responderá com genialidade: o Amor. *Philia*. Somente o amor é capaz de elevar, de dar asas, de converter a alma. O homem só perceberá o Belo, só se ligará ao Bem, só fará um trabalho como esse até o fim, se conhecer o amor.

Por isso, agradeço a minha família, em nome de meu pai e minha mãe, por ter me dado esse amor e me fazer ver beleza às vezes até onde não há. Agradeço a meu pai por ter me encantado com seu saber, com sua eloquência e sobretudo com sua vontade pelo conhecimento. Se hoje tento traçar um caminho parecido, é porque admirei muito o que você conquistou e, assim, também, nos criou. A minha mãe, agradeço por ter me dado o amor mais puro possível, o olhar mais admirado e o abraço mais aconchegante. Com eles, tive a coragem de me jogar ao mundo, sabendo que se pelo infortúnio do destino minha vida viesse a desabar, sempre teria um lar para voltar.

Não poderia deixar de agradecer a minha avó, Zulmira, a quem talvez tenha a maior admiração de minha vinda. Lembro-me até hoje - e como poderia esquecer - do dia em que minha vó disse a mim para abrir a gaveta e que lá havia um presente me esperando. Era o *DVD* de *A viagem de Chihiro*, de Hayao Miyazaki, o qual guardo até hoje junto com tantos outros que ao longo da vida ela me deu. Zulmira é aquela pessoa que você poderia ouvir falar por horas, sempre tendo uma estrofe na ponta da língua para recitar - e às vezes até um poema todo -, uma história boa para contar, um livro bom para te dar e, claro, a melhor feijoada para compartilhar. Agradeço, enfim, minha vó, por ter me mostrado tantas vezes o belo e fazer de mim o menino sonhador que sou. O trechinho do poema de *A Rua das Rimas*, claro, foi minha avó que me mostrou.

Agradeço também a meu orientador, Hugo Rezende Henriques por ter me mostrado a ambição do estadista, o rigor do filósofo e o idealismo do romântico. Contra um horizonte que só apresentava pesadelos e penhascos, Hugo deu a seu grupo sonhos e saídas. Sobretudo nos mostrou um horizonte em que nosso talento tenha possibilidade de criação, uma criação para além do sedutor - porém vazio - mundo do dinheiro. Se hoje quando me deparo com uma realidade com tantos problemas - e como existem! - e diante deles não vejo um fim, mas sim o começo de um longo projeto de mudança, é porque alguém me mostrou que ainda há valor no conhecimento, mas em um conhecimento coletivo, dialogável, feito em grupo!

Assim, a todos meus amigos e companheiros de jornada, agradeço cada momento, cada afeto e carinho compartilhados. Se escolhi o caminho que escolhi, o qual talvez não seja aquele de maior retorno financeiro, nem o de maior prestígio, certamente o fiz porque não é o dinheiro ou a facilidade que me motivam, mas os valores e momentos que só pude construir ao lado de vocês. A todos meus amigos, meu muito obrigado.

Vir para Uberlândia foi o passo mais fortune que realizei até aqui, com as “putinhas” sinto que pude ser eu mesmo pela primeira vez na minha vida. Sem amarras, sem medos, apenas eu, e a isso, não tenho como agradecer. Sou grato especialmente aos moradores do 102, Luiz, Júlia, Paçoca e Inês que dividiram um pouco mais de perto o dia a dia um tanto quanto caótico de nossa vida universitária. Mas também àqueles que estiveram presentes durante esses quatro anos, Maria Eduarda, Isis, João, Bruno, Jéssica, Lucas, Izabella, Milena, Vinicius, Ana Kárita, Luisa, Samuel, Yasmin, Paulo e tantos outros que não fiz a justiça de mencionar aqui. Também agradeço àqueles embora muito distantes, mantiveram-se próximos de uma forma ou de outra, Blé Blé, Gabi, Clara, Cecília, Caio, Eduardo, Juninho, João Lucas, Vincenzo, Luca e, novamente, tantos outros que poderia mencionar. *A rua que imagino com vocês é a rua da felicidade.*

**Resumo:** Este trabalho demonstra que a cultura de massa, embora constitutiva da vida coletiva contemporânea, tornou-se um conceito historicamente mal compreendido e alvo de reduções que oscilaram entre acusá-la de alienação e celebrá-la como simples diversão. Essa ambiguidade bloqueou a percepção de sua verdadeira potência: a capacidade de formar vínculo social, produzir sentido comum e participar da constituição do Espírito Objetivo de um povo. Assim, o Brasil, como também muitos outros Estados, adentraram no século XXI sem instituições de mediação simbólica, isto é, sem soberania cultural. Contudo, esse espaço não permaneceu vazio e o desenvolvimento das técnicas de comunicação por rádio, por audiovisual (notadamente cinema e televisão) que já vinha em curso desde o século passado, somado ao uso da internet, mostrou-se terreno fértil para expansão da lógica neoliberal (e das guerras culturais), não só economicamente, mas culturalmente, e que em tudo se difere da construção do Estado democrático de Direito que a Constituição brasileira de 1988 assumiu como compromisso para si. Para tanto, o trabalho inicialmente analisou as potencialidades da cultura de massa e como está foi historicamente instrumentalizada, notadamente pelos totalitarismos do século XX que aplicaram um verdadeiro dirigismo cultural. No segundo momento, a partir da expansão do modelo privado de comunicação, buscou analisar a situação do caso brasileiro, bem como do caso chinês, como exemplos opostos de países no que se refere à soberania cultural e os efeitos da falta ou presença dessa nos contextos sociais e políticos e culturais desses países.

**Palavras-chave:** cultura de massa, Estado, soberania.

**Abstract:** This paper demonstrates that mass culture, although constitutive of contemporary collective life, has become a historically misunderstood concept and the target of reductions that have oscillated between accusing it of alienation and celebrating it as mere entertainment. This ambiguity has blocked the perception of its true power: the ability to form social bonds, produce common sense, and participate in the constitution of the Objective Spirit. Thus, Brazil, like many other states, entered the 21st century without institutions of symbolic mediation, that is, without cultural sovereignty. However, this space did not remain empty, and the development of radio and audiovisual communication techniques (notably cinema and television), which had been underway since the last century, combined with the use of the internet, it proved to be fertile ground for the expansion of neoliberal logic (and the culture wars), not only economically but also culturally, which differs entirely from the construction of the democratic rule of law that the 1988 Brazilian Constitution assumed as a commitment for itself. To this end, the study initially analyzed the potential of mass culture and how it has been used historically, notably by 20th-century totalitarian regimes that applied a veritable cultural dirigisme. Secondly, based on the expansion of the private communication model, it sought to analyze the situation in Brazil and China as opposing examples of countries in terms of cultural sovereignty and the effects of its absence or presence in the social, political, and cultural contexts of these countries.

**Keywords:** mass culture, State, sovereignty.



## SUMÁRIO

<i>Prolegômenos culturais</i> .....	09
<i>Introdução</i> .....	12
<b>CAPÍTULO I: ASCENSÃO DA CULTURA DE MASSA</b> .....	199
1. <i>Terminologia e âmbito: clarificação</i> .....	20
1.1 Modernidade, Comunicação e Massas .....	27
2. <i>A “era do rádio”: histórico e modelos de relação entre o poder público e a comunicação de massa</i> .....	30
2.1 A integração nacional pelas ondas: exemplos do caso alemão e brasileiro .....	34
<b>CAPÍTULO II: SOBERANIA E CULTURA DE MASSA</b> .....	40
1. <i>O império do pensamento único: a formação</i> .....	41
1.1 Globalização para que(m)? .....	47
1.2 O Império Sem Rosto: Violência Positiva e Soberania Cultural .....	51
2. <i>Soberania cultural e comunicação: o desafio brasileiro</i> .....	60
3. <i>A resposta dos estados rebeldes: o caso chinês</i> .....	72
<b>Considerações finais</b> .....	79
<b>Referências bibliográficas</b> .....	85

## Prolegômenos culturais

O verdadeiro segredo do mestre, portanto, é este:  
*pela forma ele destrói sua matéria*

— Schiller<sup>1</sup>

A transformação de osso em nave espacial de Kubrick, ocasionada pelo momento de epifania de um primata que joga para o alto a carcaça de um animal morto ao fazer dessa uma arma letal (no corte que conclui o prólogo do filme *2001: Uma Odisseia no Espaço*, 1968), marca uma das elipses mais interessantes do cinema, cujo o momento omitido é toda trajetória da história humana, do conhecimento; a superação do mundo natural (a chamada *physis*) rumo ao universo infinito da cultura (o *nomos*).<sup>2</sup> Uma vez no espaço, os corpos, agora navegando sem a força da gravidade, são introduzidos em uma *liberdade flutuante*<sup>3</sup>, onde todo movimento direcionado se torna trabalho, a mais simples tarefa a ser explorada.

Esta *Odisseia*, ao usar a viagem como forma narrativa, joga os corpos rumo ao desconhecido e à descoberta, fornece a demonstração imediata daquilo que o idealismo de Fichte, filósofo e discípulo de Kant, não hesita em reconhecer em sua noção apaixonada de liberdade, a habilidade de funcionar no espaço não é dada ou predeterminada, mas adquirida e desenvolvida.<sup>4</sup> E desenvolver a vida no universo cultural implica reconhecer que toda “nossa vida fora da natureza (ainda que permeada por ela), toda a nossa vida em comunidade, enquanto vida política, é essencialmente imaginada”.<sup>5</sup>

Assim, “um homem que não cria, um homem que simplesmente aceita o que a vida ou a natureza lhe oferece está morto. Isso é verdade não só acerca dos seres humanos, como também das nações”.<sup>6</sup> E, se viver implica ação, decisão e criação para Fichte, é no espaço da

<sup>1</sup> SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem*. 4. ed. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1919.

<sup>2</sup> Cf. PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

<sup>3</sup> Roubamos a expressão de MICHELSON, Annette. Corpos no espaço: cinema como conhecimento carnal (2014-2015). *Revista Foco de Cinema*, 06. Disponível em: <https://www.focorevistadecinema.com.br/FOCO6-7/jornalkubrick.htm>. Acesso em: jun. de 2025.

<sup>4</sup> Sobre o pensamento e as principais ideias de Fichte serão referência as obras BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Fósforo, 2022 e BERLIN, Isaiah. *Ideias Políticas na era Romântica*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

<sup>5</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)? *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2023, p. 3.

<sup>6</sup> BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*, cit., p. 133-134. Cabe destacar que o uso das observações de Fichte não são para corroborar a noção meio metafísica, meio religiosa que influiria em sentidos controversos na política e moral alemã, mas sim a influência que sua visão passou a ter sobre o imaginário romântico e suas implicações políticas sobre a ideia de nação, comunidade, Estado.

liberdade política em que as ideias tomam forma e os diferentes projetos políticos hegemônicos passam a se confrontar em uma democracia e determinar o rumo e sentido de uma comunidade.<sup>7</sup> A cena da caneta flutuando na cabine da espaçonave e apanhada pela aeromoça antes de sua caminhada pela parede e pelo teto no filme de Kubrick demonstra muito bem isso. O choque de surpresa causado pela passagem para um meio sem gravidade íntima - tanto os tripulantes quanto os espectadores -

a suspender e revisar os pressupostos sobre a natureza de nosso movimento no espaço, que pela forma como entendemos e definimos movimento, através de coordenadas internas, não poderia nos preparar para a suspensão destas coordenadas, inevitável em um ambiente sem gravidade.<sup>8</sup>

Esta revisão e seu reconhecimento são inerentes também ao campo político e cultural e constituem nosso passaporte para outro espaço e estado de existência. Nas palavras de Henriques,

uma vez decididos de um novo sentido para as representações, quando as percepções se modificam e uma nova interpretação da realidade cultural se eleva à hegemonia, é a própria realidade que se dobra e começa a se alterar pela atuação do Poder<sup>9</sup>.

Na história do Ocidente, o Poder, para Hegel, só pode ter seu compromisso com a liberdade dentro do Estado, único momento em que o cidadão se realiza plenamente como ser ético e racional. Isso porque, este, o Estado do Ocidente é, antes de tudo, fruto da criação do espírito coletivo do homem organizado em torno de sua própria cultura. Assim, à medida que um povo sintetiza as consciências subjetivas em um espírito coletivo, esse passa a se expressar como nação, que agora irá buscar se concretizar e se caracterizar a partir de todos os bens, símbolos e lógicas culturais que criou e logrou no decorrer de sua história (território, língua, religião, costumes, bem como suas formas de organização do poder).<sup>10</sup>

Sendo assim, cada Estado de Direito é resultado

do compromisso político assumido por uma cultura, na forma de princípios e valores centrais para si (e de uma ideia de justiça como vetor) e suprassumido no Estado, na forma dos direitos fundamentais reconhecidos na constituição material e positivados na constituição formal, tendo por finalidade e meio de sua realização o compromisso com a Liberdade.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> É este o sentido de democracia, e que aqui concordamos, que desenvolve MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

<sup>8</sup> MICHELSON, Annette. Corpos no espaço: cinema como conhecimento carnal, *cit*.

<sup>9</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. *Brasil para que(m)?*. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2023, p. 4

<sup>10</sup> SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>11</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Fenomenologia do Poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como Liberdade. 2020, p. 27. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Como se buscou mostrar até aqui, é somente pela cultura, com seu complexo de criações, de representações, de valorações e de crenças, materializadas nas esferas da arte, da política, da religião e da economia, da lei e dos costumes que um povo pode se autodeterminar. Essas esferas contudo estão numa constante relação de forças “que se desdobram através de uma destruição e uma recriação, uma luta e uma cooperação, uma imbricação e uma superação que não cessam de terminar porque não cessam de recomeçar”.<sup>12</sup> Esse motor dialético da cultura implica perceber que esta está também em constante disputa e cabe a nós, enquanto povo brasileiro, assegurar que nossa cultura esteja em consonância com a persecução dos nossos próprios objetivos, de nossos interesses nacionais, para que, dessa forma, isso possa ser refletido em nossas leis, normas e costumes. É um processo de mão dupla, da mesma forma que a cultura nos determina, nós também a determinamos.

---

<sup>12</sup> ALMEIDA. Rogério Miranda de. *A fragmentação da cultura e o fim do sujeito*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 14.

## Introdução

Ao estudar a história do constitucionalismo<sup>13</sup> na experiência do Estado de Direito, que perpassa três momentos, a saber, o constitucionalismo *clássico*, o constitucionalismo *social* e o constitucionalismo *democrático*, em consonância com os momentos de uma história do Estado de Direito, José Luiz Borges Horta nota a necessidade de avançar o constitucionalismo de modo a dar-lhe *dimensões estratégicas*<sup>14</sup>, a fim de que esse seja capaz de trazer respostas aos desafios do tempo ao qual é tributário.

Se o constitucionalismo clássico<sup>15</sup> - em total consonância com o *brado liberal* daqueles tempos - estava preocupado com a garantia das igualdades jurídicas formais, ainda aferradas à noção moderna de indivíduo; o constitucionalismo social<sup>16</sup> - agitado por forças políticas de expressiva radicalização do início do século XX - com a necessidade de constitucionalização de um esforço de uma igualdade material, plasmada pela construção de uma noção abrangente e ampliativa de cidadania, por um lado, e por outro pela intervenção estatal nas realidades econômicas e; por fim, o constitucionalismo democrático<sup>17</sup> - nos tempos da Carta das Nações Unidas, da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, dos paradigmas da solidariedade e da autodeterminação dos povos - interessado com a “universalização do fenômeno do Estado de

<sup>13</sup> Sobre o constitucionalismo são referências o ensaio de BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do constitucionalismo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 23, n. 91, p. 5-62, jul./set. 1986, e HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

<sup>14</sup> Em seu texto, Horta apresenta ao menos três campos a serem repensados pelo constitucionalismo brasileiro, sendo eles: político, econômico e cultural; Cf. HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 23, p. 783-806, 2012.

<sup>15</sup> Foi durante a emergência do Estado de Direito como fenômeno jurídico ocidental contemporâneo que nas constituições clássicas a noção de soberania nacional, a limitação do poder do Estado pela divisão dos poderes e a proclamação, dos direitos fundamentais ditos de primeira geração ganhou forma. A conexão histórica entre constitucionalismo e Estado de Direito pode ser consultado em HORTA. José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*, cit. É aqui também que Horta trata das gerações de direitos fundamentais que no momento citado, a era clássica do constitucionalismo, só previa as liberdades civis e políticas.

<sup>16</sup> As Constituições do entreguerras (inaugurado simbolicamente pela Constituição de Weimar de 1919, mas antecedida pela Constituição do México e do Uruguai de 1917) embebidas pelo embate das tendências socialistas, liberais e cristãs, passaram a ampliar o conteúdo de seus textos em prol da garantia e efetivação de novos direitos fundamentais (notadamente os direitos sociais e econômicos). O que se notava era que “por trás duma igualdade apenas de posições jurídicas formais entre os homens pode esconder-se uma profunda desigualdade social” ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 2ª ed., trad. Antonio Cabral de Moncada, p. 178 *apud*. BARACHO. Teoria geral do constitucionalismo, cit., p. 45.

<sup>17</sup> Hayao Miyazaki captou com muita sensibilidade em seu último filme *O Menino e a Garça*, de 2023, o sentimento que atormentou boa parte da humanidade depois de toda *era de barbárie* que devastou o mundo de extremos jurídico-político do século XX. A perda do título original do filme no Japão, Kimitachi wa Dō Ikiru ka (“Como Viver?” em tradução simples) na adaptação para o mercado internacional também é uma perda do questionamento que segue o protagonista - e também o diretor - durante toda sua jornada. Mahito e Miyazaki perguntam-se como seguir em frente depois de tanta tragédia, depois de presenciar tanta crueldade e depois de perder tantas pessoas após a Segunda Guerra Mundial. A resposta para isso veio, como Hobsbawm identifica, do grande otimismo do pós-guerra na reconstrução e no desenvolvimento social: HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Direito repensado sobre a forma do dito Estado democrático de Direito”<sup>18</sup>; reconhecidos os contextos da globalização, da profunda mundialização dos mercados, bem como de uma extraordinária revolução tecnológica, o constitucionalismo estratégico, que propõe Horta, visa justamente uma Constituição capaz de dar respostas aos novos desafios que se colocam perante as fronteiras do Estado, isto é, de impor limites à globalização que solapa singularidade, limite às potências estrangeiras e seu imperialismo, e, mais que isso, pensar e permitir (em termos geoestratégicos e táticos) o exercício regional, nacional e global de poder pelo Estado brasileiro.

Dessa forma, o constitucionalismo estratégico trata de um problema de soberania efetiva que se desdobra em uma questão de determinação e de tomada de consciência da vontade de um Estado. Mas não da soberania interna<sup>19</sup>, que implica principalmente a capacidade de auto-organização vertical e horizontal dos poderes e de determinação dos direitos fundamentais de determinado povo, pois essas estão relacionadas ao constitucionalismo do poder e ao constitucionalismo da liberdade, já bastante desenvolvidos desde a Revolução Francesa<sup>20</sup>. Trata-se, então, de cuidar em refletir e desenvolver outra dimensão da soberania, sua dimensão externa, da qual, talvez, dependa a efetivação da primeira, uma vez que o Estado precisa pensar tanto em seu compromisso com a liberdade como esforço de garantia desta internamente, quanto em seu igualmente central compromisso com a liberdade como esforço de imposição desta externamente, como capacidade de um Estado de Direito colocar no mundo e efetivar o seu projeto de liberdade e cidadania.

Por essa razão, nos parece que o marco de emergência da consciência desse constitucionalismo estratégico tenha se dado justamente após a queda do Muro de Berlim, quando encerrado o conflito que dividira o mundo entre dois polos, Washington e Moscou, diante da derrocada do segundo, quando “restaria ao Império estadunidense a imagem triunfante de suseranos do mundo”.<sup>21</sup> Este, por sua vez, empenhou-se em expandir a pretensiosa ideia de cosmopolitismo uniformizante (coerente ao seu modelo mercadológico de criação de um espaço

<sup>18</sup> HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico, *cit.*, p. 787.

<sup>19</sup> O Professor Paulo Bonavides, ao pensar o conceito de soberania, percebe a existência de duas dimensões distintas (embora conexas): "A soberania, que exprime o mais alto poder do Estado, a qualidade de poder supremo (*suprema potestas*), apresenta duas faces distintas: a interna e a externa. A soberania interna significa o *imperium* que o Estado tem sobre o território e a população, bem como a superioridade do poder político frente aos demais poderes sociais, que lhe ficam sujeitos, de forma mediata ou imediata. A soberania externa é a manifestação independente do poder do Estado perante outros Estados", BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 119.

<sup>20</sup> 'A história do pensamento ocidental é um embate entre liberdade e poder' diria Joaquim Carlos Salgado, *cf.* SALGADO, Joaquim. Estado ético e Estado poético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998, p. 9.

<sup>21</sup> HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico, *cit.*, p. 788.

mundializado de consumo), no qual todas as nações deveriam convergir a uma Nova Ordem Mundial, marcada por um único modelo de Estado - a assim chamada “democracia liberal”, que o Consenso de Washington, através de suas “sereias neoliberais”<sup>22</sup> ousou impor ao mundo como única forma verdadeira.

Essas ideias totalizantes serviram para transformar globalização e neoliberalismo - e, em certo sentido eram - em forças irrefreáveis, “cabendo ao esquerdista (ingênuo) aderir a elas com um pensamento cosmopolita absolutamente incapaz de promover qualquer reação ao pensamento único”.<sup>23</sup> E o êxito dessas ideias se dá justamente pelas forças desse império se apresentarem como um impessoal mercado, o qual, contudo, não cansa de destituir qualquer instância de politicidade dos Estados, retirando, dessa maneira, sua única forma de responder às transformações em curso, isto é, soberanamente.

Nesse sentido, dos três campos que Horta incentiva-nos a repensar, nos marcos de um constitucionalismo estratégico, o político, o econômico e o cultural, a seu juízo ainda pouco explorados, nossa preocupação neste trabalho dirigir-se-á ao último, mais especificamente uma preocupação estratégica sobre a chamada cultura de massa, no sentido de uma defesa cultural<sup>24</sup>, como trabalhou Paulo Roberto Cardoso em sua tese de doutorado. A preocupação de Cardoso com uma soberania cultural surge justamente quando se percebe que o processo de imperialismo dirigido às nações *periféricas* nunca cessou, apenas mudou sua face. Os conflitos belicosos que tanto marcaram as guerras do século XIX e XX agora são travados também no campo da cultura. O desenvolvimento das técnicas de comunicação por rádio, por audiovisual (notadamente cinema e televisão), e mais recentemente, pela internet, bem como as técnicas de propaganda, contribuíram, em larga escala, para essa mudança. Se antes a dominação das nações centrais se traduzia apenas pela conquista de novos territórios e vitórias militares, “o domínio frente aos mercados, às mentes e às ideias das nações”<sup>25</sup> é muito mais silencioso e bastante efetivo.

Como mostrou Joseph Nye, no início deste milênio, já na contramão do pensamento tradicional das Relações Internacionais, que ainda insistiam no *hard power*, com foco nos recursos coercitivos militares e sanções econômicas, para explicar a lógica de poder no sistema

<sup>22</sup> A metáfora é de Horta, utilizada em HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico, *cit.*

<sup>23</sup> HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico, *cit.*, p. 789.

<sup>24</sup> Nesse sentido, a Tese do estrategista mineiro CARDOSO, Paulo Roberto. Diatética cultural: Estado, soberania e defesa cultural. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, é grande referencial para este trabalho.

<sup>25</sup> CARDOSO, Paulo Roberto. Diatética cultural..., *cit.*, p. 100.

internacional, o *soft power* era não só muito mais efetivo em um cenário de *interdependência complexa*<sup>26</sup>, como também muito menos custosos para as potências em termos de orçamento público<sup>27</sup>.

É ainda menos custosa a estratégia de dominação pela via cultural quando se nota que a ascensão do imperialismo americano, no final do século XIX e início do século XX - a qual substituiu a globalização dos modos de vida europeus pelos objetivos do capitalismo ao estilo estadunidense<sup>28</sup> -, até a queda do Muro de Berlim e os trinta anos de neoliberalismo globalizante que se seguiram, serviu para tornar a ideia de uma *globalização cultural* em algo incontornável e, sobretudo, compreendida de forma positiva. Não à toa, inúmeros trabalhos vêm a massificação da cultura de nosso tempo como um fenômeno democratizante, já que essa *cultura-mundo ou cultura mainstream* pautada na sua capacidade incessante de produzir *novidades acessíveis* e que servem de entretenimento ao maior público possível, teria arrebatado a vida cultural à pequena minoria intelectualizada, que antes a monopolizava, pondo-a ao alcance de todos.

Assim, a radiodifusão que nasceu fortemente estatal, nos anos XX, uma vez consumado o colapso do socialismo, entrou na agenda de transição para o capitalismo, seguindo receitas variadas. Houve algum esforço para convertê-la em sistemas públicos, mas quase todas as rádios públicas ou com participação pública ocupam hoje posição secundária diante das

---

<sup>26</sup> A Teoria da Interdependência Complexa, proposta por Robert O. Keohane e Joseph S. Nye na década de 1970, apresenta uma perspectiva alternativa ao realismo nas relações internacionais. Essa abordagem sustenta que os Estados e os atores não estatais estão interligados por uma ampla rede de vínculos políticos, econômicos e sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Diferentemente das concepções tradicionais que priorizam o poder militar e a segurança, a teoria enfatiza que as dinâmicas internacionais são moldadas por diversos fatores transnacionais, os quais influenciam — e são influenciados — tanto pelos Estados quanto por outros agentes do sistema global.

<sup>27</sup> NYE Jr., J. S. *The benefits of soft power*. 2004. Disponível em: <http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>. Acessado em jun. de 2025.

<sup>28</sup> Max Weber escreveu, ou melhor, descreveu a predisposição, entre as teologias existentes, do calvinismo ser o mais adequado ao espírito do capitalismo - o luteranismo nem tanto; o anglicismo tão pouco; e o catolicismo de forma alguma. A razão para isso está na maneira como cada uma das vertentes do cristianismo interpreta o mistério da predestinação. Porque como Deus é onisciente, ele sabe, desde todos os tempos, que você vai nascer, e se você será condenado ou se será salvo. Mas ele não revela isso, então as religiões cristãs dizem: “se comporte como se você fosse ser salvo”. O calvinista, por contrapartida, também não sabe de seu destino, mas para ele, Deus lhe dá sinais de que o escolheu. Um dos sinais mais claros é quando o trabalho frutifica e o indivíduo enriquece. O trabalho, que era considerado coisa de escravo, coisa dos servos, de repente passa ser a virtude máxima da vida contemporânea; cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. Por isso mesmo o historiador Achille Mbembe tenha percebido, após o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo em 1945 e o comunismo em 1990, que o capital financeiro se tornou a nova “teologia secular” do Estado; cf. MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminado. *IHU: Unisinos*, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. O neoliberalismo com a ideia do empreendedorismo e do empresário de si mesmo repõe — e não é por acaso que o neopentecostalismo está aí — essa ideia calvinista de que o trabalho é virtude, a preguiça é vício e você tem o dever de trabalhar. O resultado perverso disso é aquele que Han tem constantemente denunciado em suas obras, uma sociedade do cansaço, “aquela que por excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma” HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 71.



emissoras privadas, caracterizadas muitas vezes pela falta de regulamentação, pelo grande fluxo de capital e pela reprodução de conteúdos estrangeiros. Sob a lente da economia de mercado, que se aproveita do vazio regulatório e de fiscalização, no Brasil se observa o ataque e desmonte da radiodifusão pública, que longe de afastar o oligopólio da comunicação dos totalitarismos do século XX, apenas o substituiu pelo *totalitarismo de mercado*.<sup>29</sup>

O modelo de comunicação privada, que se colocou como o mais livre, como nota Mario Vargas Llosa, ao contrário de democratizar a cultura, transformou o entretenimento em valor supremo, criando em seu lugar uma *civilização do espetáculo*, como defendido em seu livro homônimo. Essa civilização cujo “o primeiro lugar na tabela de valor vigentes é ocupado pelo entretenimento”<sup>30</sup> teve efeitos significativos, um tanto quanto inesperados, muitos dos quais nefastos, sobre diversas áreas do cotidiano. Entre eles destaca-se: a banalização da cultura, a generalização da frivolidade e, no campo da comunicação, a proliferação do jornalismo irresponsável.

A exceção a esse fenômeno, em alguma medida, vem dos países (rebeldes) que deram suas respostas contra-hegemônicas e apresentaram projetos de soberania cultural, notadamente, Rússia e China, que, não por coincidência, estão de fora da tradição cultural do ocidente. O controle sobre suas redes de comunicação, bem como a soberania digital que detêm, os tem feito escapar também das chamadas *guerras híbridas*, e, em alguns casos, até praticá-las. Esse tipo de estratégia, identificada pelo analista geopolítico estadunidense Andrew Korybko, é, sem dúvidas hoje, uma das maiores ameaças à soberania de um Estado.<sup>31</sup>

Llosa não foi o único a perceber o efeito da cultura de massa sobre a política. O filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han, um dos pensadores centrais na leitura de nosso tempo, escreveu e publicou durante a pandemia, seu livro intitulado *Infocracia*<sup>32</sup>, que redigido em seu tom ensaístico, com frases curtas, carregado de ideias sínteses é certamente indispensável para se pensar no fenômeno das redes sociais, do controle de dados e informações sobre a perspectiva

<sup>29</sup> Pegamos a expressão de empréstimo de HENRIQUES, Hugo Rezende. A totalidade contra os totalitarismos: Hegel e a Vontade Nacional. In: José Luiz Borges Horta. (Org.). Hegel, Paixão e Diferença. 1ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021, v. 1, p.119-120: “Mas mesmo o pensamento tributário das leituras kojevianas de Hegel, que entendia a parábola do Senhor e do Escravo não como mediação, mas justamente como luta de vida e morte e que influenciaria todo o assim chamado ‘Politicídio’ cometido pela intelectualidade francesa do pós-guerra, igualmente abriria as portas do Ocidente para o totalitarismo de mercado que o Império vigente – Extremo-Occidental – importaria ao mundo de forma imensamente mais agressiva a partir da queda do muro de Berlim”.

<sup>30</sup> LLOSA Mario Vargas. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Trad. Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023, p. 29.

<sup>31</sup> KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

<sup>32</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Trad. Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

da crise da democracia. O título do livro – *Infocracia* –, sugere justamente o regime a qual boa parte do mundo está submetido, uma sociedade na qual se exerce o poder por meio do uso que se faz da informação como meio de dominação. Nele, Han alerta para como o comportamento eleitoral é influenciado por corporações de *big data* tal qual o comportamento do consumo é moldado pela publicidade, isto é, em níveis inconscientes. O exemplo utilizado é a vitória de Donald Trump nas eleições de 2020, que a própria CNN apelidou na época de *meme election*.

No contexto brasileiro, Hugo Henriques tem constantemente denunciado o efeito perverso que a importação acrítica de ideologias e agendas estrangeiras tem sobre os interesses nacionais, sobre nossa soberania e sobre a possibilidade de realização plena do Estado brasileiro<sup>33</sup>. Processo esse que chamou de *ideologênese*, em grande parte conduzido pela manipulação da opinião pública e de um legislativo subserviente a interesses estrangeiros, é mais uma das estratégias do imperialismo do *pensamento único*, especificamente elaborada num contexto de guerra cultural, para minar a soberania e os interesses dos Estados nacionais.

Seja frente a um processo de ideologênese, de uma infocracia ou até mesmo da espetacularização da civilização, é necessário perceber que se quisermos recuperar alguma autoconsciência e determinação sobre a cultura brasileira, para que essa se faça reconhecida no mundo, já é dada a hora de um novo constitucionalismo que reconheça a dimensão estratégica ocupada pela nossa cultura dentro do Estado. Cabe a nós abraçarmos o destino do Brasil e imaginarmos uma nova Constituição contemporânea capaz de responder aos desafios que se colocam diante de nosso povo, pois “se não cuidarmos desse país que é nosso, os gerentes das multi e seus servidores e *sequazes civis* e militares continuarão forçando o Brasil a existir para eles”.<sup>34</sup>

Contudo, parece haver ainda outro problema, que antecede nossa preocupação contemporânea, que é a forma como a cultura de massa tem sido lida ao longo de sua história, que curiosamente se relaciona com os momentos constitucionais dos quais falávamos anteriormente. O constitucionalismo social do século XX, como lembra Horta, não direcionou apenas o Estado Liberal de Direito à construção de um inovador Estado Social de Direito. Devido às radicalizações ideológicas daqueles tempos, levou a ao menos três versões deste constitucionalismo social:

<sup>33</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereiro mundial: guerras culturais, “ideologênese” e as ameaças ao Estado soberano. *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)*, 10<sup>a</sup> ed., 2018, São Paulo. Anais. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337\\_ARQUIVO\\_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337_ARQUIVO_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf).

<sup>34</sup> RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985, p. 12.

os Estados ditos fascistas com suas expressões ditatoriais e regimes de exceção, os Estados ditos socialistas e seu notório desprezo pelas “liberdades burguesas” e o padrão afinal adotado pela cultura europeia ocidental do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*.<sup>35</sup>

Em paralelo, é possível observar ao menos também três formas como a cultura foi conduzida nesses momentos. Isto é, os usos totalitários que viram nos modernos meios de comunicação de massa uma maneira de transformar a cultura em propaganda política, mas por outro lado, e curiosamente pouco lembrando, também levou ao uso da radiodifusão pública, pelas democracias europeias pautada na construção da cidadania e da democracia. Contudo, e não por acaso, dada a vitória do modelo neoliberal, a cultura de massa, quando mediada por sistemas públicos passou a ser erroneamente associada a um controle artificial e autoritário da cultura. E apesar de se apresentar como mais livre e espontânea, a cultura de massa mediada agora sob a ótica privada fez dela uma indústria de manipulação por parte dos interesses estadunidenses. Assim, historicamente instrumentalizada pelos totalitarismos do século XX, a cultura de massa parece sempre ser abordada dentro da academia de forma pejorativa, quando não celebrada como mera futilidade, perdendo-se, assim, a possibilidade de enxergá-la estrategicamente, nos moldes soberanos como trabalhamos aqui. Por isso, na Capítulo I atravessaremos as terminologias dessa cultura de massa, e apresentaremos a definição que mais se adequa a este trabalho, para em seguida entender quais foram seus usos pelos regimes autoritários. Passado esse momento, trabalharemos na Capítulo II o modelo em voga da cultura de massa, isto é, aquela que instrumentalizada pela lógica privada a transformou em um entretenimento dopaminérgico e suas consequências políticas e sociais. Passando em seguida para as análises do caso brasileiro e chinês, como exemplos opostos no que diz respeito à reivindicação da soberania externa. E, por fim, na conclusão, tentaremos expor uma outra visão sobre a cultura de massa e seu aspecto central, isto é, o entretenimento, ou, mais especificamente, o *bom entretenimento*.

---

<sup>35</sup> HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico, *cit.*, p. 786.

# **CAPÍTULO I**

## **ASCENSÃO DA CULTURA DE MASSA**

## 1. Terminologia e âmbito: clarificação

Embora inúmeras sejam as definições sobre aquilo que venha a ser cultura de massa, a certeza de que estamos inseridos nela é clara - do homem do interior que liga seu rádio e ouve a música popular brasileira ou, mais frequentemente, música de massa estadunidense, à mulher que liga sua televisão e assiste às novelas do horário nobre, seu marido que assiste ao jogo de futebol e suas crianças que assistem os *blockbusters* estadunidenses e, quase todos ouvindo o repórter da noite. Ou, em menor escala, o casal que vai ao cinema e assiste algum filme da saga dos Senhor dos Anéis, Harry Potter ou *Star Wars*.

A quantidade de termos para se referir a ela criou um autêntico *quebra-cabeça*, dada as várias acepções que cada um busca enfatizar. Assim, *indústria cultural*, *cultura popular*, *cultura global* dão certa ênfase na produção, no consumo e na distribuição, respectivamente. Outros, como *espetáculo*, *mainstream* e *kitsch* tem os juízos voltados muito mais aos artigos “culturais” produzidos por elas. Esses termos, como enfatizou um estudioso da cultura de massa, longe de defenderem uma visão objetiva sobre o termo, disputam uma definição sobre a cultura de massa, bem como os usos e efeitos que essa pode ter sobre a sociedade. Contudo, apesar do uso indiscriminado dos termos, todas parecem reconhecer um aspecto constante na cultura de massa: o entretenimento.<sup>36</sup>

Assim, desde logo notaremos que o entretenimento não é um fenômeno novo. Desde as origens da civilização, a arte e a cultura através do entretenimento ocuparam papel central na formação das comunidades humanas. Elas se configuravam como formas de expressão coletiva, espaços de comunicação simbólica em que a sociedade se reconhecia a si mesma. Dos circos romanos de outrora às grandes partidas de futebol de nossos dias, todos serviram e servem como pretexto e liberação do irracional, em que o sujeito se coletiviza, transforma-se em massa. Das festas pagãs dionisíacas da Grécia Antiga às festas de carnavais de nossos dias - para utilizar um exemplo brasileiro -, são todas cerimônias de desregramento e catarse coletiva. É nesse sentido que Hans-Georg Gadamer, em *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa* (1977), propõe compreender a arte. Não como questão subjetiva de gosto (como em Kant); ou uma produção autônoma e genial do artista (como no romantismo), mas como festa. Uma experiência compartilhada que traduz o ser coletivo<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> MOREIRA, João Paulo. Problemas da cultura de massa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 13, 1984.

<sup>37</sup> GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Trad: Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

Ao definir a arte como jogo (*Spiel*), Gadamer enfatiza seu caráter participativo: o espectador não é mero observador, mas é jogado pelo próprio movimento da obra, inserindo-se em uma dinâmica não como espectador passivo, mas como participante de uma experiência viva e coletiva. A arte, assim como o jogo, não visa a um fim utilitário; ela é vivência em comum, um acontecimento que só existe enquanto relação. Quando a arte é entendida como símbolo (*Symbol*), revela-se não como um sinal arbitrário, mas uma presença que remete a algo ausente, age como mediação entre o visível e o invisível - a arte revela o ser, como diria Heidegger, mestre de Gadamer.<sup>38</sup> Por fim, ao concebê-la como festa, Gadamer destaca seu poder de congregar: a arte reúne, celebra e reafirma a pertença a uma comunidade. A festa é o momento em que a sociedade se reconhece em seus valores, suspendendo o tempo cotidiano para experimentar a plenitude do *estar-junto*. Como nos lembra Henriques, “não por acaso é de uma festa (dionisiaca) que o Sócrates da República está retornando ao pensar a organização ideal da *polis*”.<sup>39</sup>

O que talvez tenha mudado e feito as leituras sobre cultura de massa se multiplicarem a partir da década de 1950 é a posição que esse entretenimento ocupa nas sociedades contemporâneas. Isso porque o momento de entretenimento da arte não substituiu o papel que a cultura desempenhava nas sociedades. Mas complementava-o. Tinha uma função cívica e coletiva. Nessa leitura, a arte e a cultura encontram um importante antecedente na filosofia hegeliana do espírito. Na *Fenomenologia do Espírito*<sup>40</sup> Hegel apresenta a arte como um dos momentos fundamentais da manifestação do Espírito Absoluto — isto é, da autoconsciência que o espírito humano alcança de si mesmo por meio de suas criações culturais. Entretanto, a arte apenas intui o espírito absoluto. Mas este, para ser compreendido como Espírito Absoluto, ainda precisa ser representado na religião e refletido pela filosofia como conceito. É nesse contexto que se insere a célebre fórmula atribuída a Hegel: “a arte intui, a religião representa e a filosofia pensa”. A frase sintetiza os três modos pelos quais o Espírito Absoluto se manifesta na história. A arte é o primeiro desses modos, o mais sensível e imediato. Por meio da intuição sensível, ela torna visível o absoluto — traduz o espiritual em forma estética. A religião, por sua vez, traduz essa mesma verdade em representação, isto é, em imagens e símbolos que orientam

<sup>38</sup> HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1991.

<sup>39</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?: *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2023, p. 15.

<sup>40</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2014.

a vida coletiva e moral da comunidade. Já a filosofia é o momento do pensamento conceitual, que apreende racionalmente aquilo que a arte e a religião apenas intuem e representam.<sup>41</sup>

Hegel não atribui à religião o papel de representar o absoluto por acaso. Após o enfraquecimento da cultura clássica, em que “o deus e o divino tornavam-se manifestos à cultura grega na forma de sua própria expressão plástica”<sup>42</sup>, isto é, em seus templos, estátuas e até no corpo humano idealizado, com o cristianismo, o divino se interioriza: Deus torna-se espírito, inacessível à representação sensível. A arte, então, carecia de uma justificativa. Ela produz verdade ou apenas aparência? É somente depois de muita resistência sobre o uso de imagens - a chamada “tempestade de imagens” (iconoclastia) - que a Igreja acabou relegitimando a arte ao dar-lhe uma nova função: a de comunicar a fé. É aí que surge a famosa ideia da “*Biblia pauperum*” — a Bíblia dos pobres (analfabetos). A arte passa, então, a ter um valor pedagógico e espiritual, justificada por um novo conteúdo de verdade, o conteúdo cristão.

Ao longo da Idade Média e do Renascimento, essa legitimação se manteve. A arte cristã desenvolveu uma linguagem visual e simbólica riquíssima, capaz de expressar o conteúdo espiritual da civilização ocidental. E, sendo a arte a verdade religiosa, a cultura “durante muitos séculos foi um conceito inseparável da religião e do conhecimento teológico”<sup>43</sup>. E, apesar de nem sempre ser patrimônio do campo religioso - na Grécia, este foi marcado pela filosofia, e em Roma pelo direito, ao passo que, em épocas mais recentes, como o Iluminismo, foram as ciências que deram o rumo principal à ideia de cultura -, em todas elas havia uma figura em comum “representando” e “pensando” a cultura: o intelectual.

Essa unidade entre forma e conteúdo, entre arte e verdade, rompe-se apenas no século XIX, com as grandes transformações da modernidade: secularização, fragmentação religiosa, e o advento da sociedade industrial.<sup>44</sup> A crença de que as ciências humanizariam por si próprias eram tão grandes que, uma vez descobertas as “fórmulas” e as “leis” sobre como os seres humanos se comportavam, se eliminariam “vastas áreas de ignorância e erro” da humanidade.<sup>45</sup> Talvez exista outras razões - e com certeza há - para que “o personagem que há séculos e até

<sup>41</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2014.

<sup>42</sup> GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*, cit., p. 15.

<sup>43</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 59.

<sup>44</sup> Como nos lembra Isaiah Berlin, era isso que Holbach e Helvétius orgulhavam-se de ter feito, ou ao menos começado: retirado das escolas o estudo do “entulho inútil de línguas mortas ou o palavreado perigoso chamado metafísica e teologia” e inserido apenas o essencial, “as ciências naturais, a sociologia, a ética. Esse era o sonho de toda pessoa esclarecida no século XVIII, e Diderot é apenas seu expoente mais eloquente, e La Mettrie apenas o mais deliberadamente chocante e paradoxal”. BERLIN, Isaiah. *Ideias Políticas na era romântica*, cit., p. 119-120.

<sup>45</sup> BERLIN, Isaiah. *Ideias Políticas na era romântica*, cit., p. 119.

relativamente pouco tempo desempenhava papel importante na vida das nações”<sup>46</sup> tenha desaparecido. Mas isso não altera o quadro geral: enclausurado nas Faculdades de Humanidades, o intelectual desapareceu dos debates públicos - pelo menos dos que importam - e em seu lugar passou a predominar, devido à primazia que as imagens assumiram em detrimento das ideias, aqueles que possuem espaço e relevância na grande mídia (atores, cantores, “celebridades” no geral).

É nesse ponto que Mario Vargas Llosa, em *A civilização do espetáculo*, identifica a grande mutação do termo “cultura”. Para o escritor, o que outrora designava o conjunto de práticas e saberes que elevavam o espírito e orientavam a sociedade passou a incluir toda forma de expressão ou entretenimento. “Tudo é cultura”<sup>47</sup>, denuncia Llosa — mas, paradoxalmente, quando tudo é cultura, essa perde o seu valor. O resultado é uma banalização generalizada do sentido: se toda futilidade é legitimada como expressão cultural, desaparece o critério que distinguia o que contribui para o aprimoramento humano daquilo que apenas distrai.

O contexto que Llosa aponta para o Ocidente ir se resvalando para uma civilização desse tipo, baseado na leitura que fez da *Rebelião das Massas* de Ortega y Gasset, é do bem-estar que a modernidade passou a experimentar com as revoluções experimentadas no campo da tecnologia. Com efeito, não apenas a população no mundo todo crescia em saltos suntuosos<sup>48</sup>, como também a qualidade média de vida da população melhorava substancialmente. Assim, ao mesmo tempo em que em todas as sociedades que viviam sob Estado de Direito as classes médias cresciam como uma bola de neve, “ocorreu uma notável abertura dos parâmetros morais, a começar pela vida sexual, tradicionalmente refreada pelas igrejas e pelo laicismo pudico das organizações políticas, tanto de direita quanto de esquerda”.<sup>49</sup> O fato é que “o bem-estar, a liberdade de costumes, bem como o espaço crescente ocupado pelo ócio no mundo desenvolvido construíram notável estímulo para a multiplicação das indústrias de diversão”.<sup>50</sup>

Quando Ortega y Gasset se referia às *massas*, ele não estava tratando de um grupo social ou econômico específico, mas de um sujeito típico da modernidade: um indivíduo beneficiado pelo progresso técnico e material, mas destituído de interioridade e senso crítico. O homem-massa, para Ortega, é aquele que, sem qualidades excepcionais, se considera no direito de impor suas opiniões, não por convicção racional, mas por mera inércia e conformismo. Esse sujeito

<sup>46</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 39.

<sup>47</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 63.

<sup>48</sup> Para ter dimensão de grandeza, quando Ortega y Gasset publicava sua obra, o mundo havia acabado de atingir a marca de 2 bilhões de pessoas. Hoje, menos de um século à frente, já atingimos a marca de 8 bilhões.

<sup>49</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 30.

<sup>50</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 30



vive voltado para o presente, guiado por impulsos e pela busca de satisfações imediatas e pessoais. Por isso mesmo, o homem-massa é arrogante, ou como diria Ortega y Gasset, “mimado”. Este sujeito cujo passado não lhe interessa, a não ser o desfrute de todos os benefícios que a civilização e a técnica lhe trouxeram, gera o sentimento de que seus direitos prevalecem sobre seus deveres – de fato, apenas direitos e quase nenhuma obrigação. “O menino mimado é o herdeiro que se comporta exclusivamente como herdeiro. Agora a herança é a civilização - as comodidades, a segurança; em suma, as vantagens da civilização”.<sup>51</sup>

Como lembra Eiiti Sato,

na filosofia escrevendo sobre o esclarecimento (*Aufklärung*), Immanuel Kant (1724-1804) dizia que o homem deixa a menoridade, tornando-se adulto, quando é capaz de pensar por si próprio, mas reconhecia que pensar por si próprio dá muito trabalho: é preciso ler muito, estudar muito e refletir muito sobre as questões que o preocupam [...] Provavelmente, se avançarmos ainda mais nessa direção, iremos encontrar o escritor Fiódor Dostoiévski (1821-1881) cujos personagens – torturados pela dúvida e pela ansiedade sobre os dilemas insolúveis da existência humana – incluíam o sofrimento como parte inerente ao caminho do conhecimento, e da salvação.<sup>52</sup>

Construir uma opinião própria, diferente da opinião corrente, requer considerar todas as implicações que essa pode ter para si e para os outros. Assim, a maior parte das pessoas não está disposta a percorrer esse difícil e tortuoso caminho do esclarecimento. Seja como menino mimado, seja como um homem na menoridade, no campo político, em especial nos sistemas onde o conceito de democracia é praticamente reduzido ao exercício do voto, o predomínio do homem-massa favorece a opinião do líder, do pregador, do grupo, ou, se considerarmos o momento em que Ortega publicava sua obra, do rádio. A comodidade da opinião desse tipo de político, o qual apenas delineia os desejos sem, contudo, apresentar os meios (ou pelo menos meios razoáveis) para tal, ganha grande espaço no seio das nações contemporâneas. Não é de se surpreender que o homem responsável por alcançar a mente e os corações do povo Alemão e constituir um dos regimes mais violentos e sanguinários da história humana, seja, na melhor das expressões, um homem medíocre.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Trad. Felipe Denardi. São Paulo: Vide Editorial, 2016, p. 174.

<sup>52</sup> SATO, Eiiti. “A Rebelião das Massas”: uma releitura um século depois. *Ricardo Velez*, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ricardovelez.com.br/blog/a-rebeliao-das-massas-uma-releitura-um-seculo-depois-por-eiiti-sato-professor-de-relacoes-internacionais-universidade-de-brasilia>.

<sup>53</sup> Kershaw argumenta que a imensa popularidade de Hitler não se devia à sua personalidade intrínseca (que ele descreve como uma associal em alguns aspectos), mas sim ao resultado de um culto ao *Führer*, meticulosamente construído através da propaganda pelos meios de comunicação de massa pelo regime nazista, liderado por Joseph Goebbels. Essa imagem fabricada explorou as esperanças, percepções, fobias e preconceitos prevalentes entre o povo alemão na época. Cf. KERSHAW, Ian *The Hitler's Myth: Image and Reality in the Third Reich*. Oxford University Press, 2010; KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Trad. Miriam Oelsner. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

A ascensão das massas, portanto, não é apenas e nem principalmente um fenômeno demográfico, mas espiritual: ela representa a vitória da mediocridade sobre a excelência, do imediato sobre o duradouro. Ortega não condena a democratização da vida social, mas alertava para o perigo de uma sociedade sem guias intelectuais, em que a cultura já não desempenha o papel de formar o juízo e refinar o gosto. Sem a presença de uma elite cultural — entendida não como aristocracia, mas como consciência crítica da coletividade —, as massas, mais visíveis e mais numerosas, sentiram-se cada vez mais no direito de influir na vida pública.<sup>54</sup>

Desse modo, a modernidade cria um paradoxo: ao mesmo tempo em que cria os meios capazes de expandir o acesso à informação e à cultura, destrói as bases simbólicas que poderiam orientar o uso crítico desse acesso. Nesse vácuo, a cultura, assim, deixa de cumprir sua função de mediação simbólica e crítica e torna-se refém da lógica de qualquer projeto que a instrumentalizar.

Por isso mesmo, a ter que optar por um termo dentre as inúmeras terminologias já citadas anteriormente, optamos pela expressão *cultura para as massas* que Alfredo Bosi utiliza em sua obra *Dialética da Colonização*.<sup>55</sup> Sua visão se distancia da maioria, ao escapar da exemplificativa dicotomia feita por Umberto Eco entre os *apocalípticos* (intelectuais que criticam a cultura de massa, dado seu caráter puramente “alienador”) vs *integrados* (os que defendem o caráter socializador dos meios de massa)<sup>56</sup>, justamente por perceber que os meios de comunicação de massa transformarão

a cultura [de massa] na linha determinada pela filosofia de valores própria do projeto político-social que os utilizar. Até o momento, essa linha tem sido neocapitalista modernizante, com fases mais ou menos acentuadas de conformismo ou inovação. Não se deve esperar da cultura de massas e, menos ainda, da sua versão capitalista de indústria cultural, o que ela não quer dar: lições de liberdade social e estímulos para a construção de um mundo que não esteja atrelado ao dinheiro e ao *status*.<sup>57</sup>

Antes, contudo, desse projeto “neocapitalista modernizante” de que fala Bosi se tornar o modelo de cultura de massa por excelência (que trataremos na Capítulo II), este totalitarismo de mercado disputava no século XX com outros totalitarismos o projeto em torno da cultura de massa. Estes captaram a potencialidade de alcance das novas tecnologias para se dirigir às massas e puseram a cultura e a arte a serviço da propaganda política. Tanto no regime soviético, em que o *dirigismo cultural* estava interessado em exercer uma pedagogia e mobilização da

<sup>54</sup> ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*, cit. Em idêntico sentido caminhava, em ponto de vista muito mais prático, o debate de Lenin sobre o papel da elite partidária na Revolução; cf. LENIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer?: problemas candentes do nosso movimento*. Trad. M. de S. Portella. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>55</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>56</sup> ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>57</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, cit. p. 321.

população dentro dos princípios socialistas, quanto no regime nazifascista, cujo controle dos meios de comunicação visava justamente o contrário, extirpar da cultura ariana a “dominação judaica e bolchevista”. Mas também, e contra esses modelos autoritários, surgiram na Europa os modelos de comunicação públicos - designada pelo tão injustiçado termo radiodifusão pública - interessados em afirmar e fortalecer as recém-nascidas democracias sociais contemporâneas.

Por isso mesmo, antes de entender os usos que a expansão dos meios de reprodução — por rádio, depois o cinema e a televisão - deram à cultura, é relevante recapitular qual tipo de relação as nações estavam desenvolvendo nos princípios do século XX, quando os avanços tecnológicos ampliaram as capacidades de comunicação de massa.

### 1.1 Modernidade, Comunicação e Massas

Lastreado no processo de inovação tecnológica, um fenômeno passou a ocupar espaço central no debate cultural na modernidade, aquilo que Samuel Huntington chamaria alguns anos depois, ao final do século XX, de “choque de civilizações”.<sup>58</sup> Seja por motivos pragmáticos, imperialistas ou de mera curiosidade sobre outras culturas, o processo de globalização acelerou o tempo e encurtou os espaços e, ao invés de “diluir” a diferença entre o *interno* e o *externo*, como alguns supuseram, só a fez aumentar. Isso porque “o homem enquanto figura universal tampouco existe, já que o universo de significações que chamamos de ‘mundo cultural’ não se conforma igualmente entre os diferentes grupamentos humanos, mas em lógicas coletivas às quais podemos denominar comunidades” (tradução nossa).<sup>59</sup> E, se como já mostrou Celso Lafer<sup>60</sup>, responder à pergunta “quem sois?” no plano individual não é fácil, no plano coletivo é sempre ainda mais complexa.

Assim, das *polis* gregas que estabeleciam seu senso de comunidade pelo culto primitivo dos seus deuses *lares*<sup>61</sup> aos primeiros esforços na modernidade de construção das nações a partir de lastros comuns, como língua, religião e território<sup>62</sup>, todo tipo de vínculo necessitou de adesão coletiva para ter sucesso. Decorrido tempo suficiente e por obra da interiorização - quando as

---

<sup>58</sup> O professor Samuel Philips Huntington apresenta o cenário prospectivo em que após o fim da Guerra Fria, os conflitos e guerras não mais serão entre reis, entre Estados e entre ideologias, mas, sim, entre civilizações: A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Neste mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em torno de termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. Entretanto, a violência entre Estados e grupos de civilizações diferentes carrega consigo o potencial para uma escalada na medida em que outros Estados e grupos dessas civilizações acorrem em apoio a seus países afins. O sangrento choque de clãs na Somália não apresenta nenhuma ameaça de um conflito mais amplo. O sangrento choque de tribos em Ruanda tem consequência para Uganda, Zaire e Burundi, mas não muito além desses países. Os sangrentos choques de civilização na Bósnia, no Cáucaso, na Ásia central e na Caxemira poderiam se transformar em guerras maiores. Nos conflitos iugoslavos, a Rússia proporcionou apoio diplomático aos serviços, enquanto a Arábia Saudita, a Turquia, o Ira e a Líbia forneceram fundos e armas para os bósnios, não por motivos ideológicos, de política de poder ou de interesse econômico, mas devido a afinidade cultural. Vaclav Havel assinalou que ‘os conflitos culturais estão aumentando e são mais perigosos hoje em dia do que em qualquer outro momento da história. E Jacques Delors concordou que ‘os futuros conflitos serão deflagrados mais por fatores culturais do que pela economia ou pela ideologia’. E os conflitos culturais mais perigosos são aqueles que ocorrem ao longo das linhas de fratura entre civilizações”. (HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. São Paulo: Objetiva, 1997, p. 21).

<sup>59</sup> CARVALHO, João Pedro Braga de; HENRIQUES, Hugo Rezende Mitologías del uno y del otro: entre el antagonismo destructivo y el agonismo constructivo. *Cultura, Cidadania e Direitos Humanos*: no prelo., p. 1

<sup>60</sup> LAFER, Celso. *A Identidade do Brasil e a Política Externa do Brasileira*: Passado, Presente e Futuro, São Paulo: Perspectiva 2001.

<sup>61</sup> COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga*: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Claret, 2009.

<sup>62</sup> Sobre o tema ver: BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, em especial o capítulo “Nação”; e BALESTRA, Vinicius Batelli de Souza; HENRIQUES, Hugo Rezende. As três caravelas ou de Peri, pelo Abapuru aos Mais Doces Bárbaros: contribuições para uma história da Cultura brasileira. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte, v. 04, n. 02, pp. 01-17, 2019.

práticas deixam de serem sentidas racionalmente, para se estabelecerem como costume e tradição - esse repertório comum solidifica-se e assim fundam-se os *mitos* - quando as práticas deixam de serem sentidas racionalmente, para se estabelecerem como costume e tradição - que permeiam determinada comunidade de sentido, possibilitando o reconhecimento de um *nós*.<sup>63</sup>

Nessa mesma linha, assimilar a existência desse *nós* decorrerá tão logo perceber que há um *outro*, cuja tradição, costume, religião, idioma em algo, e potencialmente em tudo, pode se diferenciar da nossa. E, da mesma forma que construímos uma comunidade de sentido para nós a partir desses mitos, os mesmos serão usados para construir a imagem desse outro. Essa relação dialética entre identidade e alteridade tem levado na história humana, como Henriques nos apresenta, a fundamentalmente duas formas de se relacionar com estes outros, isto é, de uma forma agonística ou antagonística:

Há uma possibilidade de, ao criarmos o mito desse outro, percebermos em sua forma de vida comunitária distinta algo de valioso com que se relacionar. Se legitimamos suficientemente a forma de vida da outra comunidade, estabelecemos com ela uma relação agônica, uma relação adversarial, reconhecemos sua legitimidade de existência. Podemos lutar contra ela, nos relacionar com ela, eventualmente até mesmo recepcionar dela algum tipo de técnica ou alguma lógica de significação que nos era estranha, mas se fundamentalmente temos a respeito dela uma opinião legitimadora, estabelece-se entre as comunidades uma lógica adversarial que engendra, no longo prazo, principalmente benefícios mútuos. Seja pelo comércio, pela guerra, por casamentos ou outras formas de relação, tais comunidades tendem a reconhecer no “mundo cultural” do outro, elementos que possam ser benéficos para si mesma. O agonismo não é sempre uma relação pacífica, mas é sobretudo uma relação produtiva, no sentido de permitir às comunidades acesso a um grau de complexidade cultural maior que o anterior.

A segunda forma de criação de um mito do outro é deslegitimando fundamentalmente tudo que advenha dessa outra comunidade de sentido. A negação radical do outro, do qual se furta qualquer possibilidade de legitimidade da forma de vida cultural que engendra, é a lógica do antagonismo. Nessa segunda lógica, o outro é visto principalmente como inimigo, não mais adversário, inimigo de morte – ao fim e ao cabo, o que se deslegitima radicalmente na lógica antagonista é a possibilidade de que este outro siga vivendo no universo cultural de significações em que se encontra vivendo.<sup>64</sup>

E, dessas duas formas de lidar com a diferença, “apesar de no plano interno das comunidades nacionais europeia se ter desenvolvido uma noção político-filosófica de tolerância que desembocaria no ideal contemporâneo de democracia”<sup>65</sup>, no plano específico da comunicação midiática, a ascensão das massas, como vimos, parecem ter favorecido o predomínio de formas profundamente essencialistas e puristas para lidar com o outro. Nesse sentido, a preocupação nesse primeiro capítulo irá se dirigir aos usos estratégicos que a cultura para as massas assumiu já no início das décadas de 1920-1930, notadamente no nazismo

<sup>63</sup> CARVALHO, João Pedro Braga de; HENRIQUES, Hugo Rezende *Mitologías del uno y del outro*, *cit.*

<sup>64</sup> CARVALHO, João Pedro Braga de; HENRIQUES, Hugo Rezende *Mitologías del uno y del otro*, *cit.*, p. 8-9.

<sup>65</sup> CARVALHO, João Pedro Braga de; HENRIQUES, Hugo Rezende *Mitologías del uno y del otro*, *cit.*, p. 19.

alemão, bem como, no caso brasileiro, durante a Era Vargas, quando o rádio ampliou as perspectivas possíveis para a comunicação de massa. Sobretudo, a intenção é mostrar como a cultura foi progressivamente convertida em propaganda política, por seu potencial bem como pelo momento histórico singular de sua emergência. Isto é, a cultura de massa não é sinônima necessária de alienação, como tão denunciado por Adorno<sup>66</sup>, mas pode transformar-se nisso quando os governos se sentem no direito de ditar os limites estritos dentro dos quais a vida cultural deve se desenvolver.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Muitas leituras críticas sobre *comunicação de massa* já foram feitas. Multiplicaram-se nas faculdades, a partir da década de 1970, dissertações e teses que procuraram denunciar a ideologia conformista dos grandes programas de TV e rádio. Uma das mais radicais e influentes no panorama europeu e estadunidense, e cuja teorização tende a ver a cultura de massas como uma sistemática lavagem cerebral por parte da colossal força alienatória das “mídias” foi a crítica à *indústria cultural*, formalizada em ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Representada por nomes como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Lowenthal, a Escola de Frankfurt certamente foi marcada por uma compreensível reação à mobilização de massas que caracterizou o nazismo. A questão é que esta atitude, quando extremada, dá ocasionalmente origem a uma quase-paranóia em relação à cultura de massa. Chega-se ao ponto de desconfiar até da idolatria futebolística acionada pela propaganda oficial, eliminando qualquer possibilidade de concebê-la de forma estratégica para as democracias contemporâneas, como tentamos mostrar aqui.

<sup>67</sup> Reconhecemos que outros regimes do século XX converteram a cultura em propaganda. Contudo, para nosso ponto, perpassar pelo caso brasileiro e alemão é suficiente para conduzir ao segundo momento, quando a cultura de massa virou sinônimo de uma cultura global, guiada pelos ditames do império estadunidense, após a deslegitimação dos modelos estatais de radiodifusão.

## 2. A “era do rádio”: histórico e modelos de relação entre o poder público e a comunicação de massa

Os Estados Unidos da América, mesmo tendo o modelo misto de radiodifusão, sempre tiveram uma parceira muito próxima entre o governo e os meios de comunicação. Desde as primeiras experiências com o rádio na década de 1920 — e até mesmo antes disso, quando ainda se assemelhava a uma forma rudimentar do telégrafo sem fio — seu valor político e estratégico já era evidente. Muito cedo, o rádio passou a ser encarado como uma questão de Estado.<sup>68</sup> Até que o rádio pudesse adquirir características próprias, capaz de diferenciá-lo da telegrafia, foram necessárias uma série de descobertas que logo geraram uma batalha, em que

todas as grandes e pequenas invenções eram imediatamente patenteadas nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países. Era quase impossível realizar-se qualquer progresso necessário nos componentes do rádio ou pôr à venda equipamentos aperfeiçoados sem vir a sofrer toda espécie de processos judiciais relativos aos direitos das patentes. Com efeito, todos os grandes pioneiros do rádio, a partir de Marconi, enfrentaram-se nos tribunais.<sup>69</sup>

O cenário mudou quando da descoberta de um minério muito barato, o cristal de galena, junto do dispositivo chamado de válvula, invenção do engenheiro estadunidense Lee Forest, imprimiu o perfil próprio que o rádio tem hoje, isto é, o de captar ondas eletromagnéticas e variar à vontade a amplitude e frequência dessas ondas. Estava iniciada a “era do rádio”. Apesar de no seu início não poder levar ainda a alcunha de “veículo de massa” que passará a ter a partir da década de 1920 quando se popularizou, já era de grande interesse dos grupos comerciais, militares e governamentais, o que logo levou os governos a suspenderem temporariamente os litígios e restrições em torno das patentes.<sup>70</sup>

A partir desse momento iniciava-se outra corrida, em torno da primeira Guerra Mundial, que criou necessidades militares urgentes para o aperfeiçoamento do rádio - que possivelmente teriam levado muito mais tempo para serem executadas em tempos de paz (e de longos litígios judiciais). Inclusive, como nota Nahra,

a história do rádio como meio de veículo de comunicação de massa foi profundamente influenciada — ainda que de maneiras opostas — pelas duas grandes guerras: a de 1914/1918, assinalando a expansão, popularização e consolidação do rádio, e a de

<sup>68</sup> NAHRA, Cintia Maria Leite. Rádio Institucional e Rápido Livre: rupturas no modelo comunicacional dominante. Orientador: Eduardo José Viola, 1988. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>69</sup> FLEUR, Melvin. *Teorias de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 85

<sup>70</sup> FLEUR, Melvin. *Teorias de comunicação de massa*, cit.

1939/1945, apontando o início de seu declínio, quando foi substituído pelo cinema e pela televisão.<sup>71</sup>

Durante a primeira grande guerra, o governo federal estadunidense passou a ter o controle absoluto sobre a nova indústria e a consequência dessa medida foi o suporte colossal de infraestrutura comercial, técnica e financeira sobre o rádio. Vem desse momento, inclusive, a hegemonia americana no setor de telecomunicações e comunicação de massa, pois mesmo depois de encerrada a 1ª Guerra, junto do fim do controle governamental sobre a radiodifusão, a colaboração indústria-governo “permanece bastante estreita, uma vez que o rádio já havia demonstrado seu imenso potencial estratégico e financeiro”<sup>72</sup> - estavam dados os primórdios da construção da indústria cultural estadunidense da década de 1960.

Assim, em novembro de 1920, as apurações de eleições presidenciais estadunidenses já são transmitidas pelo primeiro serviço regular de radiodifusão do mundo.<sup>73</sup> A partir daí a receptividade do público só aumentou e as já percebidas possibilidades econômico-financeiras do rádio só fizeram crescer o número de novas emissoras.<sup>74</sup> Com comerciais vinculados e a retransmissão de partidas esportivas pela primeira vez, o elo entre a exibição de grandes espetáculos de massa (para atrair público) e a publicidade (como meio de sustentação) estava fundado. Contudo, se engana quem pensa que a força da radiodifusão se manifesta apenas em termos econômicos:

O poder do rádio ia muito além das altas somas movimentadas e dos lucros cada vez maiores. Se estendia ao plano das idéias e demonstrava ser um poderoso veículo de persuasão, capaz de influir nas decisões, hábitos e idéias de milhares de pessoas, determinando, inclusive, os rumos políticos do país.<sup>75</sup>

Com efeito, a política partidária entrou no rádio já no início da expansão desse veículo, a partir de 1923, quando o presidente Calvin Coolidge (vice de Harding que assumiu o governo dos EUA após a morte deste) faz um discurso à nação, transmitido simultaneamente através de seis emissoras. A experiência volta a se repetir em 1925, porém agora com uma cadeia de 26 emissoras. Era o marco da entrada definitiva da política no rádio, que nos anos seguintes só

<sup>71</sup> NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre*, cit., p. 20.

<sup>72</sup> NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre*, cit., p. 21.

<sup>73</sup> A emissora KDKA, pertencente à empresa Westinghouse e instalada em 1919 no parque industrial de Pittsburgh, foi responsável por dar início à radiodifusão regular. Sua primeira transmissão ocorreu com a cobertura das apurações das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América. Buscando impulsionar as vendas dos rádios domésticos que começara a produzir um ano antes, a Westinghouse divulgou amplamente o evento com antecedência. Como resultado, cerca de 1.500 ouvintes acompanharam em tempo real a divulgação dos votos que elegeriam Warren Harding como presidente. (Cf. FLEUR, Melvin. *Teorias de comunicação de massa*, cit., p. 90).

<sup>74</sup> No rastro da KDKA, mais cinco estações radiofônicas entraram em operação nos EUA ainda em 1921. Em 1922 já são observadas impressionantes 254 novas emissoras funcionando nos Estados Unidos da América e no final do ano há quase 700 (v. PAREJA, Reynaldo. El nacimiento de la radio. *Comunicación y cultura* nº 8, 1982, p. 5-18).

<sup>75</sup> NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre*, cit.



veio a crescer em proporção, sendo que em 1928 as eleições presidenciais estadunidenses foram transmitidas por 600 emissoras.<sup>76</sup>

Ao iniciar a década de 30 já não restam dúvidas quanto ao poder de penetração e à aceitação do rádio pelo público. Essa credibilidade pode ser medida por um fato muito curioso ocorrido em 1938, quando ocorreu a famosa emissão da peça radiofônica, por Orson Welles, da *Guerra dos Mundos*, que conta a história da invasão da terra por seres extraterrestres, a qual

adquiriu tal realismo que provocou verdadeiro pânico coletivo nos Estados Unidos. Acreditando que a terra estivesse mesmo sendo invadida, dezenas de pessoas abandonaram às pressas suas cidades, tentando escapar dos fictícios extraterrestres. Foram registrados inclusive alguns casos de morte, provocada por ataques cardíacos.<sup>77</sup>

Nesse momento a maioria dos países já havia iniciado também as transmissões regulares de rádio, e em 1926 a radiodifusão já pode ser considerada um fenômeno de dimensões mundiais.<sup>78</sup> Sua potência como máquina disseminadora de ideias tornou-se evidente durante as décadas de 30 e 40, sendo considerada a *era de ouro* do rádio, e coincidindo com a ascensão dos partidos de massa nazifascistas (ou mais amplamente corporativistas) ao poder no entreguerras. É justamente nesse ínterim que se busca compreender a seguir os caminhos diversos assumidos pelo desenvolvimento da radiodifusão que respondiam à diversidade de objetivos que cada país designava a eles, como os controlados pelo Estado ou explorados comercialmente. Inicialmente, e a título de exemplificação e comparação, procederemos a breve análise e reflexão dos modelos autoritários brasileiro, da Era Vargas, e totalitário, da Alemanha nazista.

Apesar de não abarcar a radiodifusão como um todo, acreditamos que o recorte dos casos feito acima seja suficiente para demonstrar os usos mais emblemáticos que a comunicação de massa assumiu no século XX e que aqui pretendemos debater como distintos modelos e possibilidades (não exaustivos) da relação entre o poder público e a comunicação de massas. Seja através dos regimes do monopólio estatal (em que o Estado é quem explora o rádio diretamente, com a criação de empresas públicas, ou concessões a empresas de economia mista ou privadas), como dos regimes totalitários europeus, nos quais Hitler e Mussolini levaram o modelo autoritário às últimas consequências, exercendo ação dupla sobre os meios de

<sup>76</sup> FAUS BELAU, Angel. *La radio: introducción al estudio de un medio desconocido*. Madrid, Guadiana, 1983, p. 51

<sup>77</sup> NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre, cit.*, p. 28.

<sup>78</sup> “Em 1921 são inauguradas na França duas emissoras: *La Torre Eiffel* e *Radiola*. No início de 1922, a emissora de Marconi, em Writtle, Inglaterra, começa a transmitir regularmente, mas por determinação do governo britânico para de funcionar antes do fim do ano, quando é criada a BBC (*British Broadcasting Company*) com estações em Londres, Manchester e Birmingham. Em 1923 são criados serviços regulares de radiodifusão na Bélgica, Holanda, Suécia, Finlândia, Itália, Alemanha, Áustria, Iugoslávia, Argentina e Brasil. Em 1924, em Luxemburgo, Rússia, Austrália e Espanha. Em 1926, [...] Hungria, Polônia, Japão, Irlanda e Índia” *ibid.*, p. 25.

comunicação, não apenas os censurando, mas utilizando-os numa política positiva, através da propaganda, seja como no caso brasileiro, em menor medida, em que Vargas viu no Rádio a capacidade de ampliar a intervenção na esfera cultural em prol de seus projetos de integração nacional e desenvolvimento econômico, através do sistema misto de radiodifusão.

## 2.1 A integração nacional pelas ondas: exemplos do caso alemão e brasileiro

Na lógica nazista, a sobrevivência e o futuro da nação alemã dependiam não apenas das batalhas travadas nas frentes de guerra, mas também das batalhas simbólicas no campo das ideias, das letras e das imagens.<sup>79</sup> Hitler e Goebbels acreditavam que a Alemanha vinha sendo derrotada internamente por inimigos “ocultos” — judeus, comunistas e intelectuais cosmopolitas — que supostamente controlavam a imprensa, as universidades, as artes e a economia. Essa narrativa conspiratória sustentava que tais grupos estariam corrompendo os valores genuinamente alemães, destruindo a família, a moral e a honra nacional. Essa retórica, um tanto paranoica, foi amplamente instrumentalizada pelo regime a partir de 1933, servindo de base para políticas culturais voltadas à uniformização ideológica e à exaltação da “pureza” da raça ariana.

Esse discurso encontrou terreno fértil em uma Alemanha atravessada pelas crises econômicas e políticas do final dos anos 1930.<sup>80</sup> Não só isso, a República de Weimar viveu ao mesmo tempo uma profunda revolução cultural, em que

as mulheres ganhavam independência, havia mais estrangeiros no país, livros psicanalíticos escancaravam os problemas da sociedade burguesa, os negros americanos faziam shows de jazz em cabarés e a música popular rivalizava com a música clássica, que até ali era considerada a “alta cultura”.<sup>81</sup>

Entretanto, esses momentos de efervescência cultural são também períodos de medo, de angústia e de ansiedade diante da mudança - que muitas vezes o sujeito atomizado não consegue compreender bem. “E uma das formas de se proteger das mudanças é o apelo ao tradicional e ao conservadorismo”.<sup>82</sup>

Nesse sentido, o grande feito dos líderes nazistas foi saber energizar elementos que já estavam profundamente enraizados na cultura alemã. Para tanto, a cultura de massa logo se mostrou meio essencial para moldar consciências e consolidar o poder político. Assim, a arte, o cinema, o teatro, a imprensa, as universidades e todas as formas de produção simbólica tornaram-se campos estratégicos de controle ideológico.

<sup>79</sup> A percepção da importância e da centralidade da cultura no embate entre os Estados (nacionais) e na coerência interna destes é comum a muitos autores da primeira metade do século XX. Até mesmo entre as fileiras do materialismo marxista tal percepção se aguçava, mormente pelo gênio de Gramsci: “O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais”. (GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [v. 01]. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022).

<sup>80</sup> EVANS, Richard J. *A chegada do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Planeta do Brasil, 2013.

<sup>81</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O controle da cultura e da arte na Alemanha Nazista (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-controle-da-cultura-e-da-arte-na-alemanha-nazista/>.

<sup>82</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O controle da cultura e da arte na Alemanha Nazista (Artigo), *cit.*

Quando então os nazistas chegaram ao poder e colocaram suas ideias em prática, além da perseguição física aos comunistas e aos judeus, o Estado alemão, para pôr fim ao “bolchevismo cultural” e à “dominação judaica”, adotou uma nova estética nas artes, que em tudo contrastava nitidamente com as tendências da arte moderna das décadas de 1920 e 1930. Na sua tentativa frustrada de se tornar um artista plástico, Hitler talvez tenha entendido que através dos conceitos abstratos, expressionistas e surrealistas, a arte moderna desejava

desafiar o olhar do espectador; ela o provocava, mostrando traços, curvas e cenários que tinham o poder de deslocar o sujeito da sua zona de conforto, ao passo que os nazistas queriam uma arte que desse certezas ao invés de dúvidas, que confortasse ao invés de provocar.<sup>83</sup>

O cinema, por sua vez, foi completamente dominado pela espetacularização da estética fascista,

o nome de maior destaque foi de Leni Riefenstahl, que produziu documentários que eram verdadeiras peças de propaganda política. Ainda no cinema, o regime criou, em junho de 1933, a Câmara de Filmes do Reich. Todos os cineastas e membros da indústria do cinema no país foram obrigados a aderir a ela se quisessem continuar trabalhando. Os filmes se tornaram um meio propagador de mensagens que visavam educar o público nos princípios morais e culturais do Reich. Sub-câmaras com funções semelhantes foram criadas para as belas-artes, para a música, imprensa e outras tantas áreas culturais.<sup>84</sup>

No contexto brasileiro, o diálogo com esse contexto é nítido. Sabe-se que a grande fonte de inspiração do uso dos meios de comunicação de massa como intermediário entre o governo Vargas e a população se deu através das experiências alemã e italiana, especialmente no que se refere à propaganda política. Durante o regime, os programas de auditório e radionovelas conviviam constantemente com a censura e a requisição de horários para divulgação de propaganda política governamental. Isso porque, assim como os nazistas que acreditavam nos modernos métodos de comunicação de massa, e, segundo Hannah Arendt, muito aprenderam com a propaganda comercial estadunidense<sup>85</sup>, a propaganda política era estratégica para o grande empreendimento cultural do regime varguista, o qual tinha como parte de seu programa de reformas a formação de um “homem novo”<sup>86</sup> para um “Estado Novo”. Assim, aliada ao novo

<sup>83</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O controle da cultura e da arte na Alemanha Nazista (Artigo), *cit.*

<sup>84</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O controle da cultura e da arte na Alemanha Nazista (Artigo), *cit.*

<sup>85</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, especialmente o capítulo “Propaganda totalitária”.

<sup>86</sup> Bomeny nos lembra que o grande programa de reformas que teve seu momento inspirador na década de 20 viu no pós-30 sua chance histórica de realização: “Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados,

projeto político de educação, o controle sobre a mídia tinha por função reforçar ainda mais o *poder simbólico*<sup>87</sup> que o regime tentava exercer no imaginário social.

Como nos lembra Venício Lima, uma comparação da importância histórica de diferentes instituições sociais no processo de socialização revelará que nos últimos anos a família, as igrejas e a escola vêm crescentemente perdendo espaço para a mídia quando se fala de formação da opinião pública.<sup>88</sup> Isso se dá porque com o desenvolvimento da comunicação midiaticizada, o próprio conceito de “público” se altera. Com a mídia, um evento para ser “evento público” não está limitado à partilha de um espaço físico comum e, dessa forma, não é necessário contato físico para que haja multidão.

Não por acaso, os meios de comunicação no regime nazista e varguista ao ser dirigirem à população lançavam mão das características já mencionada da cultural de massa, isto é, simplificação das ideias; slogans; palavras-chave; frases de efeito; repetições; apelo emocional; promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade), além de, claro, reforçarem a imagem de um líder generoso e humanitário. No contexto brasileiro, esse tipo de linguagem, bem como a mensagem veiculada por ela prestava-se a construir no imaginário coletivo uma imagem positiva da política social do presidente sem que ele, junto de sua cúpula, precisasse realizar comícios e viajar ao país para construir uma base de apoio forte.<sup>89</sup>

Nesse tipo de discurso, o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, “não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter um determinado efeito”<sup>90</sup> - novamente podemos notar o fenômeno de que falava Llosa, isto é, a preponderância da imagem e do som em detrimento da palavra. E, embora o Estado Novo não tivesse seguido à risca esse modelo de persuasão das massas do nazismo, os encarregados da propaganda procuraram

---

querem ver internalizados” BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 139.

<sup>87</sup> Ao se pensar a construção de imagem e sentidos de uma nação atualmente é impossível desassociar tal tarefa daquilo que Bourdieu chamou de poder simbólico. Este refere-se a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos a fim de construir a realidade social, impor valores e hierarquias que são aceitos e assimilados pela sociedade não pela imposição da força física mas através da autoridade, da linguagem e outras formas simbólicas de transmissão de crenças e valores. A mídia entra assim, em nossa era, talvez como o mais bem sucedido recurso de poder simbólico, capaz de produzir e transmitir capital simbólico, BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

<sup>88</sup> LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

<sup>89</sup> CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>90</sup> GOEBBELS *apud*. CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação, *cit.*, p. 170.

aperfeiçoar-se na arte de empolgação e envolvimento das “multidões” de modo a conquistar o apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe.

Assim, se na Alemanha nazista houve um reordenamento e planejamento das instituições, como a criação em 1933 do novo Ministério da Informação Popular e da Propaganda, cuja organização foi confiada por Hitler a Joseph Goebbels, para “melhor submeter a população, preparar as massas para as grandes tarefas nacionais e favorecer uma revolução espiritual e cultural”<sup>91</sup>, no Brasil, Vargas logo tratou de criar o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), no Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>92</sup>, em 1934, tornando responsabilidade estatal “elucidar” a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do governo. Tal Departamento seria elevado e fortalecido, já na ditadura do Estado Novo, em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>93</sup>, o qual ampliou e centralizou a capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Dizemos “ampliou” e não “instituiu” porque embora o movimento de centralização tenha ocorrido nos anos 1930, a censura data de muito antes.

Como mostrou Maria Laura Couto a criação da normativa que viriam a instituir o Decreto nº 21.240 de 4 de abril de 1932, responsável pela nacionalização da censura estatal, teve impulso em um memorial da Associação Brasileira Cinematográfica, a partir do qual o presidente fez um despacho determinando que se avaliasse “as possibilidades de cooperação das empresas cinematográficas com a educação nacional em troca de favores fiscais que lhe forem concedidos”.<sup>94</sup> Essas empresas viam o estabelecimento de uma censura única como mais vantajoso que o sistema anterior,

em que o filme poderia ser submetido ao exame restritivo mediante taxa em diversos lugares, e procuravam outros incentivos comerciais. Movimentações de educadores, interessados no fomento ao cinema educativo e no direcionamento da censura para o favorecimento a esse tipo de conteúdo, também contribuíram para colocar o tema em voga.<sup>95</sup>

<sup>91</sup> CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação, *cit.*, p. 169.

<sup>92</sup> BRASIL. *Decreto nº 24.651, de 20 de julho de 1934*. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, responsável pela introdução em todas as emissoras do país, da *Voz do Brasil*, programa diário de uma hora produzido sob a responsabilidade do governo central.

<sup>93</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939*. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências; BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939*. Dispõe sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências.

<sup>94</sup> BRASIL. A organização nacional no cinema: exposição do sr. ministro da Educação [assinada por Francisco Campos, datada de 18 de janeiro de 1932]. *Jornal do Commercio* (RJ), ed. 82, p. 6, 7 abr. 1932. Hemeroteca Digital Brasileira *apud*. COUTO, Maria Laura T. M. G. *Estado, Igreja Católica E Cinema: sobre a censura na Era Vargas*. 2023, p. 12. *Dissertação* (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

<sup>95</sup> COUTO, Maria Laura T. M. G. *Estado, Igreja Católica E Cinema, cit.*, p. 12.

Na verdade, a movimentação desses educadores revela um velho conflito de dentro do Estado Novo, em que o Ministério da Educação, nas mãos de Gustavo Capanema, propôs a divisão do Departamento de Propaganda em duas partes: a primeira, de Publicidade e Propaganda, ficaria no Ministério da Justiça (chefiado à época por Francisco Campos); a outra, Difusão Cultural, voltaria ao Ministério de Educação e Saúde, sob sua responsabilidade. O ministro entendia que a radiodifusão escolar era matéria diferente e separada da radiodifusão política, meio de publicidade ou de propaganda. Apesar de não poder se considerar uma derrota completa de Campos, o DIP, que seguiria sob sua pasta, na prática se subordinaria diretamente à Presidência da República, que indicaria seus membros, e seria destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo. Para tanto, passou a produzir e controlar aquilo que para o Ministro da Educação deveria ser guiado apenas por propósitos educativos e não propagandísticos, isto é, livros, musicais, radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários, filmes, etc.<sup>96</sup>

Em suma, e apesar de suas diferenças, o primeiro projeto de sucesso sobre os meios de comunicação de massa na Alemanha e no Brasil foram utilizados para unir propaganda política e cultura. Seja no caso brasileiro em que as radionovelas de sucesso, alheias ao regime (responsáveis inclusive por elevarem a popularidade do rádio) conviviam com a censura e propaganda política, seja no caso Alemão, em que o regime favorecia financeiramente grupos e sujeitos que estavam alinhados com as ideias políticas do governo – daí, a expressão “dirigismo cultural”. As potencialidades de “integração nacional pelas ondas” permitiram que as ideias e os produtos culturais fossem “vendidos” em um mesmo pacote, despertando desde já para nós a necessidade e urgência de olhar para a cultura para as massas sob a perspectiva do Estado.

Os outros modelos de radiodifusão do período, como o caso da indústria cultural americana, bem como dos países socialistas, operado pelo Comissariado para a Cultura, apesar de não abordados nesse trabalho, não deixam de ser, cada um a sua maneira, um dirigismo cultural. Durante a Guerra Fria, tanto o modelo misto de radiodifusão estadunidense, quanto o do monopólio estatal soviético se empenharam em impor a ideologia de seus governos as massas. Assim, enquanto o rádio na URSS tinham a função de exercer uma pedagogia e mobilização da população dentro dos princípios socialistas, nos EUA, as emissoras foram responsáveis por propagar os valores da sua cultura de massa estadunidense, o chamado

---

<sup>96</sup> Ver GURGUEIRA, Fernando Limongeli. A integração nacional pelas ondas; o rádio no Estado Novo. 1995 *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo e SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

*“American way of life”*, que pela sua íntima imbricação com os sistemas de produção e mercado de bens de consumo, acabou sendo chamada pelos intérpretes da Escola de Frankfurt de *indústria cultural*.

Finalizado conflito que dividiu o mundo em dois polos, contudo, passou-se a adotar o modelo privado de radiodifusão como o mais livre, e como veremos no próximo capítulo, longe de afastar o dirigismo cultural, típico dos regimes totalitários do século XX, apenas o substitui pelo totalitarismo de mercado estadunidense.



## **CAPÍTULO II**

### **SOBERANIA E CULTURA DE MASSA**

## 1. O império do pensamento único: a formação

A radiodifusão pública constitui um dos pilares fundamentais da soberania comunicacional de um Estado democrático. Desde a consolidação dos meios de comunicação de massa no século XX, as emissoras públicas foram concebidas como espaços destinados à promoção da cultura, da informação e da educação<sup>97</sup>, tendo por missão assegurar uma produção independente que não se restringisse à lógica mercadológica da radiodifusão privada, pautada na busca de audiência e lucro. Nesse sentido, as emissoras públicas, sujeitas a mecanismos de regulação estatal permeados por atores externos ao Estado e aliadas principalmente ao financiamento público (de modo a mitigar a dependência e a susceptibilidade), permitem uma programação orientada por valores como a construção da cidadania e a promoção do debate público, não devendo se confundir nem com conteúdos institucionais de governo (“propaganda”), nem com aqueles cujo foco central é a simples busca de audiência. Em resumo, de um ponto de vista talvez idealizado, “a radiodifusão pública deve se manter equidistante, do ponto de vista editorial, das demandas de governos e mercados, buscando a audiência como consequência natural de uma programação independente, crítica e menos superficial”<sup>98</sup>.

Logo, é de se perceber que as emissoras públicas cumprem um papel que ultrapassa a simples liberdade de expressão subjetiva, garantem o direito ao pluralismo na comunicação de massa. Por sua vez, se é o consenso de que o pluralismo é elemento vital à construção da democracia, a presença da radiodifusão pública, por extensão, está relacionada à afirmação dessa mesma democracia. Apesar da função da mídia variar segundo cada autor, esta, porém,

está comumente relacionada à garantia do acesso à informação, à defesa do direito à comunicação, à promoção do debate público, ao fortalecimento da cultura nacional e ao monitoramento dos poderes públicos legalmente constituídos e dos grandes grupos econômicos, o que levou à consagração, na literatura, da expressão “cão-de-guarda”.<sup>99</sup>

Por isso mesmo, tanto no centro-leste europeu, em paralelo à derrocada dos antigos regimes, quanto no Brasil, com a superação do regime autoritário, se vê emergir, na década de

<sup>97</sup> Vale lembrar que até mesmo no Brasil antes do rádio assumir o veículo oficial de propaganda no governo, quando o governo federal começou a regular o serviço por meio do decreto nº 20.047 de 1931 a radiodifusão (que, até então compreendia apenas o rádio) foi definida como serviço de interesse nacional com finalidades educativas, devendo a União constituir uma rede nacional. Foi, ainda, em março de 1932, por decreto complementar, explicitado que os aparelhos receptores poderiam ser usados sem objetivo comercial, mediante inscrição e pagamento de uma taxa anual e permitida a divulgação da publicidade num limite máximo de tempo de 10% do total da programação diária de cada emissora. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por exemplo, tinha finalidades educativo-culturais, transmitia óperas, concertos, recitais e palestras. Ver NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre*, cit. e PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste: a busca por independência no Brasil e no leste-europeu*, Brasília: FAC-UnB, 2018.

<sup>98</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 29.

<sup>99</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 30.

1990, os sistemas de radiodifusão pública nas nascentes democracias. E, apesar de distantes culturalmente, a ascensão da radiodifusão pública não guarda semelhança somente quanto ao período de implementação nesses países. Como nota Octavio Penna Pieranti, diz respeito também à origem dos modelos de radiodifusão pública.

Diferentemente do ocorrido na Europa Ocidental, a radiodifusão pública, no centro-leste europeu e no Brasil, deriva de emissoras controladas diretamente pelo governo do momento, sem a presença de mecanismos de controle social e sem comprometimento com uma linha editorial independente.<sup>100</sup>

O esforço para converter estruturas estatais-governamentais pré-existentes em sistemas de comunicação pública, como é o caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e das emissoras estatais dos países do Leste Europeu, ao invés de partir de um marco zero, herdou consigo todos os benefícios e inconvenientes desta origem. Assim, ao nascer dessas antigas emissoras, se por um lado as fez dispor “de uma infraestrutura física, com técnicos capacitados para operá-la e uma grade de programação no ar”, também a fez herdar “os vícios inerentes a uma comunicação estatal centrada na defesa do governo, incluindo, aí, uma cultura organizacional difícil de ser mudada”<sup>101</sup>.

Essa herança produziria efeitos duradouros: ao invés de fortalecer o caráter público da comunicação, as políticas de transição democrática no Brasil e no Leste-Europeu (marcadas pela falta de regulação) privilegiaram a manutenção do sistema privado-comercial de radiodifusão, frequentemente concentrado em poucos grupos empresariais e predominantemente marcado pelo fluxo de capital e conteúdos estrangeiros.<sup>102</sup> Assim, a radiodifusão pública permaneceu periférica, com poucos recursos e baixa legitimidade social ou audiência, quando deveria ocupar um papel central na promoção da diversidade cultural e da soberania informacional.

Contudo, não parece ter sido apenas a origem dessas emissoras o motivo de ostracismo e sub-representação da radiodifusão pública. É curioso notar que o desprezo à comunicação pública tenha se dado justamente nas recém-instauradas democracias, enquanto na Europa Ocidental emissoras como a inglesa *British Broadcasting Corporation* (BBC), a estadunidense *Public Broadcasting Service* (PBS), as alemãs *Arbeitsgemeinschaft der öffentlich-rechtlichen Rundfunkanstalten der Bundesrepublik Deutschland* (ARD), e *Zweites Deutsches Fernsehen* (ZDF), ou a italiana *Radio Audizioni Italiane* (RAI), gozavam de elevado prestígio e

<sup>100</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 34.

<sup>101</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 34.

<sup>102</sup> Cf. UNGIU-PIPPIDI, Alina. How Media and Politics Shape Each Other in the New Europe. *Romanian Journal of Political Science*, 8, n. 1, 2008, p. 88-101 e LIMA, Venício A. de. *Mídia*, cit.

desempenham até hoje papel fundamental no cenário da radiodifusão. “Não seria exagerado dizer, inclusive, que essas emissoras legitimam o próprio conceito, ao demonstrar, na prática, que um outro ‘tipo’ de radiodifusão, complementar aos demais, é possível”<sup>103</sup>.

O motivo desse novo formato de relação entre o poder público e a radiodifusão nas democracias ocidentais que emergiram entre os anos de 1980 e 1990 de fato nos parece estar ligado à própria ideia de “globalização cultural” defendida pela então vitoriosa potência da Guerra Fria, os Estados Unidos da América. Isso porque, se a queda do muro de Berlim causou um impacto imediato para aqueles que viviam na Alemanha Oriental como buscou retratar o diretor Wolfgang Becker em *Adeus, Lênin!*<sup>104</sup> seus efeitos não foram menos dramáticos no resto do mundo. Com o muro, caíra no chão todas as certezas construídas, fronteiras ideológicas desmanchavam-se e imaginar horizontes políticos diferentes do que propunha a triunfante ideologia neoliberal (cosmopolitismo e economia de mercado) perdia o seu sentido já que a história havia atingido seu *clímax*<sup>105</sup>.

Foi a época da doutrina de Margaret Thatcher: “não há alternativa”<sup>106</sup>; slogan sucinto, mas que junto do imaginário construído pelos teóricos neoliberais da economia globalizada de mercado e da *pax americana*, se transformou em profecia autorrealizável. A queda do Muro de Berlim, o colapso dos regimes comunistas e a desmoralização do socialismo causou, de fato, tamanho arrefecimento sobre o debate efetivo em torno de temas centrais à autonomia e ao desenvolvimento dos Estados de Direito que levou pensadores anglo-saxões, a partir da década de 1990, a cunharem o termo *realismo capitalista*<sup>107</sup> e pensadores europeus o termo *pensée unique*.<sup>108</sup>

<sup>103</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 33.

<sup>104</sup> ADEUS, LENIN! Direção: Wolfgang Becker. Produção: Stefan Arndt. Alemanha: X-Filme Creative Pool; Westdeutscher Rundfunk (WDR); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD (121 min).

<sup>105</sup> Sem dúvidas, o texto mais pragmático deste viés é de FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992 em que defendeu que com o fim da União Soviética, a democracia liberal (nos moldes estadunidenses estritos) era enfim vitoriosa e tudo era então uma questão apenas de implementar aquele modelo em todo o mundo. Em sentido diverso, o sentimento dos cidadãos do antigo bloco comunista vivenciaram tal desmoronamento de seus mundos principalmente como uma espécie de retrocesso, conforme reflete GROYS, Boris. *Arte, Poder*. Trad. Virgínia Starling. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, em especial em seu capítulo “Além da diversidade: estudos culturais e seu outro pós-comunista”. As reflexões de Groys servem de esteio para HENRIQUES, Hugo Rezende. *Passagens da modernidade à contemporaneidade*. In: SALGADO, Karine; CAMPOS, Gabriel Afonso; REIS, Gabriel da Silva; et. al. *Revoluções*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023.

<sup>106</sup> *There is no alternative*, ou sua abreviação “TINA”, foi o slogan usado por Margaret Thatcher em defesa da economia de mercado e da doutrina neoliberal como único sistema possível.

<sup>107</sup> Cf. FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Trad. Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

<sup>108</sup> Cf. RAMONET, Ignacio. *El pensamiento único*. Trad. J Sempere. Mientras tanto. N. 61, Primavera, 1995.

A ordem do pensamento único se armou através de instituições econômicas internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros, de furor altamente intervencionista perante a autonomia política e a autodeterminação dos povos. Juntas, elas seriam responsáveis, pela menos na América Latina, por levar adiante o que ficou conhecido como “Consenso de Washington”<sup>109</sup> e que acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de progresso e desenvolvimento, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse.<sup>110</sup>

Cria-se um clima de tal conformismo que um intelectual do porte de Vargas Llosa, com pretensões de governar o seu país - cuja obra, inclusive, *Civilização do Espetáculo* é a base para a crítica que dirigimos ao estado atual da cultura neste trabalho -, “ousaria tomar, sem pejo e até com entusiasmo, a imensa liberdade de sugerir, em artigo assinado, que Porto Rico, como Estado associado dos Estados Unidos, passasse a constituir o modelo, por excelência”.<sup>111</sup> Ao fim e ao cabo, passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado. Era necessário subordinar o político ao econômico e, apenas e somente assim, se alcançaria o desenvolvimento tão sonhado pelos países latino-americanos<sup>112</sup>.

---

<sup>109</sup> Em novembro de 1989, ocorreu em Washington, capital dos Estados Unidos da América, um encontro que reuniu representantes do governo estadunidense e de instituições financeiras internacionais sediadas na cidade — como o FMI, o Banco Mundial e o BID —, todos voltados para a análise de temas relacionados à América Latina. O evento, organizado pelo Institute for International Economics sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, teve como propósito avaliar o andamento das reformas econômicas implementadas nos países latino-americanos. Participaram também economistas da própria região, convidados para expor as experiências de seus respectivos países. As conclusões dessa conferência ficariam posteriormente conhecidas, de forma não oficial, como o chamado “Consenso de Washington”. Como Paulo Nogueira Batista ressalta, “embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos fóruns multilaterais regionais” BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso De Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 5-6 (PDF).

<sup>110</sup> Contribuiu para a rápida aceitação do diagnóstico neoliberal — baseado em uma leitura estritamente economicista dos desafios latino-americanos — a presença significativa de economistas e cientistas políticos formados em universidades estadunidenses, especialmente em Chicago e Harvard. Nessas instituições, predominava uma orientação teórica de cunho neoliberal e monetarista, que passou a influenciar fortemente a formulação de políticas públicas na região. Vários desses profissionais, ao retornarem a seus países, assumiram cargos de destaque em governos nacionais, como ocorreu com Carlos Salinas de Gortari, no México, e Domingo Cavallo, na Argentina. Ver DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *La internacionalización de las luchas por el poder: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estados latinoamericanos*. Trad. Antonio Barreto. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

<sup>111</sup> BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso De Washington, *cit.*, p. 8 (PDF).

<sup>112</sup> Levantes populares, que assomaram na segunda década do século XXI em inúmeras cidades do planeta, evidenciaram o desgaste do neoliberalismo. Tais manifestações, todavia, como nota Philippe Oliveira de Almeida, “ainda não foram capazes de propor um estilo de vida alternativo ao imposto pela sociedade de consumo. Apresentaram a crítica, mas não a utopia”, ALMEIDA, Philippe Oliveira de. Crítica da Razão

Se no plano econômico e das reformas sociais estava claro que o Estado deveria renunciar à sua capacidade nacional de decisão, o receituário neoliberal não seria diferente no plano cultural. Consumado o colapso do socialismo, e iniciada a transição para as democracias, os sistemas estatais de radiodifusão desses países logo entrariam na agenda da transição para o capitalismo neoliberal, seguindo receitas variadas. É simbólico que até mesmo na Alemanha, passado o momento trepidante que, em pouco tempo, fez ruir o Muro de Berlim e confirmou a vitória do modelo capitalista, se manteve o sistema público de comunicação já existente do lado ocidental, mas nos países latino-americanos e do leste-europeu, mesmo com “esforços para convertê-los em sistemas públicos, passados tantos anos, quase todos ocupam posição secundária diante das emissoras privadas, [que] carregam vícios internos e uma confusa percepção externa sobre sua real natureza”<sup>113</sup>.

Diferente do setor fiscal e monetário, em que a perda de soberania do Estado seria justificada por uma suposta incapacidade de formular uma política macroeconômica “técnica”, a retirada do monopólio do Estado sobre a radiodifusão e adesão ao modelo privado virou sinônimo de liberdade e de pluralidade de comunicação. Tomados como agentes neutros e desinteressados, as empresas privadas, se aproveitando do vazio regulatório das recém-instauradas democracias, formaram grandes monopólios de comunicação e publicidade

---

Antiutópica: inovação institucional na aurora do Estado moderno. Orientadora: Karine Salgado. *Tese* (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p. 14. Almeida sintetizou em sua tese de forma muito intuitiva o fenômeno do crescimento vertiginoso de grupos e partidos políticos da ala da extrema direita em países europeus nos últimos anos, que para o bem ou para mal, souberam captar e capitalizar nas angústias da população e traduzi-las em propostas que proclamam não o novo, mas o retorno a um passado mítico: “após a queda do muro de Berlim, a esquerda ocidental vem se mostrando reticente, quando se trata de idealizar modelos de organização social diversos do estabelecido pelo capitalismo financeiro. Por isso, a insatisfação das ruas tem sido capitalizada por grupos neoconservadores, que oferecem, não propriamente uma representação utópica, mas uma variação do mito da Idade de Ouro – a nostalgia da aldeia, de uma era anterior aos imigrantes, aos homossexuais e aos transexuais, às mulheres emancipadas etc. É o que explica o sucesso de filósofos comunitaristas como Alasdair MacIntyre e Charles Taylor, saudosos de um tempo no qual os laços orgânicos entre os homens faziam da cidade uma ‘grande família’. Atribuem à modernização a culpa por todas as misérias humanas, e repudiam o individualismo e os centros urbanos”, ALMEIDA, Philippe Oliveira de. *Crítica da Razão Antiutópica...*, cit., p. 14.

<sup>113</sup> CRUVINEL *apud*. PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit., p. 11. Para não dizer que essa mudança foi totalmente implementada de fora para dentro Pieranti ressalta que “quando Mikhail Gorbachev reiteradamente declarou, de forma pública, em junho de 1989, que a União Soviética não mais interferiria nas opções internas dos seus aliados relativas à construção do socialismo, não estava apenas aderindo a um princípio de autodeterminação dos povos. O passo político foi acompanhado do corte, em diferentes proporções, do subsídio econômico destinado aos países aliados. Nas quatro décadas anteriores, esses aliados haviam dependido, em grande medida, da economia soviética e, governados por antigas lideranças, há muito encasteladas no poder, não haviam se preparado para um momento de ruptura como esse. esses mesmos aliados continuariam dependendo de recursos externos e relações econômicas favoráveis, logo o caminho possível seria a adoção do modelo capitalista ocidental. E, assim, largados ao léu, aliados soviéticos começaram a copiar as soluções adotadas por seus novos parceiros ocidentais, incluindo, no pacote, a abertura do mercado de radiodifusão à iniciativa privada e a transformação das antigas emissoras controladas pelo governo em públicas, conforme o receituário do *Public Service Broadcasting* (PSB), em voga na Europa, em alguns países, desde antes da Segunda Guerra Mundial”, PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit., p. 62-63.

basicamente em todas as sociedades liberais sob alegação de serem veículos independentes e livres, estando agora a arte e cultura supostamente separadas da propaganda política.

## 1.1 Globalização para que(m)?

“A cultura não depende de política, em todo caso não deveria depender”.<sup>114</sup> Embora nas ditaduras isso seja inevitável, pois os regimes se sentem autorizados a ditar normas e estabelecer cânones dentro dos quais a vida cultura deve desenvolver-se, o resultado desse controle acaba sendo, como vimos, a progressiva transformação da cultura apenas em propaganda, perdendo seu aspecto vivo “por falta de originalidade, espontaneidade, espírito cívico e vontade de renovação e experimentação formal”.<sup>115</sup>

Ainda assim, “numa sociedade aberta, embora a cultura se mantenha independente da vida oficial, é inevitável e necessário que haja relação e intercâmbios entre cultura e política”<sup>116</sup>. Cabe ao Estado, sem restringir a liberdade criativa ou o pensamento crítico, incentivar e apoiar as manifestações culturais — especialmente no que se refere à preservação e à valorização do patrimônio coletivo. Por outro lado, a cultura tem o papel fundamental de influenciar a política, oferecendo-lhe constante reflexão crítica e impregnando-a de valores e formas que impeçam sua deterioração ética e institucional.

No momento contemporâneo, entretanto, não parece ser essa a relação natural entre ambas. Como observamos na sessão anterior, consumado o colapso do modelo socialista, a indústria cultural estadunidense, que vinha sendo construída desde o fim da Segunda Guerra Mundial<sup>117</sup>, passa a ser o modelo de produção cultural por excelência. Submete-se basicamente a produção de qualquer bem simbólico da cultura à lógica do lucro. Passa a ser essencial para essa nova cultura, portanto, a produção industrial maciça e o sucesso comercial. Ela deseja que os artigos culturais produzidos estejam em toda parte, pois quanto menos barreiras culturais, menos fronteiras ao capital. Frédéric Martel chama isso de *Cultura Mainstream*, isto é, aquilo que graças à ação dos mercados e à revolução audiovisual construiu um denominador cultural comum entre os povos dos cinco continentes, apesar das diferenças de línguas, e regiões e costumes.<sup>118</sup> Para essa cultura de que fala, “é bom o que tem sucesso e mal o que não conquistou o público. A distinção entre preço e valor se apagou, agora ambos são um só, tendo o primeiro

<sup>114</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 117.

<sup>115</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 117.

<sup>116</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 117.

<sup>117</sup> Como Llosa notou, se já no século XX, em razão dos avanços tecnológicos, Ortega já diagnosticava o aumento do ócio na sociedade, terminado o período de escassez da Segunda Guerra Mundial, multiplicou-se o espaço para as indústrias do ócio estadunidenses. (LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit.).

<sup>118</sup> MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas*. Trad. Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.



absorvido e anulado o segundo. Único valor é o comercial, [...] que agora é fixado pelo mercado”.<sup>119</sup>

Para Martel, essa subversão de valores, longe de deteriorar a cultura, democratizou-a. Colocou-a ao alcance de todos. Semelhante a esta visão é a leitura de outros arautos e entusiastas da perspectiva neoliberal, como Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, naquilo que chamam de *cultura-mundo*.<sup>120</sup> Esta, pautada na sua capacidade incessante de produzir *novidades acessíveis* e que serviam de entretenimento ao maior público possível, teria arrebatado a vida cultural à pequena minoria, que antes a monopolizava, transformando-a em genuína “cultura de massa”. Segundo os autores, essa cultura nasce com o predomínio da imagem e do som sobre a palavra, ou seja, com a tela. E se a indústria cinematográfica, sobretudo a partir de *Hollywood*, deu início a esse processo, ao passo que “globaliza” filmes, cuja fruição não exige formação intelectual alguma, a revolução cibernética e a universalização da internet só aceleraram esse processo. Outros autores, como Vargas Llosa, reconhecem a existência e até a inevitabilidade, em certo nível, de tais processos: “Não só a informação rompeu todas as barreiras e ficou ao alcance de todo mundo, como também praticamente todos os setores da comunicação, da arte, da política, do esporte e da religião sofreram os efeitos transformadores da ‘telinha’”,<sup>121</sup> embora busquem refletir de maneira mais crítica sobre suas potencialidades e inclusive seus riscos, à sociedade e à própria democracia.

A esse respeito, Moreira faz importantes contribuições ao discorrer sobre as mudanças ocorridas na sociedade pelo advento de novas tecnologias no cenário social, pois, como argumenta, “toda manifestação cultural (e a cultura de massas em particular) depende da tecnologia disponível e acompanha o desenvolvimento tecnológico [...]”.<sup>122</sup> Para tanto, o autor nos lembra do trabalho de Marshall McLuhan com o *Fedro*, de Platão, em que consta o receio do filósofo de que, com o aparecimento da escrita, essa viesse degradar a cultura existente.<sup>123</sup> Realmente, e como salienta Mario Vargas Llosa, enquanto na Grécia Antiga a noção de cultura esteve atrelada à filosofia, devido, sobretudo, à tradição oral que essa tinha, permitindo acumulação da totalidade da experiência da comunidade nos grandes sábios, com advento da cultura impressa opera-se uma total reformulação da relação do sujeito com a experiência:

Ora, a cultura impressa é milenar, mas a inovação tecnológica introduzida por Gutenberg no século XV tem efeitos verdadeiramente revolucionários, especialmente

<sup>119</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 27.

<sup>120</sup> LIPOVETSKY, Gilles. SERROY, Jean. *La cultura-mundo: Respuesta a una sociedad desorientada*. Barcelona: Anagrama, Colección Argumentos, 2010.

<sup>121</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 24.

<sup>122</sup> MOREIRA, João Paulo. Problema da cultura de massa, cit., p. 12.

<sup>123</sup> MCLUHAN apud. MOREIRA, João Paulo. Problema da cultura de massa, cit., p. 12.

em termos de democratização da cultura: vejam-se só, por exemplo, a maior facilidade de acesso e manuseio do texto, bem como a súbita perspectiva de alfabetização alargada e a criação de hábitos de leitura. A breve trecho proliferam jornais, revistas, bibliotecas públicas e clubes de leitores, paralelamente ao aperfeiçoamento do papel e das técnicas de impressão tipográfica.<sup>124</sup>

Não por acaso, dada a nova capacidade de armazenar e difundir toda produção coletiva do conhecimento, muitos objetaram que a cultura chegou a todos, se democratizou. Realmente, nunca houve acúmulo tão grande de descobertas científicas, nunca foram publicados tantos livros, abertos tantos museus. Como se pode falar em um mundo sem cultura com a porcentagem mais baixa de analfabetismo em toda história humana? Contudo, como nos lembra Vargas Llosa, “esse é um aspecto quantitativo, e a cultura não tem muito a ver com a quantidade, e sim com a qualidade”. E ainda acrescenta, demonstrando a distância entre conhecimento e cultura:

[...] À extraordinária especialização a que chegaram as ciências e que, sem dúvida, se deve ao fato de termos conseguido reunir no mundo atual um arsenal de armas de destruição em massa com o qual poderíamos extinguir várias vezes o planeta em que vivemos. Trata-se de uma façanha científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, uma manifestação flagrante da barbárie, ou seja, um feito eminentemente anti-cultural.<sup>125</sup>

É preciso lembrar que bibliotecas, museus, universidades e outros centros de transmissão de conhecimento coexistiram ao lado de campos de concentração. Isso não quer dizer que foram os meios que degradam a cultura, como achava Platão, mas a lógica a qual aqueles estão submetidos. Quando a imprensa foi criada, as obras que ela fez a humanidade alcançar advinham de sonhadores como Thomas More, ou de mestres do teatro como Gil Vicente. Esses e tantos outros produziam obras que pretendiam derrotar a morte. As obras que o rádio, a televisão e o cinema querem mostrar ao público hoje não pretendem durar mais que o tempo de apresentação. São feitos para serem consumidos tais quais sabão e biscoito. “Cultura é diversão, e o que não é divertido não é cultura”.<sup>126</sup>

O que Vargas Llosa no fundo nos revela é que era papel da cultura - antes de ser deteriorada por aquilo que hoje usurpa seu nome - manter a comunicação viva entre os povos, agir como um denominador comum à medida que, justamente pelo avanço dos conhecimentos, fomos obrigados a nos especializar, ou seja, a irmos nos distanciando uns dos outros e deixando de nos comunicarmos. Nesse sentido, a cultura, em seu sentido mais “elevado”, age como

uma bússola, um guia que possibilitava os seres humanos orientar-se no denso cipoal dos conhecimentos sem perder a direção e tendo, em sua incessante trajetória, maior

<sup>124</sup> MOREIRA, João Paulo. Problemas da cultura de massa. *cit.*, p. 12.

<sup>125</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, *cit.*, p. 63.

<sup>126</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, *cit.*, p. 27.

ou menor clareza sobre prioridades, diferença entre o que é importante e o que não é, entre o caminho principal e os desvios inúteis.<sup>127</sup>

Por isso, o que o Martel, Lipovetsky e Serroy veem com grande simpatia, para Vargas Llosa é objeto de grande preocupação. Ao supostamente “democratizar” a cultura através do consumo, essa perdeu sua chave lógica de orientação e passou a estar associada à mera informação, quando não, pautada, basicamente, apenas pelo entretenimento, justamente porque não existe forma mais eficaz de lucrar do que alimentar as paixões das multidões do que o divertimento (seja através do sentimentalismo, da agressividade, do erotismo, do medo, do fetichismo ou da curiosidade, recursos comuns na linguagem das comunicações de massa). E, “apesar de toda denúncia feita”, como já reparava Alfredo Bosi, “o quadro objetivo estatístico continua inalterado, contando com o êxito garantido pela eficiência da indústria cultural e do seu respectivo mercado”.<sup>128</sup>

O que mudou foi todo o restante. Isto é, se como acreditava Llosa, cultura for tudo aquilo que “antecede e sustenta o conhecimento, orienta-o e confere-lhe funcionalidade precisa”<sup>129</sup>, com a banalização da ideia de cultura, diversas áreas do cotidiano tiveram efeitos significativos, um tanto quanto inesperados, muitos dos quais nefastos - embora nem todos. O entretenimento vira propaganda, a arte, produto, a política, espetáculo e a religião passa a ser o capitalismo.<sup>130</sup> Mas, para além de compreender e esmiuçar as mudanças causadas por uma sociedade sem cultura (em sentido estrito), interessa, muito mais neste momento, justamente pelo esforço que aqui propomos, de recuperar a soberania cultural, entender por que essa manifestação do Espírito Objetivo - a “mais espontânea”<sup>131</sup> como Henriques uma vez disse – mas não a única está sob o ataque do império do pensamento único. Somente assim vislumbramos a possibilidade de nos contrapormos em alguma medida e de forma relativamente eficaz a esse paradigma imperial, isto é, soberanamente.

<sup>127</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 64.

<sup>128</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, cit., p. 321.

<sup>129</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 65.

<sup>130</sup> BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>131</sup> HENRIQUES, Hugo R. & CARVALHO, João P. B. (2021). A Revanche do Leviatã Estados rebeldes como desafio à ideia única. *Princípios*, 40 (162), p. 253. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.011>.

## 1.2 O Império Sem Rosto: Violência Positiva e Soberania Cultural

Vemos, assim, que sob a premissa de uma globalização irrefreável (e por vezes lida mesmo como desejável) as nações acabam por diluir em seu espaço popular e cultural os efeitos desse paradigma imperialista. Contudo, seu interesse mercadológico é apenas um dos efeitos mais imediatos. Como nota Cardoso, sem regulamentação e proteção sobre a comunicação e a cultura:

Estes [centros de poder cultural] são sustentados em interesses de intercâmbio cultural globalizante sob uma primeira interpretação, ingênua, mas que podem, estrategicamente, carregar valores de fragmentação da unidade cultural doméstica, degradando as experiências culturais em prol de uma realidade artificial e estranha, nutrida, em segundo plano, por interesses de dominação cultural que são, no mínimo, interessantes do ponto de vista mercadológico, mas que demonstram o seu verdadeiro poder no seu potencial geopolítico de aplicação.<sup>132</sup>

O que Cardoso está tentando desnudar é aquilo que o filósofo teuto-coreano, Byung Chul-Han chamaria alguns anos depois de *regime da informação*.<sup>133</sup> A marginalização da radiodifusão pública, somada à ausência de regulamentação no setor de comunicação, contribuiu para que o Estado perdesse parte significativa de seu poder simbólico e sua soberania informacional sobre a sociedade. Contudo, esse espaço não permaneceu desocupado. Ao abdicar de exercer uma presença forte e plural nas redes de rádio e TV, o Estado abriu caminho para que a circulação da informação e da cultura fosse mediada quase exclusivamente por lógicas privadas – e com o surgimento das novas plataformas digitais, o cenário apenas se consolidaria e intensificaria em crescente.<sup>134</sup>

Por essa razão, Han denominou de *Infocracia* o regime político a qual boa parte do mundo está submetido. Uma sociedade na qual se exerce o poder por meio do uso que se faz dos fluxos informacionais e dos dados pessoais como meio de dominação. Segundo o autor, vivemos hoje em um tempo no qual, mesmo sem percebermos, somos controlados e dominados pelo modo como, a todo instante, somos levados a produzir e a consumir informação. Han, nesse sentido, faz uma topologia do poder, identificando que para além dos já bem documentados *regimes disciplinares e coercitivos*, há o *regime da informação*, em que o poder atua não tanto disciplinado o corpo (por meio da vigilância e da coerção), mas se apoderando da *psique* (incentivando a comunicação e visibilidade).<sup>135</sup>

<sup>132</sup> CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural*, cit., p. 101

<sup>133</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Trad. Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

<sup>134</sup> O processo de aprofundamento das questões relacionadas a tais plataformas já leva a se considerar a necessidade de reconhecimento de um Direito Fundamental à Liberdade Cognitiva (Cf. MAESTRI, Leticia de Almeida. *O Direito Fundamental à Liberdade Cognitiva: autonomia mental, cultura e poder na era da manipulação algorítmica. Dissertação* (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Uberlândia. 2025.

<sup>135</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 8.

Não é de se estranhar que o tão promovido padrão neoliberal de modernização defenda justamente um modelo de “globalização” assentado sobre a comunicação e a *conexão* (centradas em mercados, capitais, consumo e informação, sem jamais se estender plenamente a outras áreas sem interesse imediato para os mercados, como o fluxo de pessoas, fortemente controlado por todos os Estados ditos desenvolvidos).

No regime disciplinar de Michael Foucault, os corpos “*não portam dados e informações, mas energia*”<sup>136</sup>. Ele aplica a vigilância e o isolamento como meio de dominação. O isolamento não pode mais ser transposto ao regime da informação, que explora, justamente, a comunicação. “A vigilância no regime da informação ocorre por meio de dados. Os reclusos isolados do panóptico disciplinar não produzem dados, não deixam rastros de dados, pois *não se comunicam*”<sup>137</sup>. Ocorre aqui uma inversão, no regime disciplinar explora-se o sujeito dócil, obediente. O sujeito submisso do regime de informação “ao contrário, supõe-se *livre, autêntico e criativo*”.<sup>138</sup> Isto é, “ser-visto ininterrupto” é o que mantém este sujeito “informacional” em sua submissão. Na sociedade da informação, ser visto é o que faz o sujeito sentir-se livre e conectado, por isso, *produz-se e se performa* incessantemente, entregando aos mercados esse novo tipo de capital até então pouco explorado na forma e na dimensão atual, a informação.<sup>139</sup>

O poder do império, dessa forma, erige-se sem ser identificado em sua dominação pelo exercício de uma forma particularmente oculta (por sua absoluta transparência) de violência: a violência da positividade

Ela [a violência] se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo, e volta a se recolher para espaços subcutâneos, sub-comunicativos, capilares e neuronais, de modo que surge a falsa impressão de que ela teria desaparecido. Atualmente torna-se totalmente invisível quando se confunde e se identifica com seu contraponto: a liberdade. Assim, a violência marcial dá lugar ao poder anônimo des-subjetivado e se esconde no poder sistêmico que coincide com a sociedade.<sup>140</sup>

Como nota Henriques, à medida que a topologia da violência foi se modificando como violência coercitiva até a emergência das sociedades disciplinares descritas e denunciadas por Foucault, estas produziam-se como manifestação de um Espírito Objetivo

que imbuía de negatividade a violência exercida, fosse pelos Estados ou pelos impérios. É de se notar, entretanto, que justamente esse caráter de objetividade externa que ordenava a violência coercitiva e disciplinar confere aos sujeitos (mormente onde

<sup>136</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 8.

<sup>137</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 9.

<sup>138</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 9.

<sup>139</sup> ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

<sup>140</sup> HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017, p 7-8.

vigorou ou vigora ainda um autêntico Estado de Direito) a possibilidade de se rebelar politicamente de diferentes formas e de contribuir para reconfigurar o próprio Espírito Objetivo e, por meio dele, também suas formas de violência legítimas.<sup>141</sup>

Mas, como vimos a alguns momentos atrás, esses movimentos neoliberais penetraram nas consciências dos Estados com vistas precisamente à desintegração do Espírito Objetivo. O efeito, contudo, como demonstrado, não é o desaparecimento da violência, mas apenas sua transmutação em regime de positividade. Isto é, o sujeito não podendo prontamente associar o estado de desorientação em que vive a um Estado, a um governo ou qualquer instituição de poder objetivo, passa a culpabilizar a si mesmo, e empenhar-se numa lógica individualista<sup>142</sup>:

O sujeito de desempenho entrega-se à livre coerção para a maximização do desempenho. Assim, explora a si próprio. A autoexploração é mais eficiente do que a exploração alheia na medida em que é acompanhada por um falso sentimento de

<sup>141</sup> HENRIQUES, Hugo R; CARVALHO, João P. B. (2021). A Revanche do Leviatã: Estados rebeldes como desafio à ideia única. *Princípios*, 40 (162), p. 244. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.011>.

<sup>142</sup> O documentário de Marcelo Gomes *Estou Me Guardando para Quando o Carnaval Chegar* (2019), é talvez uma das obras que melhor retrata os sintomas dessa individualização no cenário brasileiro. Filmado em Toritama, local mais conhecido como capital do jeans, a película capta a transformação dessa pequena cidade do agreste pernambucano que virou uma máquina de produção de milhões de peças de roupas anualmente. A cidade, com seus 44 mil habitantes, abriga mais de 3 mil empresas fabricantes de jeans. Chamadas de *facções*, essas fabriquetas, instaladas no interior do espaço doméstico, representam o trabalho de quase a totalidade da população. Orgulhosos de serem seus próprios patrões, curiosamente, os proprietários dessas fábricas se submetem a jornadas exaustivas de trabalho se permitindo a um único momento de descanso, o Carnaval. *ESTOU ME GUARDANDO PARA QUANDO O CARNAVAL CHEGAR*. Direção: Marcelo Gomes. Produção: João Vieira Jr., Nara Aragão. Brasil: Netflix, 2019. (86 min.). O retrato de Toritama, apesar de parecer distante, é um sintoma comum nas sociedades atuais dos efeitos do que Mark Fisher chamou de *realismo capitalista*. Realismo porque o sistema capitalista ceifou das pessoas a capacidade de pensar modelos econômicos e políticos alternativos a ele. Para o autor anglo-saxão, estamos em um momento diferente da História, pois se na década de 1980 ainda era possível ver as linhas de fratura do antagonismo de classes, como o exemplo da Greve dos Mineiros do Reino Unido de 1984-1985 que ele traz, não é possível dizer o mesmo em cidades como Toritama, em que os moradores não conseguem nem enxergar a exploração a qual estão submetidos pois acreditam ser os chefes de si mesmos, mesmo que estes mal tenham acesso ao montante de dinheiro que os jeans produzidos por eles geram a terceiros. Fisher, na mesma linha, percebe o realismo capitalista como uma grande atmosfera que penetra e condiciona diversos aspectos da vida humana, sendo um dos mais visíveis a regulação do trabalho, “agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação” FISHER, Mark. *Realismo Capitalista*, cit., p. 33. Não é estranho, assim, ver no documentário de Gomes como quase todas as casas da cidade de Toritama foram (des)caracterizadas em espaços de trabalho, onde o espaço de lazer e descanso se funde com o do ofício. É justamente o que Han notou como consequência deste modo “indefinido” de poder; onde a antiga vigilância externa é sucedida pelo policiamento interno e substitui a figura do trabalhador/presidiário da sociedade da disciplina, pela figura do trabalhador/viciado na sociedade do controle. Por isso, como mencionado, a crença no trabalho autônomo e “livre” vivida pelos habitantes de Toritama não é tão diferente do restante da sociedade, que assiste, a cada dia que passa, a mais e mais jovens saindo do ensino médio querendo investir dinheiro e aplicar em bolsa de valores, que de nada diferem desses famosos jogos de apostas, como maestralmente nos mostrou o filme *JOIAS BRUTAS*. Direção: Ben e Josh Safdie. Produção: Sebastian Bear-McClard, et. alii. Estados Unidos: A24, 2019. (134 min). Esses jovens, assim como muitos adultos desorientados e sem expectativas para o futuro, não sabem a quem culpar, a quem recorrer. Alice Rohrwacher, cineasta italiana, é quem talvez mais belamente captou essa mudança do *Welfare State* ao retratar em *Lazzaro Felice* (2018) a história de uma comunidade que, nunca tendo tido contato com a sociedade, vivia sob a exploração cotidiana de uma marquesa sem sequer ter noção da própria exploração, mas quando finalmente são libertos e trazidos para a cidade passam a viver muito mais precariamente pois são simplesmente abandonados à própria sorte. Rohrwacher cria um embate interessante ao fazer essa passagem da comunidade do campo para a grande cidade na Itália dos anos 1970, pois se antes era fácil identificar quem exercia a exploração sobre eles, uma vez na cidade e vivendo sob condições ainda piores, a quem eles podem culpar por sua situação? *LAZZARO FELICE*. Direção: Alice Rohrwacher. Produção: Alexandra Henochsberg et. alii. Itália: Netflix, 2018. (130 min.).

liberdade; o explorado é, ao mesmo tempo, quem explora. A exploração acontece, aqui, sem dominação; é isso que perfaz a eficiência da autoexploração. O sistema capitalista transmuta-se da exploração alheia para a autoexploração, do dever para o poder, para acelerar-se. Em virtude de sua liberdade paradoxal, o sujeito de desempenho é, ao mesmo tempo, agressor e vítima, senhor e escravo. Liberdade e violência não se distinguem aqui; o sujeito de desempenho que se apresenta como soberano de si, como *homo liber*, mostra ser um *homo sacer*. O soberano da sociedade de desempenho é, ao mesmo tempo, o *homo sacer* de si mesmo. Em uma lógica paradoxal, na sociedade de desempenho o soberano e o *homo sacer* se condicionam mutuamente, mas também são idênticos.<sup>143</sup>

É nesse ponto que nosso problema se agiganta. Esse sujeito inserido na “sociedade do desempenho”<sup>144</sup>, marcado pelo *poder tudo*, reconfigura toda a lógica da negatividade construída ao longo da história, a qual constituiu o desenho institucional e político da modernidade à contemporaneidade. Contra a arbitrariedade do subjetivo era preciso haver uma unidade do coletivo, capaz de produzir sociabilidade. Assim, contra a desordem produzida pelo Espírito Subjetivo, Hegel levantava o ordenamento do Espírito Objetivo.

Este, talvez a mais importante descoberta filosófica da história ou, no mínimo, da modernidade, se desenvolve na percepção propriamente hegeliana do ‘eu que é um nós, e do nós que é um eu’, isto é, de que para além das subjetividades existe uma objetividade que é Espírito, ou seja, que pode ela também ser compreendida como uma consciência para além da consciência do homem particular, de modo a suprasumir a simples forma do Espírito Subjetivo ensimesmado, agora como ideia, e exteriorizar a consciência de que é livre.<sup>145</sup>

O Espírito Objetivo também se impõe como uma alteridade, como um *outro*, diante do qual a identidade se constitui. Ele aparece à consciência como um limite:

Este [o Espírito Objetivo] sabe sua liberdade, conhece que sua *subjetividade* constitui, em sua verdade, a própria *objetividade absoluta*, e não se apreende simplesmente *em si* mesmo como ideia, mas se produz como um mundo, exteriormente *presente*, da liberdade.<sup>146</sup>

De tal modo, veremos logo o porquê da lógica *nós/outros* foi tão importante para o desenvolvimento da politicidade, mormente da modernidade à contemporaneidade. Como mostramos na Capítulo I, se já foi difícil encontrar a resposta para quem somos no plano interno do Estado, tão logo veremos que há outros Espíritos Objetivos conformados como Estados e se manifestando na liberdade de outros povos. Sem esse entendimento não poderíamos desenvolver aquela relação agonística de que falava Henriques, a qual

<sup>143</sup> HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*, cit., p. 262-263.

<sup>144</sup> É justamente aqui que o entretenimento entra como solução, isto é, ele não é mais um fenômeno do tempo livre, mas um anestésico para tanto cansaço. Assim, o sujeito passa a ser guiado pelo *imperativo da felicidade*, como condição para conseguir produzir sempre mais, por isso Han descreveu a sociedade do cansaço como “uma sociedade que possibilitaria por meio do doping o alcance de um desempenho sem desempenho” HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 69.

<sup>145</sup> HENRIQUES, Hugo R. & CARVALHO, João P. B (2021). *A Revanche do Leviatã*, cit., p. 248.

<sup>146</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*: a filosofia do espírito. v. 3. Trad. Paulo de Meneses. São Paulo: Loyola, 1995, §444, adendo, p. 219, grifos do original.

pretende avançar para além do paradigma moderno da tolerância, segundo o qual o outro é deixado a si, para um paradigma de compreensão do outro, que envolve uma tomada de posição ativa em face dele, não no sentido de anulá-lo na chave schmittiana do inimigo, mas como a construção de um ambiente onde ambos possam exercer suas liberdades autonomamente e interagindo entre si.<sup>147</sup>

Para isso, contudo, a conformação de um Espírito Objetivo, de uma instância de poder interpessoal que estabeleça esse espaço de convívio, se faz necessária. A negatividade imposta por tais instâncias é essencial à identidade (inclusive subjetiva). Contudo, se são essas justamente as que estão sob ataque, o resultado, como temos visto só poderá ser um individualismo exacerbado, uma “guerra de todos contra todos”, típico de um momento anterior ao desenvolvimento do Espírito Objetivo e da saída do humano do reino da natureza para seu ingresso no reino da cultura (e, portanto, das coletividades). Por isso,

precisamente, o que caracteriza a sociedade atual é que esse sentimento de pertencimento, o *nós*, começa a desaparecer por toda parte. A apatia e a indiferença política, ao lado da infantilização crescente da sociedade, tornam bastante improvável uma ação conjunta.<sup>148</sup>

E, como nos lembra Henriques, para compreender esse ataque, é preciso reconhecer brevemente o *Zeitgeist*, o espírito-do-tempo que norteia a ação e os traços característicos desse império tão distinto de seus antecessores: o “império estadunidense”. “Sem dúvida, a incapacidade de compreender e, assim, aceitar ou tolerar a política está no cerne desse império”.<sup>149</sup> Como afirma Han, em sua crítica quase velada ao coração do Império:

As organizações que têm um cunho puramente econômico e que se orientam apenas na obtenção de lucro não poderão formar comunidade. A razão disso é que lhes falta a dimensão da política. O sistema econômico cujo código binário seja “lucro/prejuízo” não tem olhos para ver o bem-estar comum. Precisamente aqui é que se mostra a verdadeira essência do político.<sup>150</sup>

Em tal contexto, torna-se previsível o império enxergar qualquer manifestação do Espírito Objetivo de um povo como ameaça. Pois este, enquanto momento de suprassunção das subjetividades em uma totalidade livre, tem em seu cerne justamente a *politicidade*, que não tem o lucro com finalidade, mas aquilo que cada povo entenderá como seu *bem-comum*.

Após esse caminho propedêutico, podemos, portanto, retornar à cultura e ao cerne de nossa reflexão. É que a cultura, como mostrou Vargas Llosa, quando aproximada ao entendimento de mera informação<sup>151</sup> cai como uma luva sob a lógica do império do idêntico. Isso os permite construir a narrativa de que se informação é cultura, liberdade,

<sup>147</sup> HENRIQUES, Hugo R. & CARVALHO, João P. B (2021). A Revanche do Leviatã, *cit.*, p. 250.

<sup>148</sup> HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*, *cit.* p. 243-244.

<sup>149</sup> HENRIQUES, Hugo R. & CARVALHO, João P. B (2021). A Revanche do Leviatã, *cit.*, p. 250.

<sup>150</sup> HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*, *cit.* p. 124-125.

<sup>151</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, *cit.*



consequentemente, é comunicação. Por isso Han estabeleceu o regime da informação como a nova forma de soberania. Para tanto, o filósofo demonstra a ascensão das redes sociais e a disseminação rápida de informações, de modo que a opinião pública passou a ser formada pelo que ele chama de "bolhas de filtro" (geradas pelo algoritmo), em que os sujeitos são expostos apenas a opiniões e ideias que reforçam suas próprias convicções, resultando em falta de diálogo e de compreensão mútua. Bloqueando justamente elementos que são indispensáveis para uma sociedade democrática - a capacidade de dialogar, de entender a posição do outro, de imaginar uma maneira de ser e de pensar distinta da sua própria, todas aquelas capacidades que exigem, de algum modo, uma disposição de abertura em relação ao outro, onde o terreno para a polarização política está posto.<sup>152</sup>

Não por acaso Han retoma as práticas utilizadas por Trump em sua eleição em 2020, que a própria CNN apelidou na época de “eleição-meme” (*The Meme Election*).<sup>153</sup> A própria empresa que ajudou a construir essa estratégia, a empresa de dados britânica *Cambridge Analytica*, se gaba de deter os psicogramas de todos os cidadãos estadunidenses adultos. Após a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016, declarou triunfante: “estamos convencidos que nossa abordagem revolucionária da comunicação impulsionada por dados teve um papel muito decisivo para a extraordinária vitória nas eleições do presidente eleito Donald Trump”.<sup>154</sup> Mas influenciar as próprias eleições é apenas a ponta do *iceberg*.

Quando dizemos que a violência positiva elimina o *nós*, talvez estivéssemos mentindo. É que na verdade ela cria apenas um único *nós*, que é a cultura do consumo, estritamente adstrita ao “*American Way of Life*”, tão difundido pelos meios de comunicação de massa e técnicas de propaganda para mundializar as visões do império. Contudo, toda aquela cultura que se

---

<sup>152</sup> HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit.

<sup>153</sup> Como diz Han: “Memes são *vírus mediais* que se propagam, se reproduzem e também se mutam extremamente rápido na rede. O núcleo de uma informação, o RNA do meme, por assim dizer, é implantado em um invólucro visual infeccioso. A comunicação baseada em memes como *contaminação viral* dificulta o discurso racional ao mobilizar, mais do que nada, afetos. A guerra de memes indica que a comunicação digital privilegia cada vez mais o visual perante o textual. Imagens são, justamente, mais rápidas do que textos. Nem o discurso, nem a verdade são virais. A visualização intensificada da comunicação impede ainda mais o discurso democrático, pois imagens não argumentam ou fundamentam. A democracia é lenta, prolixa e tediosa. A propagação viral de informações, a *infodemia*, prejudica, assim, de modo massivo o processo democrático. Argumentos e fundamentações não cabem em tuítes ou memes que se propagam e multiplicam em velocidade viral. A coerência lógica que caracteriza o discurso é estranha à mídia viral. Informações têm sua própria lógica, sua própria temporalidade, sua própria dignidade para além da verdade e da mentira. *Fake news* também são, num primeiro momento, informações. Antes de instaurar o processo de verificação, já tiveram todo efeito. Informações ultrapassam num piscar de olhos a verdade e esta não lhes pode alcançar. Está condenada ao fracasso, portanto, a tentativa de, com a verdade, querer lutar contra a infodemia. Esta é *resistente à verdade*. HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 30.

<sup>154</sup> CAMBRIDGE ANALYTICS *apud.*, HAN, Byung-Chul. *Infocracia...*, cit., p. 27.

apresentar oposta a esse sistema, ou pelo menos tiver alguma barreira à expansão do capital passará a ser “inimigo”, não somente do império, mas de toda a humanidade.

É nessa lógica que o fantasma comunista se estabelecerá entre nós em meados do século XX com a ajuda do rádio, do cinema e da televisão (dando supostas razões, no Brasil, a dois golpes de Estado e duas ditaduras). E com o fim da Guerra Fria, e especialmente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, se criaria a nova figura do “inimigo internacional” conformado genericamente como o “árabe muçulmano”, uma construção em si mesma interessante, pois carrega consigo um descaso fundamental e simultâneo acerca das identidades culturais e religiosas do dito oriente próximo.<sup>155</sup>

O filósofo italiano Domenico Losurdo denominaria a este sistema de significação universalizado como “Linguagem do Império”<sup>156</sup>, uma comunidade de sentido supostamente universal e unilateralmente definida pelo Império, e que por meio de propaganda e mídias de massa se impõe globalmente para que aprendamos que, como sumarizou Henriques

os japoneses são perigosos e inimigos, e logo em seguida nossos aliados; os comunistas são perigosos e inimigos, mas logo somente os soviéticos, não os chineses, mostraria o gesto carregado de significados de Nixon; coreanos e vietnamitas são primitivos e perigosos, teríamos de assimilar, para logo em seguida engolir também o discurso do progresso invejável dos tigres asiáticos, inclusive os coreanos; os povos balcânicos são bárbaros e seguem sofrendo com as irresponsáveis construções artificiais soviéticas, logo também aprenderíamos, e todos discutiríamos sobre sérvios, bósnios, montenegrinos, kosovares; viriam os muçulmanos “degoladores de cabeça” – e que trágica ironia não seria a transmissão mundial da execução de Saddam Hussein –, a construção em tudo contraditória do inimigo advindo dessa entidade “Oriente Médio”, onde todos seriam perigosos terroristas, muitos dos quais aliados, embora ainda marcados pelo estigma do “inimigo”; os russos se tornariam um povo democrático e livre nos anos 1990, para voltar à demonização em tempos recentes; e agora finalmente sabemos que o inimigo sempre foram, de fato, os astutos e pouco confiáveis chineses (tradução nossa).<sup>157</sup>

A sucessão de construções e reconstruções de “outros” impostos exogenamente pela Linguagem do Império saltaria aos olhos por suas incongruências, não fosse a convergência de uma mídia de massas subserviente e de técnicas de propaganda eficientes. Essas estratégias, contudo, se aprimoram à medida que os Estados abrem suas redes comunicacionais e informativas através das “despretensiosas” redes sociais, ficando suscetíveis as chamadas revoluções coloridas. Desde os anos 1990 pelo menos o pesquisador Andrew Korybko tem percebido que política externa estadunidense tem se pautado por essa tática crescentemente, desvinculada do uso direto de forças militares, ainda que sem deixar de investir também nessas,

<sup>155</sup> CARVALHO, João Pedro B.; HENRIQUES, Hugo R. . Mitologías del uno y del outro, *cit.*, p. 8

<sup>156</sup> LOSURDO, Domenico. *Linguagem do Império*: léxico da ideologia estadunidense. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>157</sup> CARVALHO, João Pedro B.; HENRIQUES, Hugo R. Mitologías del uno y del outro, *cit.*, p. 8. As semelhanças com os inimigos intercambiáveis do clássico “1984” de George Orwell não é mera coincidência (*cf.* ORWELL, George. 1984. Trad. Renan Machado. Rio de Janeiro: Excelsior, 2021).

para buscar a mudança de regimes que alinhem os governos de Estados considerados importantes aos interesses estadunidenses.<sup>158</sup>

Chamadas pelo pesquisador de “guerras híbridas”, em livro homônimo, estas consistem em alimentar soturnamente ideias e redes de pessoas ideologicamente alinhadas para criar um ambiente social que permite, quando ativada a estratégia (Korybko denomina o catalisador como “o acontecimento”) que toda uma enorme quantidade de sujeitos se disponha a se engajar em atos contra o governo. Dessa forma, os ataques emergem como aparente motivações legítimas da população, o que dificulta muito a resposta dos governos a essas táticas, uma vez catalisadas.<sup>159</sup>

Os exemplos que se somam desse padrão de desestabilização até o momento atual são muitos. Desde as revoluções coloridas levadas a cabo nos países do Leste europeu a chamada “primavera árabe”, desencadeadas a partir da Tunísia e que se alastraria por diversos Estados do norte da África e Oriente Médio, como Egito, Líbia e Síria – e que, levada a cabo na Ucrânia redundaria num dos mais intensos conflitos militares ainda não solucionados de nosso tempo. Como estratégia militar, as assim chamadas “guerras híbridas” têm se mostrado um sucesso absoluto, não apenas por serem relativamente baratas, ou por alcançarem os efeitos pretendidos pelo Estado “agressor”, mas, principalmente, porque se antes sabíamos com clareza a autoria da “russofobia”<sup>160</sup> construída durante a guerra fria e difundida pelo cinema *hollywoodiano*, atualmente, essa passa sem ser identificada.

Fica nítido, assim, que a coação por transparência e pelo fluxo de informações, em última instância, não é por qualquer tipo de imperativo ético ou libertário, mas por interesses geopolíticos. A massificação da comunicação, das demandas políticas, dos processos, do consumo gera a elevação exponencial da entropia de todos os sistemas sociais, que se tornam incapazes de lidar de forma útil com essa onda de informações. “A partir de um determinado ponto a informação não é mais informativa, a produção já não é produtiva, a comunicação não

---

<sup>158</sup> KORYBKO, Andrew. *Guerra híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Trad. Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

<sup>159</sup> KORYBKO, Andrew. *Guerra híbridas...*, *cit.*

<sup>160</sup> Nesse sentido, cf. FRANCO, João Vitor Pires. De Leste a Oeste: Representações da Rússia no audiovisual dos Estados Unidos (1939-2022). Orientador: Edson José Neves Júnior. 2024. 98 p. *TCC (Graduação) - Relações Internacionais*, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Há de se ressaltar, entretanto, e como mostra Franco, que apesar de o Pentágono ativamente ter trabalhado para alterar roteiros, mudando não apenas a representação do militar, mas a representação da história para os americanos, essa intervenção, muitas das vezes, não chegava ao conhecimento público. Isso não altera, contudo, o fato de que as guerras híbridas, descritas por Korybko são muito mais silenciosas e ocultas, já que quando emergem, aparecem como manifestações espontâneas da própria população onde a estratégia for aplicada, sendo, na demonstração do autor, quase impossível retrair a teia de contatos, grupos etc. aos seus disparadores originários em outro Estado.

é mais comunicativa. Tudo cresce e prolifera para além de sua meta, para além de sua determinação, para além da economia da utilidade”.<sup>161</sup>

É a partir desse panorama que nos debruçaremos nas seções seguintes a análise do caso brasileiro e do caso chinês, no que se refere à soberania cultural que estes tem apresentado frente as ameaças externas e internas ao Estado e a cultura de seu povo, bem como os efeitos da falta ou presença dessa nos contextos sociais e políticos e culturais desses países.

---

<sup>161</sup> HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*, cit., p. 186.

## 2. Soberania cultural e comunicação: o desafio brasileiro

A soberania cultural, como discutido anteriormente, constitui-se na capacidade de uma sociedade produzir, difundir e reconhecer seus próprios valores simbólicos. Trata-se de um grau de autonomia que não se resume ao controle político, mas que implica, sobretudo, na possibilidade de construir um imaginário coletivo a partir de referências próprias, ou, como diria Hugo Rezende Henriques, voltadas à formação de um *Brasil em-si-para-si*.<sup>162</sup> Na leitura do Professor - em consonância com os momentos da consciência no sistema de Hegel -, há três forças que disputam os objetivos e projetos de/para nossa nação, ou, em outras palavras, disputam o sentido daquilo que seja a verdadeira *brasilidade*. Os dois primeiros se constituem no mesmo momento, isto é, atracada as caravelas portuguesas no “novo mundo”, de imediato duas histórias se fizeram encontrar: a primeira delas, a do *Brasil-em-si*, marcado pelo misticismo, pela passionalidade, mas também pelo sofrimento, pela lamúria e pela constrição das populações tradicionais originárias ou derivadas da vida comum de um Brasil dito “profundo”; do outro lado, e muito mais imediatista, o *Brasil para-si*, que “se configura tão rápido quanto o Brasil *em-si*, e frequentemente em oposição a ele”<sup>163</sup>, é o Brasil dos *interesses*, é o Brasil *extrativista*, vindos com do colonizador europeu, mas jamais encerrado nele, “pois é o Brasil das classes enricadas”<sup>164</sup>. Contudo, mas também a partir desses *Brasis*, há um *Brasil em-si-para-si*, “autoconsciente de nossas heranças históricas e compromissados com destinos mais grandiosos e muito mais democráticos para o povo brasileiro”.<sup>165</sup>

Essa consciência de grandeza não surge de repente, é fruto de um projeto. Não de um projeto imediatista, como do Brasil para-si “que toma o Estado de assalto sempre”<sup>166</sup>, nem tão pouco das abstrações existências “originárias”, “puras”, “verdadeiras” “dos defensores do Brasil em-si que seguem imaginando um mundo bucólico para que os povos brasileiros sigam

<sup>162</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2023.

<sup>163</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *cit.*, p. 11.

<sup>164</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *cit.*, p. 10. Em sentido idêntico, no artigo *Estado ético e Estado poiético*, Salgado evidencia o assalto do qual o Estado tem sido vítima por parte de um segmento que, com sua lógica das necessidades econômicas e financeiras imediatas e infinitas, retira dele seu conteúdo ético, e o substitui pelo elemento econômico travestido de técnica ou ortodoxia. Conformar-se, assim, o Estado poiético (assim alcunhado por Salgado), o qual representa a tomada de assalto do Estado pela sociedade civil com a consequente imposição de uma agenda tão somente econômica no seio dessa potência que é ética por excelência, ou, melhor, a essência ética da sociedade, o Estado de Direito. Segundo Salgado, “o Estado poiético, burocrata, e abertamente a-ético e a-jurídico. Busca justificar-se pela própria técnica ou aparência técnica que o define.” SALGADO, Joaquim Carlos. Estado Ético e Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr.-jun. 1998, p. 67.

<sup>165</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *cit.*, p. 15

<sup>166</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *cit.*, p. 10.

seus caminhos distintos, cada qual em si mesmo, cada um por si mesmo”.<sup>167</sup> É o projeto que emerge simultaneamente nas artes, na política e no mundo acadêmico. Isto é, da elite intelectual, política e artística brasileira. Não é sem razão que, contra a importação acrítica de ideologias e agendas estrangeiras, “viria das artes, e do modernismo brasileiro, a manifestação mais intelectualmente bem estruturada da oposição à presença de elementos culturais estrangeiros que não fossem ‘abrasileirados’”<sup>168</sup>. O Movimento Antropofágico, por exemplo, buscava alertar para a relevância de um diálogo criativo com outras culturas, propondo a incorporação criteriosa e crítica de seus elementos, desde que reinterpretados e transformados à luz da sensibilidade e do contexto brasileiro. Tratava-se, portanto, de uma apropriação simbólica — e não de mera imitação —, na qual o “outro” cultural era assimilado e ressignificado dentro de um horizonte de brasilidade. Como expressa o próprio Manifesto Antropofágico, “o espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. Necessidade de vacina antropofágica”.<sup>169</sup> Desse modo, o contato com culturas estrangeiras deveria ocorrer de forma semelhante aos rituais antropofágicos descritos por Hans Staden — em que os indígenas devoravam guerreiros inimigos para absorver suas forças e virtudes —, constituindo uma metáfora para o processo de absorção crítica e criadora de valores culturais universais no seio da cultura brasileira, desde nossas perspectivas singulares.<sup>170</sup>

No entanto, o percurso brasileiro desde as décadas de 1920 e 1930 apresenta um cenário quase oposto a esse ideal, de vitórias frequentes de um Brasil para-si contra as perspectivas soberanistas para nosso povo, mesmo quando a retórica oficial evocava um nacionalismo ufanista que não ecoava em decisões políticas realmente voltadas ao interesse brasileiro. Quando se examina a radiodifusão e a comunicação no Brasil sob esse prisma, torna-se evidente que o modelo vigente ressoa mais amplamente aos desígnios e projetos do Brasil para-si: estruturas em que a lógica mercantil prevalece, e as condições para que o Brasil em-si-para-si se afirme culturalmente ficam comprometidas. Desde os decretos que iniciaram a regulamentação da radiodifusão na Era Vargas - cujo modelo de exploração, a exemplo dos Estados Unidos da América, foi o modelo misto, no qual o Estado concede o direito de uso das

<sup>167</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?, *cit.*, p. 19.

<sup>168</sup> HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereiro mundial: guerras culturais, “ideologêse” e as ameaças ao Estado soberano. *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)*, 10ª ed., 2018, São Paulo. Anais, p. 4-5 (PDF) Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337\\_ARQUIVO\\_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337_ARQUIVO_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf).

<sup>169</sup> ANDRADE, José Oswald de Souza. Manifesto antropofago. *Revista de antropofagia*. Ano 1, n. 1, 1928.

<sup>170</sup> Relatos disponíveis em STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*, *apud*. HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereiro mundial..., *cit.*, p. 5.

frequências, mas a exploração é principalmente realizada pela iniciativa privada - consolidou-se o sistema comunicacional brasileiro: profundamente concentrado e oligopolizado.<sup>171</sup> É inclusive nessa cópia de modelos externos – e majoritariamente privatistas - que Henriques, perspicazmente, nota não apenas a existência de um sujeito do desempenho, como já lecionou Han, mas também de um “Estado democrático de desempenho” que tem exercido sobre si uma enorme violência pautada por um desempenho (especialmente econômico) que o torna vítima de si mesmo. Nessa esteira também Mangabeira Unger,

os países mais pobres tentaram se levantar, copiando as instituições dos países mais ricos e abrindo-se para uma economia mundial comandada justamente por essas nações mais opulentas. Os países mais pobres acreditavam que bom comportamento seria recompensado com rápido ponto de convergência, marcado com um encontro primeiramente com as práticas dos mais adiantados e posteriormente com a prosperidade desses últimos mais ricos.<sup>172</sup>

Assim, se pelo menos no início, o rádio havia nascido associado a finalidades culturais e cívicas<sup>173</sup>, sendo inclusive vedada a possibilidade de publicidade, a televisão por sua vez foi pensada desde logo como segmento eminentemente privado, quando o Código Brasileiro de Telecomunicações foi aprovado em 1962, ainda em um contexto formalmente democrático. Quando a TV começou a operar, em 1950, lançada pelo maior grupo econômico de mídia do país à época, os Diários Associados<sup>174</sup>, foi criada a principal entidade nacional de defesa dos interesses desse segmento, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), com forte participação das principais emissoras comerciais. E todos os vetos ao

<sup>171</sup> LIMA, Venício A. de. *Mídia...*, cit.

<sup>172</sup> UNGER, Roberto Mangabeira. *Necessidades falsas*: introdução a uma teoria social antideterminista a serviço da democracia radical. Tradução Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 15

<sup>173</sup> Pelo menos, segundo a historiografia oficial, a data de início da radiodifusão está associada às comemorações do Centenário da Independência do Brasil. No dia 7 de setembro de 1922, através de alto-falantes instalados nos pavilhões da Grande Exposição nos altos do Corcovado, os visitantes ouviram o discurso do Presidente Epitácio Pessoa. À noite era transmitida, do Teatro Municipal, a ópera *Guarany*, de Carlos Gomes, ouvida também por algumas privilegiadas famílias que haviam importado 80 receptores de rádio. É, contudo, somente em abril de 1923, com a inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, iniciativa de Roquette Pinto, que os serviços regulares de radiodifusão se iniciam. Roquette-Pinto defendia que o novo meio seria fundamental para “educar” a população, tendo em vista a alta taxa de analfabetismo no país. A emissora, então, tinha finalidades educativo-culturais, transmitia óperas, concertos, recitais e palestras. Quase uma década depois, quando o governo federal começou a regular o serviço por meio do decreto nº 20.047 de 1931 a radiodifusão (que, até então compreendia apenas o rádio) foi definida como serviço de interesse nacional com finalidades educativas, devendo a União constituir uma rede nacional. Foi, ainda, regulamentado em março de 1932, por decreto complementar, que os aparelhos receptores poderiam ser usados sem objetivo comercial, mediante inscrição e pagamento de uma taxa anual e permitia a divulgação da publicidade num limite máximo de tempo de 10% do total da programação diária de cada emissora. Ou seja, o rádio nasceu, então, público: não era vinculado ao governo, nem a empresas privadas, PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit.

<sup>174</sup> O império de comunicação do conglomerado Diários Associados, que começou com a aquisição de um pequeno jornal no Rio de Janeiro, em 1924 era, em 1950 o “maior império de comunicação já visto na América Latina”, com 40 jornais e revistas, mais de 20 estações de rádio, quase uma dezena de estações de televisão, uma agência de notícias e uma empresa de publicidade. LIMA, Venício A. de. *Mídia...*, cit.

Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de autoria do então Presidente da República, João Goulart, foram derrubados, em votação nominal, pelo Congresso Nacional, depois de intensa mobilização da ABERT. Com a derrubada dos vetos morriam, também, iniciativas de regular o setor de forma mais incisiva, inclusive as que limitavam a concentração de propriedade no setor.<sup>175</sup>

Essa estrutura foi mantida desde então e mesmo o Decreto-Lei nº 236/1967, editado durante o regime militar, que previa restrições à propriedade cruzada, foi posteriormente neutralizado por interpretações administrativas complacentes do Ministério das Comunicações.<sup>176</sup> Como mostrou Lima, o órgão passou a considerar “entidade” como “pessoa física”, desconsiderando vínculos familiares e redes de afiliação.<sup>177</sup> Essa leitura distorcida permitiu que conglomerados como as Organizações Globo,<sup>178</sup> o Sistema Bandeirantes e o SBT

<sup>175</sup> . LIMA, Venício A. de. *Mídia..., cit.*

<sup>176</sup> A interpretação que o Ministério das Comunicações faz deste texto legal está exemplificada na resposta que o então secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Eugênio de Oliveira Fraga, deu a Requerimento de Informações de autoria dos deputados Edson Duarte (PV-BA) e Lara Bernardi (PT-SP) que perguntava que empresas de comunicação descumpriram ou estão descumprindo o limite de propriedade para uma mesma empresa? A resposta do secretário, através da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério, está no Memorando nº 323/2003-SSCE/MC de 01/08/2003: "Conforme os quesitos acima descritos, temos a informar a Vossa Senhoria que realizamos pesquisas, no que diz respeito ao Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão, relativos aos serviços de radiodifusão sonora (ondas médias, ondas curtas, ondas tropicais e frequência modulada); serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão); e radiodifusão comunitária, e constatamos a inexistência de entidades que estariam contrariando o artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67. Consequentemente, este ministério não instaurou procedimento administrativo, visando apurar irregularidade por descumprimento do referido dispositivo" MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES *apud*. LIMA, Venício A. de. *Mídia..., cit.*, p. 99.

<sup>177</sup> É preciso lembrar ainda que essas emissoras privadas tinham uma íntima relação com o governo. A partir de 1967, auge da repressão militar, e em meio a protestos e instabilidade, o governo brasileiro intensificou o uso da propaganda como estratégia de guerra psicológica para controlar a opinião pública. Isso levou à criação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) em 1968, com o objetivo de centralizar a comunicação oficial, antes feita de forma desorganizada por diferentes órgãos públicos. A AERP passou a coordenar campanhas políticas e propaganda institucional, contando com grandes contratos com agências publicitárias, especialização técnica nos EUA e ampla utilização dos meios de comunicação, especialmente a televisão, como instrumento de convencimento e legitimação do regime militar. Durante o governo Médici, essa estratégia foi intensificada. A TV se tornou o principal canal de propaganda, sendo usada para promover grandes projetos (como a Transamazônica, o PIS e o Proterra) em vez de apenas enaltecer o presidente. No entanto, o uso excessivo da propaganda gerou reações negativas, inclusive no próprio governo: “Os assessores do Presidente Médici verificaram que a linha promocional de administrações passadas não coincidia com a filosofia do novo governo. Além disso, irritava o público, pois alguns canais de televisão, exageradamente interessados em parecer simpáticos ao governo, repetiam alguns filmes promocionais até à saciedade” (REVISTA VEJA *apud* CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 30-31). Havia uma “barganha” indireta entre os serviços de radiodifusão e o governo já que os empresários trocavam isenção do imposto que gozam na importação de componentes eletrônicos (à semelhança do DIP, que isentava de imposto o papel usado pelas empresas jornalísticas favoráveis ao Governo de Getúlio Vargas) pela transmissão indiscriminada da propaganda política governamental. Já outras emissoras de rádio e TV, muitas vezes, aderiram ou foram coagidas a colaborar com o governo por medo de perder concessões públicas. Houve, assim, uma concentração e controle dos meios de comunicação, que acabaram por reforçar a impressão de legitimidade do regime militar e seu “status político”, desde Castelo Branco e se intensificando em Médici, somente desacelerando-se ao longo do governo Geisel.

<sup>178</sup> Quanto às Organizações Globo, que também começaram como um jornal em 1925 - O Globo - tiveram sua exploração na TV concedida por uma outorga revogada à Rádio Nacional, quando o mundo começava a experimentar o novo meio que unia imagem ao áudio. Assim nascia a TV Globo, iniciando sua transmissão oficial



mantivessem sob controle múltiplas concessões, contrariando o espírito da lei.<sup>179</sup> Da mesma forma, o parágrafo que proibia a subordinação entre emissoras foi interpretado de modo a ignorar a existência de redes nacionais, o que tornou o dispositivo letra morta.<sup>180</sup>

---

no dia 26 de Abril de 1965, e após algumas contestações, plenamente legalizada em 1967. Depois de alcançar a liderança dentre as emissoras brasileiras em meados de 1969, jamais a deixaria e por meio dela, o governo federal controlado pelos militares não fincava apenas um pé na TV, mas vários e nos anos seguintes chegaria até mesmo a temer pelo crescimento exagerado e ostensivo do grupo. PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit.

<sup>179</sup> Distribuído por quase a totalidade do território nacional, o sistema brasileiro de televisão é composto, atualmente, por 332 emissoras. Deste total, 263 estão vinculadas às redes Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV e CNT, representando 79,2% de todas as emissoras brasileiras de TV aberta. Os dados foram coletados e processados pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) a partir de consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) gerenciado pelo Ministério das Comunicações e dão a dimensão da atual concentração da mídia eletrônica brasileira. Cf. FNDC. Redes privadas controlam 80% das emissoras de TV. *Observatório de Imprensa*. Online: 25 jul. 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/redesnbpsprivadas-controlam-80-das-emissoras-de-tv/#:~:text=Distribuído%20por%20quase%20a%20totalidade%20do%20território,todas%20as%20emissoras%20brasileiras%20de%20TV%20aberta.>

<sup>180</sup> É bastante curioso notar como, à medida que o regime militar foi assumindo um caráter cada vez mais nacionalista para seu modelo desenvolvimentista (já bastante conhecido na política externa sob o governo Geisel, através do chamado “pragmatismo ecumênico e responsável”), passa, ao mesmo tempo, a perder o apoio da potência que demonstrou enorme tolerância com as ditaduras de extrema direita instituídas por militares por toda América Latina. Moniz Bandeira, retomando análise da embaixada do Brasil em Washington, então sob a chefia do embaixador Roberto Campos no período, nos lembra as relações amistosas desenvolvidas pelos Estados Unidos da América com esses governos: “Sob o ponto de vista dos setores militares de Washington, tais governos são muito mais úteis aos interesses da segurança continental que os regimes constitucionais”, “Política Externa Norteamericana — Análise de Alguns Aspectos” *apud*. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 47. Contudo, o que antes fora encorajado pelo governo de Washington, na medida que as Forças Armadas “passaram a enfrentar, como Vargas, Kubitschek e Goulart, os problemas do desenvolvimento nacional, em suas relações econômicas, financeiras e políticas com os Estados Unidos [...] concorreu, entre outros fatores, para que os Estados Unidos favorecessem, a partir da segunda metade dos anos 70, a restauração da democracia no Brasil, assim como em outros países da América do Sul [com exceção do Chile, que havia aderido “corretamente” à política de *free market*], onde os governos se encarregaram de executar as medidas neoliberais recomendadas pelo *Washington Consensus*” BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *As Relações...*, cit., p. 47-51; também sobre este momento e contexto, cf. TANAKA FILHO, Ricardo Faria. O renascimento às avessas do independentismo: o Pragmatismo Ecumênico Responsável e as contribuições de Golbery do Couto e Silva. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia, 2025. É dentro desse contexto, inclusive – o de um Estado autoritário que, ao mesmo tempo, começava a recuperar instrumentos nacionais de desenvolvimento — que se insere o projeto da Radiobrás. Pieranti nos lembra que embora vários órgãos do regime militar fossem responsáveis por perseguições e até mesmo assassinatos, como mostra de modo emblemático o caso de Vladimir Herzog, à época, diretor de jornalismo da TV Cultura, pertencente ao governo de São Paulo, não eram práticas do Ministério das Comunicações “tortura e violência”, e mesmo a prática de censura era atribuída a outros órgãos. Tratava-se de um órgão voltado principalmente à infraestrutura do setor. Pieranti destaca que, no mesmo momento em que jornalistas, como Vladimir Herzog, eram perseguidos, o Ministério desenvolvia um dos mais ambiciosos projetos de integração comunicacional da história brasileira: a criação da Radiobrás, cuja finalidade era constituir a primeira rede pública capaz de cobrir integralmente o território nacional — especialmente a Amazônia, região onde as ondas de rádio comerciais simplesmente não chegavam. O foco da Radiobrás não era propaganda externa, tampouco vigilância: tratava-se de um projeto de soberania comunicacional, pensado para integrar populações isoladas e ampliar a presença simbólica do Estado em regiões afastadas, PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste*, cit., p. 128-129. Por isso, não é de se espantar que esse projeto, concebido em um momento de afirmação nacional, seria gradualmente desmontado após o fim do regime militar, justamente nos governos que aderiram às reformas neoliberais da década de 1990.

A Constituição Federal de 1988 buscou corrigir esse desequilíbrio, estabelecendo no Capítulo 5 normas que poderiam contribuir para evitar a concentração<sup>181</sup>, além de prever a complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado. Contudo, desde que foi promulgada, a ausência de regulamentação por lei complementar indica que essas diretrizes não estão sendo observadas. Projetos de lei que buscavam a regionalização da produção cultural e jornalística, como o PL 256-B/91, jamais foram aprovados.<sup>182</sup> Assim, a estrutura concentrada se perpetuou e, com ela, a dependência informativa e outras questões e problemas do setor.

É bem verdade que houve tentativas de construção de um sistema público de comunicação no Brasil, essas, entretanto, foram pontuais e insuficientes. Experiências como a Radiobrás, a Acerp e, mais recentemente, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007, buscaram oferecer uma alternativa à hegemonia privada e à concentração da produção no eixo Rio-São Paulo. Suas finalidades iam muito além da tradicional radiodifusão educativa, incluíam

o oferecimento de mecanismos para o debate público, o desenvolvimento da consciência crítica, o fomento à construção da cidadania, o apoio a processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento e o estímulo à interatividade. A receita da empresa poderia originar-se de múltiplas fontes, como, por exemplo, orçamento público, patrocínio, prestação de serviços – mas não publicidade comercial.<sup>183</sup>

Ficavam previstas, ainda, cotas de programação, como mínimo de exibição de 10% de conteúdo regional e de 5% de conteúdo independente na programação semanal. Outro dos objetivos da EBC era o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas com vistas à formação de uma Rede Nacional de Comunicação Pública.

Contudo, como já havíamos tratado, essas emissoras foram construídas a partir da fusão daquelas antigas estruturas, com todos os benefícios e inconvenientes desta origem. Agrega-se o fato de que, na tentativa mais recente, a lei ter reservado à EBC o duplo papel de prestar serviços ao governo (função da comunicação estatal) e gerir emissoras de natureza pública, e teremos um quadro propício ao discurso de guerra dos adversários da comunicação pública, desqualificando o projeto acusando-o de servir aos propósitos continuístas do governo do momento e do partido no poder. Como se não bastasse, a EBC herdou apenas três canais

---

<sup>181</sup> Em seu Título VIII, Capítulo V (“Da comunicação social”), artigos 220 a 224, a Constituição Federal de 1988 dentre outras providências (1) veda o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação; (2) estabelece a promoção da cultura nacional e regional; (3) o estímulo à produção independente; (4) a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e ainda (5) determina ao Executivo observar a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

<sup>182</sup> Cf. LIMA, Venício A. de. *Mídia...*, cit.

<sup>183</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit., p. 138.

geradores de TV e não dispunha de uma rede de cobertura nacional. Sem capilaridade e sem estabilidade institucional, o projeto nunca conquistou legitimidade nem audiência expressiva.<sup>184</sup>

O impeachment de 2016 e a consequente reorganização da EBC durante o governo Temer para um modelo com menor autonomia e menos diálogo com a sociedade, demonstraram a fragilidade do modelo desenhado no início dos anos 2000.<sup>185</sup> A comunicação pública, sem respaldo político nem apoio social, foi facilmente desarticulada sem grande alarde político, social, ou midiático. Assim, o quadro geral da comunicação social no Brasil apresentado por Caparelli tendo por base o ano de 1978 não parece ter se alterado muito - quiçá tenha piorado. Já naquela época ele havia relatado que 86% das emissoras de rádio e televisão pertenciam à iniciativa privada; quase metade do conteúdo transmitido vinha de origem estrangeira, além de a televisão brasileira ser quase exclusivamente um serviço de entretenimento; para cada 10h de programas, 8h se classificavam nesta categoria.<sup>186</sup> Nesse contexto, não é de se estranhar que predomine uma visão utilitária da comunicação, entendida, quando não como um veículo de entretenimento voltada ao consumo, apenas como instrumento de poder, seja para governos autoritários, seja para grupos de pressão que tentam fazer das suas opiniões privadas a opinião pública estabelecida.

A análise de Vargas Llosa a respeito dos efeitos da banalização da cultura volta a ser muito pertinente quando olhamos para o quadro de comunicação brasileiro. O peruano observou que a mutação da cultura produziu variantes também nos campos da informação e da política. Isso porque,

o avanço da tecnologia audiovisual e dos meios de comunicação que servem para contrapor-se ao sistema de censura e controle nas sociedades autoritárias, deveria ter aperfeiçoado a democracia e estimulado uma participação mais ativa da população na vida pública. Mas teria efeito contrário, porque em muitos casos a função crítica do jornalismo foi distorcida pela frivolidade e pela avidez de diversão da cultura reinante.<sup>187</sup>

As consequências de transformar o entretenimento em valor supremo é que no campo da informação “a fronteira que tradicionalmente separava o jornalismo sério do sensacionalista

<sup>184</sup> PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit.

<sup>185</sup> “Logo no início do governo Temer, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 744 de 2016, depois convertida na lei nº 13.417 de 2017. Ela alterou pontos importantes da lei que embasava a atuação da EBC: foi extinto o mandato fixo do diretor-presidente e, na sequência, Laerte Rímoli assumiu o cargo; foi extinto o Conselho Curador da EBC, que foi substituído por um anódino Comitê Editorial e de Programação, criado nas discussões no Congresso Nacional, e cujas principais atribuições foram vetadas no momento de sanção da lei. Esse comitê não foi implementado, pelo menos até o fim de 2017. Assim, caíram por terra dois institutos muito ligados à independência da radiodifusão pública – o mandato-fixo dos principais dirigentes e a garantia de instâncias de participação social”. PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste...*, cit., p. 149-150.

<sup>186</sup> CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. cit.

<sup>187</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 121.

e marrom”<sup>188</sup> foi perdendo a nitidez antes mesmo do advento das mídias sociais. Assim, não é difícil observar uma clara inversão de prioridades. Se antes a imprensa conquistava o público pelas publicações comprometidas com a verdade, feitas com o maior rigor e objetividade possíveis, ou com a presença de comentaristas independentes que teciam análises instigantes e pertinentes, hoje são as matérias sensacionalistas e escandalosas que chamam a atenção do leitor. E, naturalmente isso se estende ao plano político. Transformar a informação em instrumento de diversão, abriu espaço para um jornalismo pautado no escândalo, na bisbilhotice, quando não, em muitos casos, na difamação e calúnia. Ou, nas palavras de Vargas Llosa, com essa frenética busca do escândalo e da bisbilhotice, “o que o grande público conhece melhor [sobre os políticos] é o que de pior eles podem mostrar”<sup>189</sup>. A questão é que ao expor o público, em suas pequenezas e misérias, à intimidade da vida do político, “o jornalismo contribuiu para despojar de respeitabilidade e seriedade uma atividade que, no passado, [era] espaço fecundo para as iniciativas audazes a favor da justiça social, do progresso e liberdade”. Isto é, transformou a política em um debate de imagem e de preocupação moral.

Não por acaso, parece ser preocupação central do político de nossos dias - caso queira manter certa popularidade - voltar suas atenções ao gesto e à forma, à performance enfim, muito mais do que aos valores, convicções e princípios. Também não é por acaso, tendo a política se transformado em um jogo de imagens e não de ideias, que os políticos em campanha, “ao passo que no passado desejavam ser fotografados de braços dados com eminentes cientistas e dramaturgos, hoje procuram a adesão e patrocínio de celebridades”.<sup>190</sup> Quando não são estes mesmos os próprios políticos, ocupando cargos de enorme peso nas democracias mundo afora. Evidentemente, não se trata necessariamente de excluir a possibilidade de atores de cinema, cantores de pop ou rock ou futebolistas terem estimáveis contribuições no campo das ideias – muito embora certos Estados tenham buscado coibir certas figuras públicas de participação política, –, mas não parece ser essa a razão do protagonismo político que essas figuras gozam no quadro eleitoral brasileiro nos dias de hoje. Ela se deve exclusivamente à sua presença midiática.

Esse tipo de problema afeta especialmente o Brasil em razão do sistema eleitoral, cujo modelo proporcional de lista aberta, consagrado em nosso código eleitoral de 1965 (e que permanece em vigência mesmo após a promulgação da Constituição de 1988), que manteve a lógica da legislação de 1932, quando se agravou o voto nominal - afinal, era o objetivo de

<sup>188</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo...*, cit., p. 47.

<sup>189</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo*, cit., p. 122.

<sup>190</sup> LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo*, cit., p. 38.

Getúlio Vargas a destruição dos partidos regionais. O deputado Nelson Jobim, concluídos os trabalhos da Constituinte de 1988, já observava que a lógica obrigava os partidos a aderirem a uma certa tipologia de candidatos, isto é, candidatos que possuíssem público. Assim, passou a predominar o “candidato profissional”, ou no nosso caso, o “candidato de aparelho”, isto é, aqueles que têm uma máquina para produzir o voto. Nesse caso, aparecem tanto os comunicadores sociais com seus programas de rádio e televisão ou até o aparato midiático inteiro, os candidatos ligados a grandes coletividades, como lideranças sindicais, ou, mais frequentemente, como temos visto, o candidato “líder religioso”, como os pastores evangélicos, que usam das igrejas como convertedoras de voto.

A grande questão é que esse tipo de candidato não precisa aderir a uma ideia, a um projeto de longo prazo, na verdade, como Jobim já notava, ele apenas precisa “surfar na onda do momento”. Contudo, o partido, por outro lado,

depende dos seus candidatos, mas estes não dependem do partido. Embora na soma geral eu dependa do partido, porque não vou ter condições de fazer 160 mil votos, a escolha do candidato que possa fazer 30 ou 40 mil votos se vincula não à bandeira do partido, mas à capacidade individual do sujeito de produzir votos. É por isso que há projeto estatístico, projeto regional, projeto de lei da categoria profissional, defender regulamentação da profissão de despachante. Na esquerda petista há os deputados exclusivamente obreiristas, que só tratam da questão sindical, ou só tratam da questão obreira e nada mais, a questão institucional não passa por ali. Tem gente muito sólida, muito boa nisso, mas são tipicamente obreiristas, são setorialistas.<sup>191</sup>

Isto inviabiliza qualquer tentativa de fidelidade partidária e, por outro lado, favorece a histórica promiscuidade entre o público e o privado no Brasil, favorecido por esse modelo político personalista. Por isso, não deveria nos surpreender que se hoje a mídia permanece nas mãos das classes endinheiradas está se empenhou em produzir uma sociedade vulnerável à manipulação simbólica - colocando na boca do povo uma série de expressões como *mensalão*, *CPI do mensalão*, *doleiro do PT* e tantas outras<sup>192</sup>. E, com a chegada das redes sociais este cenário só veio a se agravar. A tese de Reynaldo Aragon Gonçalves, *Rede Conecta de Inteligência Artificial e Educação Científica e Midiática*, mostra como, a partir de 2005, o país

<sup>191</sup> JOBIM, Neto. Colégio de Líderes e a Câmara dos Deputados. *Cadernos de pesquisa* nº 3, nov. 1994, p. 52.

<sup>192</sup> Venício A. de Lima analisou como essas expressões exaustivamente repetidas na cobertura política tanto da mídia impressa como eletrônica vão perdendo sua ambiguidade original pela associação continuada a apenas um conjunto de significados. Também nota como a imprensa atua por omissões, saliências e distorções para produzir crises políticas. A título de exemplo, Lima retoma as manchetes de quando o relatório final da CPMI de Compra de Votos - rotulada pela grande mídia de “CPI do Mensalão” - concluiu pela inexistência de pagamentos mensais a deputados. Assim, o enquadramento das manchetes apareceu da seguinte maneira: “‘Abi-Ackel não viu mensalão’ (Correios Brasilienses), ‘CPI deixa mensalão de lado e improvisa relatório’ (O Estado de S. Paulo) e ‘CPI ignora mensalão’ (Folha de S. Paulo)” (LIMA. *Mídia, cit.*, p. 20).

se tornou alvo de estratégias de guerra híbrida, já mencionadas, caracterizadas pela utilização coordenada de mídias digitais, operações psicológicas e manipulação de narrativas.<sup>193</sup>

Segundo Gonçalves, após a rejeição do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o país se tornou alvo dessas táticas voltadas a desestabilizar o país politicamente por meio da comunicação. O autor analisa episódios como a crise dos Correios, o escândalo do Mensalão e as manifestações de 2013 (movimento que trazia motivações legítimas, mas que sem lideranças, poucos anos depois, apareceu repaginado, atendendo a outros interesses) como momentos de inflexão nos quais a mídia corporativa e plataformas digitais atuaram para polarizar o debate público e minar a confiança nas instituições.<sup>194</sup>

Trata-se de instrumentos típicos da chamada “diatética cultural”, uma forma de dominação que prescinde da coerção física: a modulação de comportamentos e crenças ocorre pela disseminação estratégica de valores e informações. Essa lógica repete, no ambiente digital, o mesmo princípio que rege a radiodifusão brasileira — o controle privado do imaginário coletivo —, mas agora com maior sofisticação, velocidade e alcance populacional, e sem se atentar sequer à vedação constitucional ao predomínio do capital estrangeiro na difusão cultural de massas, vez que não são compreendidas as mídias sociais digitais nessa classificação.<sup>195</sup> O resultado é uma sociedade fragmentada, na qual a verdade se dilui em disputas narrativas e a cultura se converte em instrumento de guerra.

Por isso nos é tão caro recuperar a Diatética Cultural de Cardoso, visto que esta atua na mente do sujeito, modificando seu próprio pensamento, moldando-o de acordo com o pensamento do invasor cultural estrangeiro:

Poder-se-ia dizer que esta é, também, uma forma de escravidão, pois, se tomamos como verdade o fato de o escravo estóico não ser totalmente escravo, uma vez que possuía a liberdade do pensamento, sendo livre apenas para pensar, hoje ao ser bombardeado pela soberania virtual do Estado agressor o homem nativo não mais pensa livremente, mas passa a pensar de acordo e conforme o pensamento do invasor que lhe suprime até mesmo a liberdade de pensar livre.<sup>196</sup>

<sup>193</sup> GONÇALVES, Reynaldo Aragon. Rede Conecta de Inteligência Artificial e Educação Científica e Midiática. (2025). *Tese* (Curso de Pós-graduação em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, 2025.

<sup>194</sup> GONÇALVES, Reynaldo Aragon. Rede Conecta de Inteligência Artificial e Educação Científica e Midiática, *cit.*

<sup>195</sup> O artigo 222 da Constituição da República Federativa do Brasil é cristalino em seu conteúdo: “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.”, e segue em seu §1º, que foi tornado mais permissivo pela Emenda Constitucional 32/2002: “Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.”

<sup>196</sup> CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural*, *cit.*, p. 146.

Torna-se, desta forma, um escravo em sua totalidade, uma vez que seu pensamento original e próprio lhe foi arrebatado e substituído pelo pensamento do manipulador.<sup>197</sup> Uma vez dominado e subjugado culturalmente pelas mídias de massa, o povo do Estado agredido passa a pensar em bloco, de acordo e conforme os interesses variados do Estado agressor. Nessa linha de raciocínio, assim preleciona o mestre Salgado:

A par da violência vermelha e da violência branca, estas caracterizada pela fome, ignorância etc., há um outro tipo pouco conhecido: a violência da palavra. Ela é a forma de impedir o pensar livre, sem o qual não há o agir livre. O modo pelo qual ela se exerce é o sistema de comunicação, embora se faça presente também nas comunicações pessoais assistemáticas ou decorrentes de sistema socio-jurídico. Essa forma de violência que conduz o modo de pensar ou a consciência dos indivíduos, tira ao homem o exercício livre do pensar, pois que este é posto como fórmula acabada, com pretensão de validade inquestionável, por força da autoridade presumida do sistema. Temos exemplos no rádio e na televisão, tanto no processo de conhecimento do espectador para comprar determinados produtos, como para ‘escolher’ um presidente da República. De tal forma essa violência se exerce que mesmo os que dispõem de informações, capacidade crítica e formação para encontrar debaixo da intenção manifesta das informações significados diversos que lhe podem proporcionar o exercício da liberdade, que em primeiro lugar ocorre no seu plano mais elementar: dizer “não”, estão a ela sujeitos. Com efeito, o poder de dizer não, poder conservado como direito nas sociedades democráticas modernas, convive com o que lhe oferece alimento, mas que também é o seu próprio algoz, o sistema de informações, que não oferece apenas elementos de inteligência, com os quais o informem para que possa decidir, mas atua eficazmente na própria decisão controlando a vontade e a decisão, de tal modo que dificilmente se pode romper com o sim proposto pelo sistema. Eis porque a liberdade aparece sempre em primeiro lugar como negação. O escravo que nega ou diz não ao senhor, o empregado que diz não ao patrão e assim sucessivamente: poder dizer “não”.<sup>198</sup>

Como se pode verificar, esses novos e criativos desafios postos pela nova ordem internacional colocam em xeque o conceito clássico de defesa nacional, que como denúncia Cardoso, está quase sempre reduzido a seu aspecto puramente militar, daí nem sempre conseguir responder com presteza e eficácia a agressões que se situam no plano psicológico e cultural. Nesse mesmo sentido, o rádio, que outrora fora instrumento de formação política e cultural, diante do atropelo televisivo, transformado em “vitrolão”; e a televisão, principal veículo de comunicação do país, utilizado como “máquina de distração”, quando não feita de ferramenta política, perdem de vista sua dimensão estratégica para o Estado brasileiro.

Mas tão mal lidamos com esses problemas e novos se apresentam diante da era do *WWW*. O Brasil, portanto, já não entra em tal contexto com uma soberania *altiva e ativa*, verdadeiramente capaz de defender a população dos ataques internos e externos. Sem um

<sup>197</sup> Reportamos novamente às reflexões sobre Liberdade Cognitiva em MAESTRI, Leticia de Almeida. O Direito Fundamental à Liberdade Cognitiva: autonomia mental, cultura e poder na era da manipulação algorítmica. *Dissertação* (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Uberlândia. 2025

<sup>198</sup> SALGADO, Joaquim Carlos. Semiótica Estrutural e Transcendentalidade do Discurso sobre a Justiça. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 37, 2000, p. 79-101.

repertório simbólico compartilhado e sem instituições mediadoras fortes, as massas se tornam presas fáceis à manipulação, e por sua vez a democracia, refém das paixões fabricadas pela mídia e pelos algoritmos, continua eternamente à espera de seu momento triunfal. Ortega y Gasset já advertia que, quando o homem-médio acredita poder prescindir dos “melhores”, o resultado é o triunfo da irracionalidade. No Brasil contemporâneo, essa irracionalidade se manifesta principalmente na ascensão de discursos moralistas e moralizantes, sustentados pela desinformação e pelo ressentimento frequentemente fabricados pelas mídias de comunicação social nacionais e em colaboração, ou secundadas, pelas mídias sociais sediadas em países como Estados Unidos da América e, mais recentemente, China.



### 3. A resposta dos estados rebeldes: o caso chinês

Se, ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar como a erosão das instâncias de poder objetivo abriu espaço para uma estratégia de guerra cultural promovida por *think tanks* e *big techs* associadas ao império do pensamento único, é no caso chinês que encontramos o exemplo mais claro de um Estado que recusou essa dissolução. A China aparece, nesse sentido, como um *Estado rebelde*, nos termos empregados pelo Império estadunidense e ressignificado por Hugo Rezende Henriques: um Estado que preservou sua interioridade normativa e resistiu à sua conversão em mera extensão administrativa do império contemporâneo.

Essa recusa não se explica por um suposto autoritarismo intrínseco, como frequentemente argumentam observadores ocidentais. A estratégia chinesa consiste precisamente em reafirmar aquilo que o império do pensamento único - não por mera coincidência - investe e se apressa em decretar o fim: a soberania estatal. Hegel atribui em sua *Enciclopédia das ciências filosóficas* ao Estado como espaço da eticidade mais plena, a capacidade (e, acrescentemos, o dever)<sup>199</sup> de proteger seu próprio espírito objetivo — a cultura, os valores, as instituições que conferem continuidade histórica à comunidade.<sup>200</sup> A China, diferentemente da maior parte dos Estados submetidos ao fluxo neoliberal, não renunciou ao poder negativo, isto é, ao direito de impor limites, filtrar influências externas e regular os meios pelos quais o espírito coletivo se forma.

O exemplo mais conhecido dessa estratégia é o programa de monitoramento estatal, batizado de *Great Firewall* (“Grande Muralha de Fogo”, trocadilho alusivo à Grande Muralha da China, mas voltada a proteção contra ação de hackers), que impede o acesso de alguns dos sites de maior popularidade no resto do mundo, como o *Google*, *X* (antigo *Twitter*) ou *Facebook*. Sites geridos por meios de comunicação ocidentais, como a BBC, a Voz da América, a Rádio *Free Asia* e a *Wikipédia*, têm sido regularmente bloqueados na China, enquanto outras fontes de notícias, como o *New York Times*, o *Washington Post*, o *South China Morning Post* e a rede CNN foram intermitentemente bloqueadas.<sup>201</sup>

É impossível entender esse projeto sem recordar a frase de Deng Xiaoping: “*Se você abrir a janela para o ar fresco, deve esperar que alguns insetos entrem.*” O provérbio está

<sup>199</sup> Hegel já antevia essa dimensão de dever de um Estado para com sua cultura em seu texto de juventude intitulado “A Constituição Alemã” (Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *La Constitución de Alemania*. Trad. Dalmacio Negro Pavón. Madri: Tecnos Editorial, 2010).

<sup>200</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830), cit.

<sup>201</sup> DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam. *Revista Opera*, 21, out. 2018. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/18mvtvmWd-YGphfBdNFaCbmaIaIJvYhO8Z1p7dOE\\_ao4/edit?tab=t.0](https://docs.google.com/document/d/18mvtvmWd-YGphfBdNFaCbmaIaIJvYhO8Z1p7dOE_ao4/edit?tab=t.0).

relacionado a um período da reforma econômica da China que se tornou conhecida no Ocidente como a “economia de mercado socialista”. Assim, Xiaoping também promulgou a política da Porta Aberta a fim de trazer o conhecimento ocidental e abrir o país ao investimento externo, o que incluía trazer novas tecnologias para melhorar a vantagem competitiva da China.<sup>202</sup>

Depois da implantação da política da Porta Aberta, a China passa a buscar um equilíbrio entre a “abertura” ao mundo ocidental e a manutenção da distância entre seu povo e as ideologias ocidentais. Nesse sentido, para manter longe as “moscas” apontadas por Xiaoping, o Ministério da Segurança Pública iniciou a operação do Projeto Escudo Dourado a partir do ano 2000. A inesperada velocidade da expansão da Internet na China, contudo exigiu vários ajustes na versão inicial do Projeto. A liberalização do setor de telecomunicações provocou mudanças tecnológicas rápidas e, como resultado da reavaliação e avaliação, o projeto agora se concentra em *firewalls* de filtragem de conteúdo<sup>203</sup> - o que explica o apelido.

Hoje, o governo chinês emprega, ao menos, 50 mil profissionais no controle das ferramentas de busca virtual para filtrar conteúdos considerados prejudiciais, além de um exército de influenciadores digitais próprios. As autoridades responsabilizam as empresas pelo conteúdo que exibem, mesmo que gerado pelos usuários, uma prática que estimula a autocensura em um país onde o Estado licencia todas as mídias. Com um mercado local quase cativo, a Tencent Holdings e o Grupo Alibaba – as duas gigantes chinesas da tecnologia – floresceram, tornando-se importantes contribuintes na China.<sup>204</sup>

Como grande parte dos países que impõem formas de controle cibernético, a China argumenta que as restrições são principalmente para manter a ordem social, tal qual estipula também a mais recente Lei de Segurança Cibernética chinesa, aprovada em novembro de 2016 pelo Congresso Nacional do Povo e em vigor desde 2017.<sup>205</sup> Segundo a Administração de Ciberespaço da China, a nova legislação busca “salvaguardar a soberania do ciberespaço chinês, a segurança nacional, o interesse público, bem como os direitos e interesses dos cidadãos, pessoas jurídicas e outras organizações” (tradução nossa)<sup>206</sup>.

<sup>202</sup> THE GREAT FIREWALL OF CHINA: Background. *Toxford*, 01, jun. 2011. Disponível em: <https://cs.stanford.edu/people/eroberts/cs201/projects/2010-11/FreedomOfInformationChina/author/pingp/index.html>.

<sup>203</sup> DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam, *cit.*

<sup>204</sup> DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam, *cit.*

<sup>205</sup> CHINA FOCUS: Cyber security law boosts free flow of information, not a trade barrier. *Xinhua*, 01, jun. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-06/01/c\\_136329317.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2017-06/01/c_136329317.htm).

<sup>206</sup> “The law is designed to safeguard China's cyberspace sovereignty, national security, public interest, as well as the rights and interests of citizens, legal persons and other organizations, said the Cyberspace Administration of China (CAC) in a statement”. (CREEMERS, Roger *et al.* Translation: Cybersecurity Law of the People's Republic of China. *New America*, 29, jun. 2018. Disponível em: <https://www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/translation-cybersecurity-law-peoples-republic-china>.)

O monopólio sobre o tráfego de informações, contudo, não passou à censura qualquer crítica política. Após os protestos da Praça da Paz Celestial de 1989, a orientação geral do controle informativo por parte do Estado mudou da repressão ampla a dissidentes políticos e começou a se centrar diretamente em conteúdos que ameaçam encorajar a ação coletiva de seus cidadãos. Segundo os intérpretes e analistas ocidentais, o governo passou a distinguir as críticas ao regime que considerava inofensivas daquelas que poderiam servir de estopim para a organização e mobilização em massa da população.<sup>207</sup>

É o que aponta o estudo *How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression*, do cientista político da Universidade de Harvard, Gary King.<sup>208</sup> A conclusão teórica central de King é de que o objetivo do Projeto Escudo Dourado não é reprimir as críticas ao Estado ou ao Partido Comunista, mas reduzir a probabilidade de ação coletiva da oposição, debilitando os laços sociais sempre que algum movimento político estiver em ascensão.

King classificou esse tipo de censura – o que aqui poderíamos chamar de soberania – vigente na China como a teoria do potencial de ação coletiva: o alvo são pessoas que se unem para se expressarem coletivamente, estimuladas por alguém que não o governo, e parecem ter potencial para gerar uma ação coletiva. Nessa visão, provavelmente sofrerão censura as expressões coletivas – muitas pessoas se comunicando nas mídias sociais sobre o mesmo assunto – que possam levar a protestos e manifestações.

Em uma análise histórica mais ampla, vários estudos argumentam que regimes políticos como o chinês podem esperar e acolher protestos substancialmente limitados como uma forma de aprimorar sua própria estabilidade, identificando e depois lidando com comunidades descontentes. Pequenos protestos isolados têm uma longa tradição na China e são uma parte esperada do governo. Entretanto, no que tange estritamente à Internet, a perspectiva declarada do governo chinês é que a limitação de comunicações horizontais consiste em uma ação legítima e efetiva, destinada a proteger sua população. Em outras palavras, uma estratégia para evitar o caos e a desordem.<sup>209</sup>

Desse modo, o chamado Grande Firewall afeta sobretudo empresas estrangeiras de tecnologia e usuários chineses que vivem no exterior, mas interfere muito menos na capacidade cotidiana de comunicação dentro do país. Embora plataformas estrangeiras sejam bloqueadas o ecossistema digital chinês oferece alternativas funcionais que cumprem papéis equivalentes. O

<sup>207</sup> BUSSCHE, Eric Vanden. A censura chinesa não teme críticas ao regime. *Folha de São Paulo*, 15, jun. 2012. Disponível em: <https://vistachinesa.blogfolha.uol.com.br/2012/06/15/a-censura-chinesa-nao-teme-criticas-ao-regime>.

<sup>208</sup> KING, Gary *et al.* How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression. *American Political Science Review*, p. 1-18, mai. 2013. Acesso: doi:10.1017/S0003055413000014.

<sup>209</sup> DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam, *cit.*

*RenRen*, por exemplo, ocupa um espaço semelhante ao da rede social americana *Facebook*, enquanto o *Sina Weibo* desempenha funções próximas às do *Twitter* para milhões de usuários na China. Nos últimos anos, o governo chinês ampliou significativamente o bloqueio a plataformas estrangeiras, restringindo o acesso não apenas ao *Google* e ao *Facebook*, mas também ao *Twitter*, ao *Instagram* e a milhares de outros sites. Diante desse cenário, as gerações mais jovens — já habituadas ao amplo ecossistema de aplicativos e serviços digitais desenvolvidos internamente — demonstram pouca curiosidade em relação ao conteúdo que permanece censurado.<sup>210</sup>

É interessante observar que esse resultado representa o oposto daquilo que muitos no Ocidente previam que seria o efeito da Internet. Deslante relembra o discurso do presidente dos EUA, Bill Clinton, na Universidade Johns Hopkins, em 2000, argumentando que o crescimento da Internet tornaria a China uma sociedade mais aberta: “O gênio da liberdade não voltará para a garrafa. Como o juiz Earl Warren disse certa vez, a liberdade é a força mais contagiante do mundo. No novo século, a liberdade se espalhará por telefone celular e modem a cabo”.<sup>211</sup>

Ainda que os aplicativos e sites ocidentais cheguem à China, eles podem se deparar com a apatia dos jovens. Em 2018, os economistas Yuyu Chen e David Y. Yang, vinculados respectivamente à Universidade de Pequim e à Universidade de Stanford, conduziram um experimento de longo prazo envolvendo aproximadamente 1.800 estudantes chineses. Ao longo de 18 meses, esses participantes receberam meios técnicos para driblar as barreiras impostas pela censura e foram incentivados, durante um período de quatro meses, a acessar veículos de imprensa estrangeiros normalmente bloqueados na China. Os resultados revelaram que a possibilidade de navegação livre teve efeito limitado na busca por conteúdos politicamente sensíveis. De fato, uma parcela significativa dos estudantes — quase metade — sequer utilizou as ferramentas disponibilizadas para contornar os filtros de acesso. Elas não percebem a censura como perda, mas como configuração natural da vida digital. Na verdade, o artigo ainda ressalta que a internet chinesa é marcada por vibração cultural, intensa criatividade e grande volume de debates públicos — ainda que dentro de limites definidos pelo Estado.<sup>212</sup>

<sup>210</sup> YUAN, Li. A Generation Grows Up in China Without Google, Facebook or Twitter. *The New York Times*, 06, ago. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/06/technology/china-generation-blocked-internet.html#>.

<sup>211</sup> CLINTON, Bill *apud*. DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam, *cit*.

<sup>212</sup> CHEN, Yuyu; YANG, David. 2018. The Impact of Media Censorship: Evidence from a Field Experiment in China. *Retrieved* 24 (2018): 2021. Disponível em: [https://stanford.edu/~dyang1/pdfs/1984bravenewworld\\_draft.pdf](https://stanford.edu/~dyang1/pdfs/1984bravenewworld_draft.pdf).

Outro campo fundamental dessa soberania é o cinema. Desde os anos 1990, a China impôs cotas severas para filmes estrangeiros — especialmente hollywoodianos — e desenvolveu uma política rigorosa de aprovação de obras. O trabalho de Sabrina McCutchen, argumenta que tais cotas seriam muito mais motivadas por interesses econômicos, visando maximizar o lucro estatal na distribuição, do que, segundo ela, por “motivos protecionistas”.<sup>213</sup> Poder-se-ia apontar diversas razões para as incongruências desse argumento, contudo, basta apenas um. Nas últimas duas décadas, o número de filmes na China disparou. Em 2000, a China lançou apenas 91 filmes. Esse número saltou quase dez vezes para 902 em 2018, ficando atrás somente do Japão, com 1.192. Contudo, não se vê a exportação massiva de seus filmes mundo afora. A razão? Menos de 1% de sua receita total veio do exterior.<sup>214</sup> Esse tipo de argumento vem de uma certa tradição ocidental de achar que essa pretensão de universalizar a cultura é uma vontade de todos os povos.<sup>215</sup>

Um episódio demonstra com clareza o foco cultural — e não comercial — dessas medidas: o caso do Tibete. Nos anos 1990, Hollywood lançou filmes como *Kundun* e *Sete Anos no Tibete*, acompanhados por manchetes como “Pode Hollywood salvar o Tibete”. A mensagem era explícita: usar o cinema como instrumento de erosão da legitimidade chinesa, ou seja, uma forma de guerra híbrida por meio da cultura. A resposta da China não foi assimétrica, como a americana: não produziu filmes para convencer o Ocidente. O que fez foi exigir que *Hollywood*, caso desejasse acesso ao mercado chinês, moderasse sua narrativa sobre a China.<sup>216</sup>

E isso funcionou. Os grandes estúdios, orientados pelo lucro e dependentes do gigantesco mercado chinês, passaram a: evitar temas sensíveis; consultar órgãos chineses

<sup>213</sup> MCCUTCHAN, Sabrina. Government Allocation of Import Quota Slots to US Films in China’s Cinematic Movie Market. *Duke University*. Durham, North Carolina. 2013 年, 2013.

<sup>214</sup> DO CHINESE FILMS HOLD GLOBAL APPEAL? *Chinapower*, 01, mar. 2019. Disponível: [https://chinapower.csis.org/chinese-films/?utm\\_source=chatgpt.com](https://chinapower.csis.org/chinese-films/?utm_source=chatgpt.com).

<sup>215</sup> “Vale dizer que o conceito de civilização traz em si a nota peculiar da humanidade que o desenvolveu: o universalismo típico e pretensioso da razão ocidental. É o Ocidente - e apenas ele - que, desde suas origens gregas, dispôs-se verdadeiramente a conhecer o outro (o diferente), assumindo as conquistas das mais distintas culturas e refundindo-as em sua tradição. Aí reside sua vocação universal, que ao integrar em si o outro - mesmo que a custa da violência do seu imperialismo -, apresenta suas realizações como se fossem de toda a humanidade. As milenares civilizações chinesa e hindu nunca se ocuparam em sair dos limites de seu próprio imaginário mitológico e social; nunca se lançaram à descoberta do alheio ou se ocuparam em se exportar ou se fazer entender; e por não terem saído de si mesmo, não poderiam ter pretendido ser a unidade (*unus*) para a qual se voltam (*versus*) as mais diferentes realizações da humanidade”. HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e civilização. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC*, Belo Horizonte, Ano 1, v. 1, p.275, jan./mar. 2007.

<sup>216</sup> KEATLNG, Joshua. China raises movie quota; Hollywood on best behavior. *Foreign Policy*, 22, fev. 2012. Disponível em: [https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm\\_source=chatgpt.com](https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm_source=chatgpt.com).

durante o desenvolvimento dos roteiros; alterar cenas, personagens<sup>217</sup> e desfechos; e adaptar blocos narrativos para não ferir interesses chineses. A China, assim, logrou conquistar a inversão da violência positiva do império: subverteu a própria lógica da indústria cultural estadunidense, utilizando seu mercado interno como instrumento de autopreservação simbólica.

O controle cultural chinês com vistas à soberania real de seu Estado não se limita ao capital estrangeiro. Recentemente, já em 2025, a China aprovou uma das regulamentações mais radicais da história da internet: influenciadores sem formação adequada não podem se pronunciar sobre temas como economia, direito, medicina ou educação.<sup>218</sup> Esse tipo de normativa revela um ponto central na política cultural chinesa: a distinção rígida entre opinião desqualificada e produção de discurso público.

Não parece coincidência o médico e neurocientista Miguel Nicolelis, em entrevista ao programa Roda Viva ter dito encontrar na China algo brutalmente diferente do ocidente: “um país que trata cientistas como os melhores jogadores de futebol são tratados no Brasil”.<sup>219</sup> Contra o caos informacional global — que Byung-Chul Han define como dissolução da verdade pela hipercomunicação —, a China opta por preservar a autoridade, inclusive epistêmica, das suas instituições. Em outros termos: opera uma hierarquia do saber, condição que parece indispensável à manutenção de um espírito objetivo coeso diante das tecnologias desenvolvidas em nosso tempo. Enquanto o Ocidente celebra uma suposta “democratização da fala” — que invariavelmente se transforma em manipulação algorítmica, polarização e desinformação —, a China reintroduz o limite negativo como forma de tentar preservar alguma racionalidade pública.

Fica claro, nesse sentido, que o objetivo chinês não parece ser “vencer” o Ocidente, mas preservar-se diante dele, ainda quando em diálogo com ele, como a realidade do nosso contexto histórico parece tornar inevitável. Evidentemente, nenhuma dessas práticas pode ser transposta mecanicamente para o contexto brasileiro, ou de outros Estados de Direito, que compreendem a democracia em sentidos completamente distintos da compreensão chinesa. A China opera dentro de uma concepção política e civilizacional bastante distinta, na qual o Estado ocupa o

<sup>217</sup> A matéria dá o exemplo do filme *Amanhecer Violento* (*Red Dawn*) que foi completamente re-dublado para alterar os *bad guys* de chineses para norte-coreanos. (KEATLNG, Joshua. China raises movie quota; Hollywood on best behavior. *Foreign Policy*, 22, fev. 2012. Disponível em: [https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm\\_source=chatgpt.com](https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm_source=chatgpt.com)).

<sup>218</sup> MONACO, Alessandra. A China quer influenciadores com diploma. E se o resto do mundo fizer o mesmo? *Exame*, 09, nov. 2025. Disponível em [https://exame.com/marketing/a-china-quer-influenciadores-com-diploma-e-se-o-resto-do-mundo-fizer-o-mesmo/?utm\\_source=copiaecola&utm\\_medium=compartilhamento](https://exame.com/marketing/a-china-quer-influenciadores-com-diploma-e-se-o-resto-do-mundo-fizer-o-mesmo/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento).

<sup>219</sup> NICOLELIS, Miguel. Roda Vida - Miguel Nicolelis. [S. l]: TV Cultura, 28 jul. 2025. 1 vídeo (1h36min). Publicado por: Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LkQ9oXiRzMc>.

lugar que no Ocidente é fragmentado entre instituições ao menos formalmente independentes, e na qual a relação entre o público e o privado está muito mais bem resolvida em direção ao primeiro do que em nossa cultura, onde essa tensão não parece apontar imediatamente para nenhuma direção necessária ou auto evidente. Mas o objetivo desta seção não é propor a adoção do modelo chinês, e sim demonstrar que há alternativas possíveis ao desarmamento simbólico produzido pelo neoliberalismo.

O caso chinês revela, acima de tudo, que: não existe soberania sem algum nível ou alguma instância de defesa da singularidade cultural de um povo; não existe cidadania crítica sem instituições fortes; não existe Estado sem negatividade; e não existe liberdade sem limites.

## Considerações finais

*Alternis inmixti crinibus angues*<sup>220</sup>

*As pessoas não saberiam disso,  
 porque ninguém pergunta,  
 mas eu já tive medo de cobras.  
 Eu amava meu lindo cabelo ruivo,  
 eu gostava do olhar masculino.  
 Nunca vou esquecer o dia  
 em que tudo me foi tirado.  
 Meu vestido branco manchado de vermelho,  
 meu cabelo não mais um conforto,  
 mas meu maior medo.*

*O que você faz quando a única coisa que você teme se torna parte de você?  
 O que você faz quando antes era perseguida e agora é de quem fogem?  
 O que você faz quando percebe que não é mais uma mulher, mas um monstro?*

*Você aprende a conviver com isso.*

*Naquele primeiro mês,  
 eu não dormi.  
 Eu não conseguia descansar com medo de  
 que elas pudessem rastejar pelo  
 meu pescoço e me sufocar enquanto eu dormia.  
 Naquele primeiro mês,  
 eu não conseguia me olhar no espelho.  
 Eu não conseguia ver meus olhos fundos,  
 sentia falta dos meus cachos.  
 Naquele primeiro mês,  
 eu pensei que ia ficar surda com o chiado,  
 um som tão perto do meu ouvido,  
 o medo também se tornou parte de quem eu era.  
 Sou.  
 (Elisabeth Hadley)*

<sup>220</sup> O título, “*alternis inmixti crinibus angues*” (“Serpentes Misturadas com Cabelos Enrolados”), vem do verso 792 do Livro 4 das Metamorfoses de Ovídio, e o poema foi uma composição de Elisabeth Hadley, curadora de uma exposição no museu Dartmouth Libraries intitulada “More than a monster: Medusa misunderstood”, no original: “People wouldn’t know this,/because nobody asks,/but I was once afraid of snakes./I loved my beautiful auburn hair,/I enjoyed the male gaze./I will never forget the day/when everything was taken from me./My white dress stained red,/my hair no longer a comfort,/but my greatest fear./What do you do when the one thing you’re afraid of is forced to become a part of you?/What do you do when you used to be chased after and now you’re fled from?/What do you do when you realize you’re no longer a woman, but a monster?/You learn to live with it./That first month,/I didn’t sleep./I couldn’t rest in fear they might slither around my neck and choke me in my sleep./That first month,/I couldn’t look in the mirror./I couldn’t see my sunken eyes,/I missed my locks./That first month,/I thought I was going to go deaf from the hissing/a sound so close to my ear,/fear also became a part of who I was./Am.”.



Quando falamos em Medusa, comumente o que nos vêm à mente é o mito da criatura monstruosa, a qual Perseu, filho do deus Zeus e da mortal Dânae, vai em busca da cabeça. O motivo? Libertar sua mãe do rei da ilha Serifos, Polidectes, onde o semideus também vivia. Polidectes havia se apaixonado por Dânae e tornou-a sua escrava. Sabendo que Perseu faria de tudo para libertá-la, o rei de Serifos o envia em uma missão quase impossível: derrotar a poderosa górgona, Medusa, e lhe entregar a cabeça como presente em troca da liberdade de sua mãe. O semideus, então, parte em sua jornada, mas não desacompanhado. Com ajuda de vários deuses e entidades, ele vai à caça do monstro. Essa versão, contudo, amplamente difundida pelas histórias modernas<sup>221</sup>, conta apenas uma parte da história.

Desde as primeiras impressões em selos e pinturas em vasos da história antiga, passando pelos textos de Homero, Hesíodo, Ovídio e Píndaro, Medusa era, entre suas três irmãs, a única mortal. E, reconhecidamente, era muito bonita. Mas isso pouco importa. O notável é que ela nunca havia feito mal a ninguém nas histórias antigas. Mesmo depois de ter sido transformada. Mesmo depois de Atenas ter trocado seus cabelos sedosos por cobras. Mas quando então Perseu finalmente a decapitou, algo extraordinário aconteceu. A primeira coisa é que ela dá luz a duas criaturas pelo seu pescoço, aos dois filhos gerados por Poseidon, que são o Pegasus, o cavalo alado, e Crisaor, o gigante de ouro. Entretanto, isso não é tudo. As gotas de sangue que escorreram de seu pescoço nas areias da Líbia, foi dito por Ovídio, em *Metamorfoses*<sup>222</sup>, produziram todas as cobras que há na Líbia. A terceira coisa a notar é que seu sangue teria propriedades marcantes em todas as esferas da vida. Por isso, Atenas havia recolhido duas gotas de sangue de Medusa. Uma de seu lado esquerdo da mão e outra de seu lado direito. A gota do lado esquerdo é letal, um veneno mortífero. A outra, cujo nome é a palavra grega Σωτήρας (Sotíras), significa salvador. Ela poderia reviver qualquer um dos mortos.

“E o que aconteceu com a cabeça decapitada de Medusa?”, o leitor poderia se perguntar. Bem, Perseu a usou como uma arma de destruição em massa. Primeiro ele matou Cetus, o monstro marinho. Petrificou toda uma ilha cheia de pessoas que o irritavam. E, depois, em seu casamento, transformou todos seus inimigos em pedra. Não tendo matado ninguém enquanto esteve viva, Medusa foi usada para matar milhares depois de morta.

---

<sup>221</sup> A representação da górgona está presente na famosa Medusa de Caravaggio, no rosto da Versace, no livro *Percy Jackson e os Olimpianos* ou por alguma outra adaptação do mito antigo. Medusa é onipresente, aparecendo na literatura grega e romana (da *Teogonia* de Hesíodo às *Metamorfoses* de Ovídio) e na arquitetura, trabalhos em metal, vasos, esculturas e pinturas ao longo da história. No entanto, as representações mais conhecidas dela convergem, previsivelmente, para um breve momento de sua história: sua decapitação e o uso de sua cabeça decapitada por um homem para petrificar outros.

<sup>222</sup> Ovídio. *Metamorfoses*. Traduzido por Allen Mandelbaum, Harcourt, 1993.

Recuperar a história de Medusa aqui, claro, não é por mera curiosidade. O mito de Górgona grega - retomado aqui em sua forma mais antiga, anterior às simplificações heroicas modernas - aparece como um espelho privilegiado do destino ambivalente que a cultura assumiu no mundo contemporâneo. Assim como a górgona, nas narrativas antigas, jamais foi um monstro essencialmente maléfico, mas uma criatura injustiçada e dotada de um poder simultaneamente letal e salvador, também aquilo que chamamos de “cultura de massa” não é, por natureza, alienante ou degradante. Ela se torna assim quando separada daquilo que, para Byung-Chul Han, constitui o núcleo da história do ocidente: a paixão<sup>223</sup>, entendida não como afeto descontrolado, mas como aquilo que atravessa e forma o sujeito, que produz profundidade, que o põe em relação consigo e com o mundo.

O filósofo teuto-coreano veio nos demonstrando ao longo dos últimos anos que, durante a contemporaneidade, a cultura progressivamente deixou de ser resposta à paixão - como forma simbólica capaz de metabolizar o excesso da vida - para converter-se em um dispositivo de neutralização da dor e de produção de distração. Han reconstruiu esse caminho, assim como de alguma maneira tentamos fazer aqui por um percurso diverso, indicando que a supressão de fronteiras provocada pela expansão da globalização rumo ao capital marcou a quebra do paradigma pautado na negatividade, da imposição de limites ao ser.<sup>224</sup> O novo modelo privilegia o excesso de positividade, “tudo é possível, basta querer” ou “*just do it*”. Esse excesso, nota Han, não gera uma sociedade mais livre, mas aprisionada ao cansaço. O remédio? O *doping*. Por isso mesmo o entretenimento não é mais um fenômeno do tempo livre. O filósofo, através de uma genealogia rigorosa: do sofrimento cristão ao animal hedonista, do luxo aristocrático à saúde performática, do ser-para-a-morte heideggeriano à distração incessante, demonstra que tudo converge para o diagnóstico de que nossa época habita uma espécie de totalidade totalitária do entretenimento, em que o próprio real passa a se submeter ao código binário imperativo: entretém/não entretém.<sup>225</sup>

No entanto, Han insiste num ponto decisivo: o entretenimento, em sua forma degradada, não constitui o destino final da cultura. Existe um *bom entretenimento*<sup>226</sup>, aquele que não anestesia a paixão, mas a transforma; aquele que não elimina a dor, mas a converte em jogo, em forma, em símbolo, em festa. O filósofo demonstra isso refutando dicotomias históricas. A

---

<sup>223</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2019.

<sup>224</sup> HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*, cit.

<sup>225</sup> HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*, cit.

<sup>226</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento...*, cit.

primeira que ele se contrapõe, e por isso, também a mais antiga, é com relação ao sacro e ao profano. Quando “A paixão segundo São Mateus”, oratório de Johann Sebastian Bach, foi tocada numa igreja (1727) pela primeira vez, criou-se um grande debate, pois havia a crença de que “a música não deve inundar a palavra”<sup>227</sup>, porque o “zumbido” do primeiro, dificulta o “entendimento” do segundo. Assim, somente o “louvor” seria capaz de embriagar o espírito. “A música aqui é degradada a um *acréscimo*, a um ‘tempero sensível’, que é exterior ao ‘verdadeiro sabor da palavra’, tal como o ‘açúcar’, que ‘adocica’ o ‘remédio divino’”.<sup>228</sup> Contudo, a música continuava a gerar apreciadores e amantes que constituíram um novo público musical, sendo ambos adeptos da paixão, espécie de bálsamo embriagante que colocaria o cultivo do gosto musical acima da ordem divina, esvaziando, portanto, o significante de Deus e trazendo à tona uma nova leveza para a música. A música, ao fazer uso e promover esse deleite, demonstraria que não somente do divino é feito o prazer, mas, também, do ânimo, sendo ambos inseparáveis na sua espécie de *doçura*.

Por essa razão, a segunda dicotomia que Han põe em xeque é entre a arte séria *versus* arte que entretém (clássico x popular). Contra a ideia de Robert Schumann, que só via na música elevada a capacidade de profundidade - essencial à paixão, enquanto todo resto seria mera decoração, “arabesco, ornamentos melódicos que serviriam apenas ao prazer sensível, à embriaguez desprovida de verdade e de espírito”<sup>229</sup>, Han levanta a voz de Richard Wagner para quem a “marca do bom” na arte estaria em um “estar aí para si mesmo”, que não carece de nenhum público para ser reconhecido. E, se como o autor mostra no terceiro capítulo de sua obra, o que dá o caráter “elevado” da arte é o luxo, isto é, aquela que é feita não sob, mas pela ausência de obrigação, pela liberdade de espírito<sup>230</sup>, assim também estaria o entretenimento, pelo menos o bom entretenimento. Ora, se o luxo é a ausência de coação ou de preocupação, o bom entretenimento também participa desse luxo. O entretenimento autêntico, não aquele fabricado para manipular ou utilizado como anestésico para produtividade, mas o do tempo

<sup>227</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento...*, cit., p. 14.

<sup>228</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento...*, cit., p. 17.

<sup>229</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento...*, cit., p. 41.

<sup>230</sup> O ócio, assim, aparece desde a antiguidade como condição para o pensamento - a filosofia nasce na vida livre da pólis - e para a arte - a música erudita nasce em cortes e igrejas que não respondem à lógica do mercado. Por isso para Kant o belo só aparece sem pressão produtiva, não está aí para agradar, por isso a alcunha de luxo, não tem finalidade necessária ou utilidade imediata. Já para Adorno, luxo seria a expressão da felicidade não-falsificada, sendo, desse modo, constitutivo para a arte. E para ele isto não era mais possível já que o luxo havia desaparecido - o contexto do pós-holocausto, marcante de seu pensamento, o dota de um pessimismo cáustico e de uma desesperança generalizada sobre o espírito humano, expresso de forma lapidar em seu famoso trecho sobre a impossibilidade da felicidade, da beleza e mesmo da filosofia “depois de Auschwitz” (ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, especialmente a sessão I das “Meditações sobre a Metafísica”).

gratuito, que não serve a nada, para entregar-se ao jogo, à festa, à música, à alegria - que aponta para o extremo no qual entretenimento e arte se tocam - também pode ser libertador.

Entretanto, Han não para por aqui. Havia outra dualidade que para ele não encontrava fundamento na modernidade: a oposição sensibilidade/razão feita por Kant. Contra a rigidez da moral pura como força pedagógica, Han aposta no poder dos sentidos. Da mesma forma demonstrada por nós, no sentido de que a maior parte dos hábitos do nosso dia a dia são fundados a partir de mitos, isto é, são pré-reflexivos, Han entende que o entretenimento, por ser advindo do mito e da narrativa seria “mais efetivo do que o imperativo moral e mais obrigante do que a razão e a verdade”<sup>231</sup>. Nessa chave, o entretenimento encontra seu espaço na cultura e recupera o sentido ontológico desta: ela é um modo de salvar a experiência humana de seu próprio peso.

Por isso a alegoria de Medusa nos é tão pertinente. Enquanto viva, ela nada matou. Foi apenas após sua morte que sua cabeça — reduzida a objeto — converteu-se em arma de destruição, petrificando indiscriminadamente tudo o que olhasse. A cabeça de Medusa, arrancada de seu corpo, representa precisamente a cultura quando arrancada de seu vínculo com a vida, com a paixão, com o espírito. Ela pode ser instrumentalizada como forma de controle, uniformização, manipulação. É assim que o entretenimento totalizante opera: transforma o olhar em pedra, fixa o mundo no mesmo, multiplica imagens que nada revelam.

Mas a mesma Medusa contém um poder inverso. As gotas de sangue que Atena recolhe — uma mortal e outra salvífica — revelam a duplicidade intrínseca da cultura. Ela pode paralisar ou libertar, anestesiá-la ou despertar. Sob a hegemonia do modelo neoliberal globalizado, a cultura foi submetida a uma lógica sistemática de desespirtualização. A dissolução das instituições de espírito objetivo abriu caminho para que forças imperiais modulassem afetos, percepções e imaginários. O caso brasileiro mostrou como a ausência histórica de soberania cultural, combinada à concentração midiática e às vulnerabilidades digitais, fragilizou ainda mais a capacidade do país de mediar a experiência coletiva da paixão, expondo a sociedade à violência hiperpositiva, que só pode encontrar como resultado o inferno do igual, a polarização política e a depressão endêmica.

Por outro lado, a análise das respostas do Estado chinês aos mesmos dilemas, como exemplo de rebeldia, apontou para a possibilidade de modelos totalmente distintos. Não se trata de uma proposta de importação, nem de elogio acrítico, mas de uma constatação filosófica: a China preservou suas instâncias de poder objetivo e, com elas, a possibilidade de proteger sua

---

<sup>231</sup> HAN, Byung Chul. *Bom entretenimento...*, cit., p. 116.

cultura, sua memória, sua narrativa, em consonância com a lógica própria de seu povo. Ao mobilizar mecanismos de poder negativo — censura, regulação, filtragem, controle — ela procurou impedir que seu imaginário fosse dissolvido pelo olhar petrificante da cultura globalizada.

Isso revela que soberania cultural não é luxo nem acessório: é condição para que um povo continue capaz de narrar a si mesmo. Sem mediação cultural, a paixão coletiva — que inclui conflito, dor, memória, tragédia e beleza — é substituída pela lógica plana do entretenimento global que destroça a riqueza característica da singularidade cultural de cada povo, submetendo tudo a um regime de consumo pasteurizado. A cultura deixa de gerar Pegasus, capazes de alçar voos longínquos, e passa a gerar apenas serpentes, que se multiplicam infinitamente e se arrastam descoordenadamente no deserto informacional.

No fim, a inquietação que nos atravessa e converte-se agora em pergunta: o que faremos com a cabeça de Medusa? Continuaremos a usá-la para petrificar, anestesiá-la, reduzir a vida a uma série interminável de distrações ou quem sabe até mesmo usá-la para exterminar milhões novamente? Ou seremos capazes de reencontrar, no interior da cultura — mesmo da cultura de massa — a gota salvífica que devolve forma à paixão, profundidade à existência e sentido à comunidade?

A resposta, como sugere Han, não virá da eliminação do entretenimento, mas de sua elevação. É preciso recuperar os gestos estéticos que fazem a vida vibrar: o jogo, o símbolo, a festa. “Tristezas são belezas apagadas pelo sofrimento”, como uma vez nos lembrou a lírica encantadora de Gal Costa. E se hoje o estado de nossa cultura nos entristece é, e apenas, porque essa, nossa cultura brasileira, já nos fez sorrir e chorar muito.

## Referências bibliográficas

ADEUS, LENIN! Direção: Wolfgang Becker. Produção: Stefan Arndt. Alemanha: X-Filme Creative Pool; Westdeutscher Rundfunk (WDR); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD (121 min).

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. Crítica da Razão Antiutópica: inovação institucional na aurora do Estado moderno. Orientadora: Karine Salgado. *Tese* (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA, Rogério Miranda de. *A fragmentação da cultura e o fim do sujeito*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ANDRADE, José Oswald de Souza. Manifesto antropófago. *Revista de antropofagia*. Ano 1, n. 1, 1928.

ARENDT, Hannah. Propaganda totalitária. In: *As origens do totalitarismo*: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *As Relações Perigosas*: Brasil-Estados Unidos, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do constitucionalismo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 23, n. 91, 1986, p. 5-62.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso De Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em Defesa do Interesse Nacional*: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Fósforo, 2022

BERLIN, Isaiah. Ideias Políticas na era Romântica. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BONAVIDES, PAULO. *Ciência Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BUSSCHE, Eric Vanden. A censura chinesa não teme críticas ao regime. *Folha de São Paulo*, 15, jun. 2012. Disponível em: <<https://vistachinesa.blogfolha.uol.com.br/2012/06/15/a-censura-chinesa-nao-teme-criticas-ao-regime>>.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural: estado, soberania e defesa cultural*. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O controle da cultura e da arte na Alemanha Nazista (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/o-controle-da-cultura-e-da-arte-na-alemanha-nazista/>>.

CARVALHO, João Pedro Braga de; HENRIQUES, Hugo Rezende Mitologías del uno y del otro: entre el antagonismo destructivo y el agonismo constructivo. *Cultura, Ciudadania e Direitos Humanos*: no prelo.

CHEN, Yuyu; YANG, David. 2018. The Impact of Media Censorship: Evidence from a Field Experiment in China. Retrieved 24 (2018): 2021. Disponível em: [https://stanford.edu/~dyang1/pdfs/1984bravenewworld\\_draft.pdf](https://stanford.edu/~dyang1/pdfs/1984bravenewworld_draft.pdf).

CHINA FOCUS: Cyber security law boosts free flow of information, not a trade barrier. *Xinhua*, 01, jun. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-06/01/c\\_136329317.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2017-06/01/c_136329317.htm).

COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Claret, 2009.

COUTO, Maria Laura T. M. G. *Estado, Igreja Católica e Cinema: sobre a censura na Era Vargas*. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CREEMERS, Roger *et al.* Translation: Cybersecurity Law of the People's Republic of China. *New America*, 29, jun. 2018. Disponível em: <https://www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/translation-cybersecurity-law-peoples-republic-china>.

DESLANDES, Gabriel. A Grande Muralha de Fogo da China controla a Internet, e os chineses pouco se importam. *Revista Opera*, 21, out. 2018. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/18mvtvmWd-YGphfBdNFAcbmaIaIJvYhO8Z1p7dOE\\_ao4/edit?tab=t.0](https://docs.google.com/document/d/18mvtvmWd-YGphfBdNFAcbmaIaIJvYhO8Z1p7dOE_ao4/edit?tab=t.0).

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *La internacionalización de las luchas por el poder: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estados latinoamericanos*. Trad. Antonio Barreto. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

DO CHINESE FILMS HOLD GLOBAL APPEAL? *Chinapower*, 01, mar. 2019. Disponível: [https://chinapower.csis.org/chinese-films/?utm\\_source=chatgpt.com](https://chinapower.csis.org/chinese-films/?utm_source=chatgpt.com).

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ESTOU ME GUARDANDO PARA QUANDO O CARNAVAL CHEGAR. Direção: Marcelo Gomes. Produção: João Vieira Jr., Nara Aragão. Brasil: Netflix, 2019. (86 min.).

EVANS, Richard J. *A chegada do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Editora Planeta do Brasil, 2013.

FAUS BELAU, Angel. *La radio: introducción al estudio de un medio desconocido*. Madrid, Guadiana, 1983.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Trad. Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLEUR, Melvin. *Teorias de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FNDC. Redes privadas controlam 80% das emissoras de TV. *Observatório de Imprensa*. Online: 25 jul. 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/redesprivadas-controlam-80-das-emissoras-de-tv/#:~:text=Distribuído%20por%20quase%20a%20totalidade%20do%20território,todas%20as%20emissoras%20brasileiras%20de%20TV%20aberta.>

FRANCO, João Vitor Pires. De Leste a Oeste: Representações da Rússia no audiovisual dos Estados Unidos (1939-2022). Orientador: Edson José Neves Júnior. 2024. 98 p. TCC (Graduação) - Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Trad: Celeste Aida Galeão. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

GONÇALVES, Reynaldo Aragon. Rede Conecta de Inteligência Artificial e Educação Científica e Midiática. (2025). *Tese* (Curso de Pós-graduação em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, 2025.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [v. 01]. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GROYS, Boris. *Arte, Poder*. Trad. Virgínia Starling. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *A integração nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

HAN, Byung Chul.. *Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2019.



HAN, Byung-Chul. *Infocracia : digitalização e a crise da democracia*. Trad. Gabriel S. Philipson.. Petrópolis, RJ : Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830): a filosofia do espírito*. v. 3. Trad. Paulo de Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *La Constitución de Alemania*. Trad. Dalmacio Negro Pavón. Madri: Tecnos Editorial, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1991.

HENRIQUES, Hugo Rezende. A totalidade contra os totalitarismos: Hegel e a Vontade Nacional. In: José Luiz Borges horta. (Org.). *Hegel, Paixão e Diferença*. 1ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021, v. 1.

HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?: *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2023.

HENRIQUES, Hugo Rezende. Fenomenologia do Poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como Liberdade. 2020. *Tese* (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HENRIQUES, Hugo Rezende. Passagens da modernidade à contemporaneidade. In: SALGADO, Karine; CAMPOS, Gabriel Afonso; REIS, Gabriel da Silva; *et. al. Revoluções*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023.

HENRIQUES, Hugo R. & CARVALHO, João P. B. (2021). A Revanche do Leviatã: Estados rebeldes como desafio à ideia única. *Princípios*, 40 (162), p. 244. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.011>.

HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereiro mundial: guerras culturais, “ideologênese” e as ameaças ao Estado soberano. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), 10ª ed., 2018, São Paulo. Anais. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337\\_ARQUIVO\\_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535681337_ARQUIVO_ArtigoFinal-OTITEREIROMUNDIAL.pdf).

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995,

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e civilização. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC*, Belo Horizonte, Ano 1, v. 1, p. 248-280, jan./mar. 2007.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 23, p. 783-806, 2012.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Cortês. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

*JOIAS BRUTAS*. Direção: Ben e Josh Safdie. Produção: Sebastian Bear-McClard, *et. alii*. Estados Unidos: A24, 2019. (134 min).

KEATLNG, Joshua. China raises movie quota; Hollywood on best behavior. *Foreign Policy*, 22, fev. 2012. Disponível em: [https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm\\_source=chatgpt.com](https://foreignpolicy.com/2012/02/22/china-raises-movie-quota-hollywood-on-best-behavior/?utm_source=chatgpt.com).

KERSHAW, Ian *The Hitler's Myth: Image and Reality in the Third Reich*. Oxford University Press, 2010.

KING, Gary *et al.* How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression. *American Political Science Review*, p. 1-18, mai. 2013. Disponível em: doi:10.1017/S0003055413000014.

KORYBKO, Andrew. *Guerra híbrida: das revoluções coloridas aos golpes*. Trad. Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAFER, Celso. *A Identidade do Brasil e a Política Externa do Brasileira: Passado, Presente e Futuro*, São Paulo: Perspectiva 2001.

LAZZARO FELICE. Direção: Alice Rohrwacher. Produção: Alexandra Henochsberg *et. alii*. Itália: Netflix, 2018. (130 min.).

LENIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer?: problemas candentes do nosso movimento*. Trad. M. de S. Portella. São Paulo: Boitempo, 2008.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Trad. Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023.

LOSURDO, Domenico. *Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo : Boitempo, 2010.

MAESTRI, Letícia de Almeida. O Direito Fundamental à Liberdade Cognitiva: autonomia mental, cultura e poder na era da manipulação algorítmica. *Dissertação* (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Uberlândia. 2025.

MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas*. Trad. Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminado. *IHU: Unisinos*, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>.

MICHELSON, Annette. Corpos no espaço: cinema como conhecimento carnal (2014-2015). *Revista Foco de Cinema*, 06. Disponível em: <https://www.focorevistadecinema.com.br/FOCO6-7/jornalkubrick.htm>.

MONACO, Alessandra. A China quer influenciadores com diploma. E se o resto do mundo fizer o mesmo? *Exame*, 09, nov. 2025. Disponível em: [https://exame.com/marketing/a-china-quer-influenciadores-com-diploma-e-se-o-resto-do-mundo-fizer-o-mesmo/?utm\\_source=copiaecola&utm\\_medium=compartilhamento](https://exame.com/marketing/a-china-quer-influenciadores-com-diploma-e-se-o-resto-do-mundo-fizer-o-mesmo/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento).

MOREIRA, João Paulo. Problemas da cultura de massa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 13, 1984.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NAHRA, Cintia Maria Leite. *Rádio Institucional e Rápido Livre: rupturas no modelo comunicacional dominante*. Orientador: Eduardo José Viola, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina.

NICOLELIS, Miguel. Roda Vida - Miguel Nicolelis. [S. l]: TV Cultura, 28 jul. 2025. 1 vídeo (1h36min). Publicado por: Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LkQ9oXiRzMc>.

NYE Jr., J. S. *The benefits of soft power*. 2004. Disponível em: <http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>.

O MENINO E A GARÇA. Direção: Hayao Miyazaki. Produção: Toshio Suzuki. Japão: Studio Ghibli, 2023. (124 min).

ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Trad. Felipe Denardi. São Paulo: Vide Editorial, 2016.

ORWELL, George. *1984*. Trad. Renan Machado. Rio de Janeiro: Excelsior, 2021.

Ovídio. *Metamorfoses*. Traduzido por Allen Mandelbaum, Harcourt, 1993.

PAREJA, Reynaldo. El nacimiento de la radio. *Comunicación y cultura* nº 8, 1982, p. 5-18.

PIERANTI, Octavio P. *A radiodifusão pública resiste: a busca por independência no Brasil e no leste-europeu*. Brasília: FAC-UnB, 2018.

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

RAMONET, Ignacio. *El pensamiento único*. Trad. J Sempere. Mientras tanto. N. 61, Primavera, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

MCCUTCHAN, Sabrina. Government Allocation of Import Quota Slots to US Films in China's Cinematic Movie Market. *Duke University*. Durham, North Carolina. 2013 年, 2013.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim. Estado ético e Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.

SALGADO, Joaquim Carlos. Semiótica Estrutural e Transcendentalidade do Discurso sobre a Justiça. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 37, 2000, p. 79-101.

SATO, Eiiti. "A Rebelião das Massas": uma releitura um século depois. *Ricardo Velez*, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ricardovelez.com.br/blog/a-rebeliao-das-massas-uma-releitura-um-seculo-depois-por-eiiti-sato-professor-de-relacoes-internacionais-universidade-de-brasil>.

SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

TANAKA FILHO, Ricardo Faria. O renascimento às avessas do independentismo: o Pragmatismo Ecumênico Responsável e as contribuições de Golbery do Couto e Silva. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

THE GREAT FIREWALL OF CHINA: Background. *Toxford*, 01, jun. 2011. Disponível em: <https://cs.stanford.edu/people/eroberts/cs201/projects/2010-11/FreedomOfInformationChina/author/pingp/index.html>.

UNGIU-PIPPIDI, Alina. How Media and Politics Shape Each Other in the New Europe. *Romanian Journal of Political Science*, 8, n. 1, 2008, p. 88-101.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O direito e o futuro da democracia*. Trad. Caio Farah Rodriguez e Marcio Soares, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

YUAN, Li. A Generation Grows Up in China Without Google, Facebook or Twitter. *The New York Times*, 06, ago. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/06/technology/china-generation-blocked-internet.html#>.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.